



Centro de Estudos de  
Economia Aplicada do Atlântico

## WORKING PAPER SERIES

**CEEApIA WP No. 06/2017**

### **Contas Satélite do Turismo Nacionais e Regionais em Portugal**

**Mário Fortuna  
Raquel Maciel**

**December 2017**

# **Contas Satélite do Turismo Nacionais e Regionais em Portugal**

**Mário Fortuna**

Universidade dos Açores (FEG e CEEAplA)

**Raquel Maciel**

Universidade dos Açores (FEG e CEEAplA)

Working Paper n.º 06/2017  
dezembro de 2017

## **RESUMO/ABSTRACT**

### **Contas Satélite do Turismo Nacionais e Regionais em Portugal**

O principal propósito do presente trabalho é rever o que tem sido feito no âmbito da implementação e construção de Contas Satélite do Turismo (CST) a nível nacional e regional em Portugal. Tenciona-se ainda analisar que tipo de informação é fornecida por este instrumento, que contribui para que se consiga perceber, de forma mais clara, a importância do setor turístico na economia.

Foram compiladas até agora, oito CST nacionais, publicadas entre os anos de 2005 e 2010. Quanto às CST regionais, oficialmente apenas foi elaborada uma, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, divulgada em 2008, tendo utilizado dados de 2001.

Conclui-se que a nível nacional a construção de CST constitui um processo já com alguma maturidade, embora a metodologia aplicada enfrente algumas limitações, ao passo que a nível regional ainda muito pouco foi feito nesse campo<sup>1</sup>.

Chamamos a atenção para a importância de se elaborar novas CST em Portugal, de modo a que seja possível ganhar uma visão atual da realidade turística do país, que tem sido impulsionada nos últimos anos.

**Acknowledges:** We gratefully acknowledge the financial support to the project ACORES-01-0145-FEDER-00006 from AÇORES 2020, through FEDER – European Union.

Mário Fortuna  
Universidade dos Açores  
Faculdade de Economia e Gestão  
Rua da Mãe de Deus, 58  
9501-801 Ponta Delgada

---

<sup>1</sup> Sabe-se que o organismo oficial responsável pela construção deste instrumento em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE), está já a preparar uma nova CST, que deverá sair ainda em 2017. Os seus resultados decerto contribuirão para o planeamento da estratégia turística para os próximos tempos.

Raquel Maciel  
Universidade dos Açores  
Faculdade de Economia e Gestão  
Rua da Mãe de Deus, 58  
9501-801 Ponta Delgada

# Contas Satélite do Turismo Nacionais e Regionais em Portugal

## Resumo

O principal propósito do presente trabalho é rever o que tem sido feito no âmbito da implementação e construção de Contas Satélite do Turismo (CST) a nível nacional e regional em Portugal. Tenciona-se ainda analisar que tipo de informação é fornecida por este instrumento, que contribui para que se consiga perceber, de forma mais clara, a importância do setor turístico na economia.

Foram compiladas até agora, oito CST nacionais, publicadas entre os anos de 2005 e 2010. Quanto às CST regionais, oficialmente apenas foi elaborada uma, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, divulgada em 2008, tendo utilizado dados de 2001.

Conclui-se que a nível nacional a construção de CST constitui um processo já com alguma maturidade, embora a metodologia aplicada enfrente algumas limitações, ao passo que a nível regional ainda muito pouco foi feito nesse campo<sup>2</sup>.

Chamamos a atenção para a importância de se elaborar novas CST em Portugal, de modo a que seja possível ganhar uma visão atual da realidade turística do país, que tem sido impulsionada nos últimos anos.

## 1. Introdução

O Turismo é um dos setores de atividade mais dinâmicos da economia, tendo registado uma crescente expansão nas últimas décadas, a nível mundial, e contribuindo, em muito, para o desenvolvimento de vários países, quer em termos económicos, quer em termos sociais (Surugiu, 2009).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o crescimento deste setor tem sido uma constante, apesar de também se terem verificado, ao longo do tempo, algumas oscilações no fluxo turístico, o que acaba por evidenciar a sua capacidade de resiliência. Entre 2000 e 2016 o número de turistas internacionais que visitaram outro país quase duplicou, passando de 674 milhões para 1.235 milhões (OMT, 2017).

Regra geral, quando se fala em Turismo, temos tendência a pensar apenas nas viagens que se fazem por motivo de férias ou lazer (INE, 2003). Todavia, de acordo com a OMT, o "Turismo" refere-se ao "fenómeno social, cultural e económico, que implica o

---

<sup>2</sup> Sabe-se que o organismo oficial responsável pela construção deste instrumento em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE), está já a preparar uma nova CST, que deverá sair ainda em 2017. Os seus resultados decerto contribuirão para o planeamento da estratégia turística para os próximos tempos.

movimento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual, para fins pessoais ou profissionais" (OMT, 2012, p.1). O relatório "Recomendações sobre as Estatísticas do Turismo", elaborado pelas Nações Unidas em parceria com a OMT, acrescenta ainda que o Turismo inclui as "atividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens [...] por períodos inferiores a um ano, por motivos de lazer, negócios e outros propósitos" (ONU e OMT, 1994, p.5), desde que não estejam relacionadas com o exercício de qualquer função remunerada por conta de entidades situadas no local da visita (INE, 2003).

Em Portugal, o Turismo tem uma enorme importância, sendo considerado impulsionador de outros setores de atividade. O número de turistas que visitam Portugal tem aumentado de ano para ano, o que acaba por gerar efeitos positivos, com expressão no Produto Interno Bruto (PIB), na Balança de Pagamentos e também no emprego, já que, com o Turismo, são gerados novos postos de trabalho (Maricato, 2012).

Contudo, embora muito frequentemente se diga que o Turismo é responsável pela produção de efeitos bastante significativos na estrutura económica de um país, a verdade é que estas declarações nem sempre são fundamentadas em dados robustos e estimados com rigor. Este setor, ao estar relacionado com inúmeras atividades produtivas, acaba por produzir repercussões em toda a economia, o que faz com o seu verdadeiro impacto seja muito difícil de quantificar (INE, 2003; Turismo de Portugal, 2008).

Para fazer face a este problema, foram desenvolvidas metodologias específicas, com o objetivo de se construir uma base estatística sólida, capaz de fornecer uma visão mais realista e compreensível do setor turístico (INE, 2003). Uma destas ferramentas corresponde à Conta Satélite do Turismo (CST), que permite a análise dos impactos do setor turístico na economia (Couto, 2011). Várias instituições internacionais, entre elas a OMT, a OCDE e o Eurostat, recomendam a produção de CST, uma vez que consideram ser um instrumento bastante útil e capaz de fornecer informação concreta e relevante acerca dos múltiplos impactos da atividade turística.

Este instrumento, no entanto, não está imune a algumas limitações. Para além de, por vezes, sofrer com a falta de alguns dados estatísticos pertinentes, não consegue medir o impacto do Turismo em toda a economia, sendo apenas capaz de o quantificar nos setores produtivos relacionados com este fenómeno, como o alojamento, restauração, cultura e lazer, etc. (INE, 2003).

Apesar disso, torna-se crucial a construção de uma CST. Sendo o seu principal objetivo fornecer uma melhor perceção da dimensão do Turismo na economia de um país,

esta ferramenta possibilita a compilação de uma base de dados cuja informação poderá ser utilizada para estudar, de maneira mais aprofundada, o verdadeiro papel e importância do setor turístico e ainda permite que se façam comparações entre os resultados obtidos pelos vários países que também implementam este instrumento estatístico (INE, 2003).

Com a crescente importância dada às CST nacionais, surgiu também a aplicação deste instrumento a regiões, que, ao possuírem características muito específicas, acabam por se diferenciar umas das outras, evidenciando diferentes impactos turísticos. Assim, foram desenvolvidas as primeiras CST regionais, cujo objetivo é medir a contribuição do Turismo para as economias das regiões (Zhang, 2005).

O propósito do presente trabalho é rever o estado da arte na construção de CST em Portugal, reunindo informações acerca do que é que tem sido feito até à data.

Na próxima secção, expõe-se em que é que consistem as CST, fornecendo uma breve revisão das motivações que estiveram na sua origem e apresentando os princípios em que se baseia a sua metodologia. Na secção 3, revê-se o que foi feito no âmbito da implementação desta ferramenta em Portugal, analisando, inclusive, os resultados produzidos pela última CST portuguesa. A secção 4 apresenta um breve resumo dos fundamentos da criação de CST regionais (CSTR), assim como das limitações que enfrentam. Na secção 5 debruçamo-nos sobre a análise da única CST regional elaborada pelo INE, referente aos Açores e à Madeira, e examinamos duas CST regionais não oficiais: uma realizada pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e a outra elaborada no âmbito de uma dissertação de Mestrado. Finalmente, a secção 6 é dedicada a algumas observações finais.

## **2. Conta Satélite do Turismo**

### **2.1 Definição**

A Conta Satélite do Turismo (CST) foi desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo (OMT) - agência especializada das Nações Unidas -, juntamente com o Eurostat, com o intuito de medir o peso do Turismo na economia de um país. De acordo com a OMT, este setor não pode ser analisado isoladamente, uma vez que resulta da mescla de diversas indústrias, como dos transportes, alojamento, restauração, recreação e lazer, entre outras. Assim, trata-se de um fenómeno de difícil medição, visto que os bens e serviços associados ao Turismo são consumidos quer por turistas, quer por residentes

(OMT, 2000). Além disso, este setor acaba por produzir repercussões em muitos outros ramos de atividade, que à primeira vista não estão relacionados com o Turismo.

A CST pode ser definida como um instrumento estatístico que integra um conjunto de informação bastante pormenorizada acerca das atividades económicas e produtos que apresentam uma relação, direta ou indireta, com o Turismo. Deste modo, consegue caracterizar este setor com maior detalhe (OMT, 2000) e fornecer uma melhor perspetiva do modo como as atividades turísticas marcam presença na estrutura económica. Esta ferramenta foi pensada também para que a formulação de políticas relacionadas com o Turismo se tornasse mais fácil, pois, através da análise da informação facultada, é possível estimar e antecipar os efeitos das medidas planeadas (INE, 2003). Desta forma, torna-se possível criar e implementar políticas económicas mais eficazes, graças ao maior conhecimento dos impactos do Turismo na economia e no emprego, derivado do acesso a dados fidedignos e fiáveis (OMT, 2000; Franz, Laimer e Manente, 2014).

Embora desde a década de oitenta a OMT tenha chamado a atenção para a importância do Turismo na estrutura económica, só em 1995 se registou o desenvolvimento da metodologia das CST, com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Eurostat a emitirem as primeiras orientações à sua implementação. A versão final deste quadro conceptual foi publicada em 1998. Tencionava-se chegar a um instrumento que pudesse ser aplicado em todos os países e que permitisse fazer comparações entre eles. Para tal, a OMT desenvolveu diretrizes auxiliares a pensar nas características específicas dos Estados, que apresentam diferentes recursos e necessidades (OMT, 2000; SREA, DREM e ISTAC, 2008).

As CST são, de certa forma, uma definição de um *cluster* do Turismo, ao identificarem, com base nas contas nacionais, todas as interligações com outros setores.

## **2.2 Cluster do Turismo**

Já foi mencionado que a atividade turística é muito diferente de todas as outras. Apenas pode ser "consumida" *in loco*, isto é, no próprio local, e é responsável tanto por impulsionar vários setores produtivos de uma dada economia, como por promover o desenvolvimento das regiões (Cunha e Cunha, 2005; Cunha e Cunha, 2007).

De acordo com Carvalho (2006), o Turismo é "umas das atividades económicas por excelência, para ser abordada numa perspetiva de economias de aglomeração, de *cluster* e como instrumento de desenvolvimento regional." (Carvalho, 2006, pp.141 e 142). Ora, um *cluster* equivale a um sistema organizacional, onde várias empresas

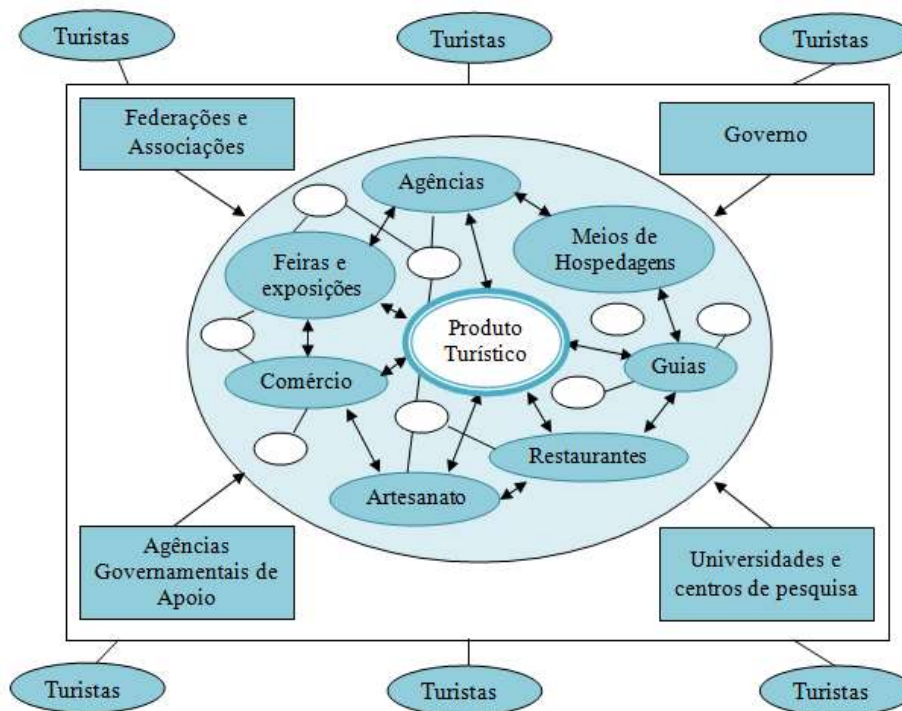


encontram-se concentradas e interligadas entre si, e, com base nessa colaboração, acabam por se tornar mais eficientes e por aumentar o seu valor. Por seu turno, a definição de *cluster* do Turismo não é assim tão linear, muito pelo contrário. Devido a essa ambiguidade, o conceito tem sido alvo de vários estudos (Ferreira e Estevão, 2009).

Segundo Monfort (2000), um *cluster* turístico corresponde ao conjunto dos "serviços prestados por empresas ou negócios turísticos [...]; a riqueza que proporciona a experiência das férias de um turista; o encontro multidimensional entre empresas e indústrias relacionadas; as infraestruturas de comunicação e transporte; as atividades complementares [...]; os serviços de apoio (formação e informação, etc.) e os recursos naturais e as políticas institucionais" (Monfort, 2000, p.46). Simplificando, este conceito diz respeito à concentração geográfica de empresas e outras instituições (onde se incluem, por exemplo, os governos, universidades, centros de pesquisa, etc.), que atuam no âmbito das atividades turísticas e que se encontram inter-relacionadas. Com o contributo de cada um desses agentes, é alcançado um maior nível de eficiência, que é depois responsável pelo desenvolvimento e inovação das regiões (Ferreira e Estevão, 2009).

A Figura 1 apresenta uma das muitas representações já efetuadas que tentam exemplificar em que é que consiste um *cluster* do Turismo.

**Figura 1 - Representação de um *cluster* turístico.**



Fonte: Adaptado de Cunha e Cunha (2007).

Tal como se constata, as empresas e organizações mantêm relações entre si, cooperando umas com as outras nesse processo (Carvalho, 2006). As conexões existentes, por sua vez, podem ser horizontais, quando são feitas entre empresas do mesmo segmento de produtos, ao partilharem informação e competências; ou verticais, quando ocorrem entre instituições cujas atividades são complementares ao longo do processo produtivo dos bens e serviços turísticos (Cunha e Cunha, 2005; Cunha e Cunha, 2007; Moreira Filho, Prevot Nascimento e Segre, 2010).

Todavia, alguns autores abordam a questão de maneira diferente, destacando outros aspetos. A qualidade de um determinado destino depende das empresas que oferecem os bens e os serviços turísticos, mas também da forma como estes são oferecidos. O facto de um local inspirar segurança, estar provido de boas acessibilidades e infraestruturas adequadas, possuir uma boa sinalética, demonstrar condições de higiene apropriadas, entre muitos outros pontos de interesse, acaba por contribuir para a sua valorização por parte dos visitantes (Cunha e Cunha, 2005).

Para melhor se perceber o conceito aqui destacado, foi produzida, por Barbosa e Zamboni (2000), a seguinte representação:

**Figura 2 - Anéis concêntricos de clusters do Turismo.**



Fonte: Adaptado de Barbosa e Zamboni (2000).

Segundo os autores, o *cluster* centra-se nas atrações turísticas locais, ou seja, nas especificidades dos destinos, que despertam o interesse dos visitantes. De seguida, encontramos as infraestruturas básicas do Turismo, onde se incluem as unidades hoteleiras, estabelecimentos de restauração, transportes, agências de viagens, guias turísticos e os estabelecimentos comerciais destinados ao Turismo. Logo depois surgem os agentes responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade turística num determinado local, nomeadamente os órgãos do poder público local. No quarto anel da Figura 2 encontram-se os órgãos cuja ação encontra-se voltada para o Turismo, que prestam apoio ao nível supralocal. Daí fazem parte os órgãos públicos que planeiam e formulam as políticas públicas, as organizações que prestam apoio às empresas e as instituições de ensino e pesquisa. Por fim, o último anel diz respeito ao ambiente onde decorre a visita e às infraestruturas de acesso ao destino (Barbosa e Zamboni, 2000).

Finalmente, Gouveia e Duarte (2001) são ainda mais específicos e propõem, para a definição e construção de um *cluster* turístico, uma segmentação das atividades que fazem parte da cadeia de valor do Turismo, distinguindo-as como consta na Tabela seguinte:

**Tabela 1 - Atividades do *Cluster* do Turismo.**

<b>Atividades características (<i>core do cluster</i>)</b>	Alojamento e restauração
	Transportes aéreos
	Agências de viagens e de Turismo
	Operadores turísticos
<b>Atividades conexas</b>	Transportes terrestres
	Transportes por água
	Aluguer de máquinas e equipamentos
	Atividades recreativas, culturais e desportivas
	Outras atividades de serviços
<b>Atividades potenciadas</b>	Comércio a retalho
	Construção
<b>Outras atividades</b>	Intermediação financeira
	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas
	Administração pública em geral, económica e social
	Educação
	Atividades de saúde humana
	Organizações económicas e patronais

Fonte: Adaptado de Gouveia e Duarte (2001).

Nas atividades características incluem-se aquelas que estão diretamente relacionadas com o Turismo; as atividades conexas abrangem todas as que são "complementares" às viagens dos turistas; as atividades potenciadas dizem respeito às que, indiretamente, acabam por ser impulsionadas à conta do desenvolvimento do Turismo; enquanto as outras atividades são todas aquelas que também influenciam o setor, mas que têm a ver apenas com o próprio funcionamento e sistema organizacional dos países (Gouveia e Duarte, 2001).

Cada local possui o seu próprio *cluster* do Turismo, tendo em conta as suas características e os produtos e serviços turísticos que oferece. Ao serem construídos para cada destino, os *clusters* fornecem uma visão mais organizada da atividade turística, destacando o papel de cada interveniente, ao mesmo tempo que possibilitam que se faça uma melhor análise da realidade económica, contribuindo, assim, para o aumento da produtividade e conseqüente acréscimo da competitividade e desenvolvimento dos destinos (Cunha e Cunha, 2007; Ferreira e Estevão, 2009).

Nesse sentido, podemos afirmar que os *clusters* do Turismo e as CST encontram-se intrinsecamente ligados. Apesar da CST ter sido configurada para medir os impactos económicos da atividade turística, tem servido de ponto de partida para a formulação de *clusters*. Basicamente, a informação compilada e estruturada acerca das atividades fornecedoras de bens e serviços turísticos, obtida nos quadros da CS, por ser muito

detalhada, tem-se revelado bastante útil para a definição de *clusters* do Turismo (Kozak e Andreu, 2006; Cañada, 2013). Veremos inclusive, mais à frente, que, por vezes, as classificações dos produtos e das atividades turísticas na CS são idênticas àquelas que vimos neste subcapítulo.

### **2.3 Metodologia**

As CST seguem uma metodologia própria e padronizada internacionalmente, capaz de fornecer informação detalhada acerca da importância económica e social do Turismo para um determinado país. Para que os dados apurados sejam credíveis e passíveis de serem comparados, quer com outras indústrias, quer com os dados doutros Estados, foram definidos conceitos e linhas orientadoras que devem ser seguidos para o desenvolvimento deste instrumento (OMT, 2000).

De um modo geral, a base da metodologia das CST está na análise da relação entre a procura por bens e serviços turísticos, por parte dos residentes e visitantes de um país, e a sua oferta no total da economia (OMT, 2000; SREA et al., 2008). Aliás, segundo o INE (2003), é com base na contabilização da procura por atividades turísticas que se quantifica a sua oferta, uma vez que, sem o consumo efetuado por indivíduos que estão de passagem num dado local, não haveria necessidade de se produzir determinados tipos de produtos e serviços, nomeadamente os turísticos (INE, 2003).

Do lado da oferta fazem parte os setores de atividade responsáveis pela satisfação das necessidades dos visitantes. Porém, o Turismo não corresponde a uma indústria isolada na ótica das contas nacionais, dependendo de várias atividades produtivas. Conseguir relacionar o consumo/procura dos visitantes com a produção/oferta de bens e serviços turísticos é precisamente o principal objetivo das CST (INE, 2003).

Com as CST são estudadas as relações existentes entre os vários ramos de atividade do Turismo, assim como as relações entre as atividades turísticas e os restantes setores produtivos. Desta forma, podemos dizer que este instrumento possibilita a análise de vários pontos relevantes: avalia a importância económico-social de cada atividade turística na estrutura produtiva dos países, assim como do Turismo no seu todo; estuda os impactos resultantes da implementação de determinadas políticas ou de choques externos; e consegue fazer comparações entre os resultados de cada país, já que todos utilizam a mesma metodologia (INE, 2003).

### **2.4 Estrutura e Conteúdo**

A organização de uma CST inicia-se com a elaboração de um relatório, onde estejam contemplados os conceitos, as explicações e todas as informações necessárias à implementação da conta satélite (CS). São expostos os dados estatísticos disponíveis, relacionados com a procura e oferta do Turismo, os dados referentes aos fatores de produção e quais são os bens e serviços turísticos considerados (OMT, 2000).

No manual da OCDE sobre CST, de 2000, consta que este instrumento compreende um total de catorze tabelas. Cada uma refere-se a um indicador económico e as suas informações encontram-se interligadas. Porém, esta organização internacional salienta, neste documento, que os elementos requeridos não têm que ser todos compilados pelos países, sendo a construção das tabelas um processo gradual, a ser realizado ao longo dos anos (OCDE, 2000). Por outro lado, a OMT considerava que as CST deveriam incluir apenas dez tabelas (SREA et al., 2008).

De seguida apresentamos um quadro onde é feito um paralelo entre as metodologias propostas pela OCDE e pela OMT, com base no trabalho de Couto (2011), que organizou e separou as tabelas de acordo com os agregados a calcular.

**Tabela 2 - Tabelas propostas para a construção de Contas Satélite do Turismo, segundo a OCDE e a OMT.**

Agregados	Metodologias Propostas	
	OCDE - 14 Tabelas	OMT - 10 Tabelas
<b>Procura Turística</b>		
Consumo Turístico	<p><b>Tabela 2</b> - Oferta e Procura Turística, por tipo de alojamento e por tipo de visitante, a preços do consumidor (preços correntes);</p> <p><b>Tabela 10</b> - Oferta e Procura Turística por tipo de alojamento e por tipo de visitante, a preços do consumidor (preços do período anterior);</p> <p><b>Tabela 3</b> - Oferta Turística por atividades características e outras indústrias, para conhecer a procura turística por tipo de visitantes (preços correntes);</p> <p><b>Tabela 11</b> - Oferta Turística por atividades características e outras indústrias, para conhecer a procura por tipo de visitantes (preços do período anterior);</p> <p><b>Tabela 6</b> - Características dos visitantes.</p>	<p><b>Tabela 1</b> - Consumo Turístico Recetor, por produtos e tipo de visitantes;</p> <p><b>Tabela 2</b> - Consumo Turístico Interno, por produtos, tipo de visitantes e tipo de viagens;</p> <p><b>Tabela 3</b> - Consumo Turístico Emissor, por produtos e tipo de visitantes;</p> <p><b>Tabela 4</b> - Consumo Turístico Interior, por produtos e tipos de Turismo (resume os quadros anteriores e inclui informação acerca de operações não monetárias);</p> <p><b>Tabela 9</b> - Consumo Turístico Coletivo, por produtos e níveis de Governo.</p>
Formação Bruta de Capital Fixo	<p><b>Tabela 7</b> - Aquisição bruta de capital das indústrias características do Turismo (preços correntes);</p> <p><b>Tabela 13</b> - Aquisição bruta de capital fixo das indústrias características do Turismo (preços do período anterior);</p> <p><b>Tabela 8</b> - Stock bruto de capital das indústrias características do Turismo (preços correntes);</p> <p><b>Tabela 14</b> - Stock bruto de capital das indústrias características do Turismo (preços do período anterior).</p>	<p><b>Tabela 8</b> - Formação Bruta de Capital Fixo do Turismo.</p>
<b>Oferta Turística</b>		
Valor Acrescentado do Turismo	<p><b>Tabela 4</b> - Valor Acrescentado Turístico das atividades características e outras indústrias (preços correntes);</p> <p><b>Tabela 12</b> - Valor acrescentado Turístico das atividades características e outras indústrias (preços do período anterior).</p>	<p><b>Tabela 6</b> - Oferta e Consumo de serviços turísticos, por produtos.</p>
Produção Turística	<p><b>Tabela 1</b> - Contas de produção das indústrias características do Turismo (preços correntes);</p> <p><b>Tabela 9</b> - Contas de produção das indústrias características do Turismo (preços do período anterior).</p>	<p><b>Tabela 5</b> - Contas de Produção e Exploração dos ramos de atividade turística.</p>
Emprego	<p><b>Tabela 5</b> - Emprego Turístico das indústrias características e outras indústrias.</p>	<p><b>Tabela 7</b> - Emprego nos ramos de atividade do Turismo.</p>
Outros		<p><b>Tabela 10</b> - Indicadores não monetários do Turismo (n.º de visitantes, de chegadas, de dormidas, etc.).</p>

Fonte: Adaptado de Couto (2011), com base em OCDE (2000) e SREA et al. (2008).

Independentemente do conjunto de quadros que os países escolham aplicar, ambos permitem que se obtenha uma boa visão da atividade turística e do seu papel como fenómeno económico e social. No entanto, grande parte das tabelas apresentadas pela OCDE, designadamente da 9 à 14, fornecem a mesma informação contida nos restantes quadros, mas considerando os preços registados no ano anterior àquele a que se refere a análise (Couto, 2011). Claro que cada tabela possui o seu próprio valor, já que melhoram a compreensão acerca da evolução dos indicadores económicos em estudo, todavia a maioria dos países nem chegou a compilar os catorze quadros propostos, por considerarem desnecessários ou simplesmente por falta de dados.

À conta disso, em 2010, a OMT, a ONU e o Eurostat, em conjunto com a OCDE, publicaram o documento "Conta Satélite do Turismo: Quadro Metodológico Recomendado 2008", que apresenta novas atualizações no quadro conceptual das CST. Aí estão contempladas as mesmas dez tabelas recomendadas pela OMT, que passaram a ser consideradas a metodologia padronizada (OMT, ONU, Eurostat e OCDE, 2010). Por sua vez, cada país tem liberdade para escolher de que forma pretende proceder à construção da sua CST. Diga-se de passagem que o preenchimento de algumas tabelas demonstra-se, por vezes, um grande desafio, já que nem sempre os países têm à sua disposição contas nacionais desagregadas ao nível exigido (Rocha, 2012).

Para que sejam minimamente válidas, as CST devem desenvolver, pelo menos, as tabelas que fornecem uma apresentação detalhada da oferta e da procura do Turismo, de modo a que se chegue a conclusões acerca de qual é o tipo de bens e serviços mais adquiridos e quais são as indústrias que os produzem. Esse confronto entre a procura e a oferta constitui a peça-chave da CST (OMT et al., 2010).

Depois de toda a informação necessária para a compilação dos quadros estar identificada, assim como a metodologia a utilizar, inicia-se a recolha e análise dos dados e a construção da CST, tendo em conta os recursos disponíveis. Segundo a OMT (2000), a ferramenta em estudo deve ser acompanhada de uma análise dos resultados e de recomendações sobre a utilização das conclusões a que se chegarem e sobre os procedimentos que deverão ser melhorados na preparação das próximas CST. Convém realçar ainda que as CST produzidas e publicadas por um país têm um carácter provisório, devendo, posteriormente, ser melhoradas, com base em informações definitivas (OMT, 2000).

No final, as tabelas produzidas pela CST tornam possível: medir a contribuição do Turismo para o PIB e para a criação de emprego; distinguir as despesas de consumo



turístico efetuadas num país, assim como as receitas fiscais geradas pelo setor; determinar o investimento realizado no Turismo; medir a sua influência na Balança de Pagamentos; e, ainda, identificar as características dos trabalhadores empregados nesta atividade económica (OMT, 2000).

## 2.5 Conceitos

Interessa distinguir nesta fase alguns conceitos importantes que constam nas CST. No estudo do fenómeno do Turismo, surge, em primeira linha, o conceito de **visitante**, que "pode ser um consumidor final [...] ou até [...] um estabelecimento", que se desloca "para fora do seu ambiente habitual" (INE, 2003, p.16) por diversas razões. A ONU recomenda que sejam considerados seis tipos de motivos de viagens: lazer, recreio e férias; visitas a familiares e amigos; motivos de negócios ou profissionais; motivos de saúde; de religião/peregrinação; e, ainda, outros motivos, onde se incluem todos os que não se aplicarem às categorias anteriores (SREA et al., 2008).

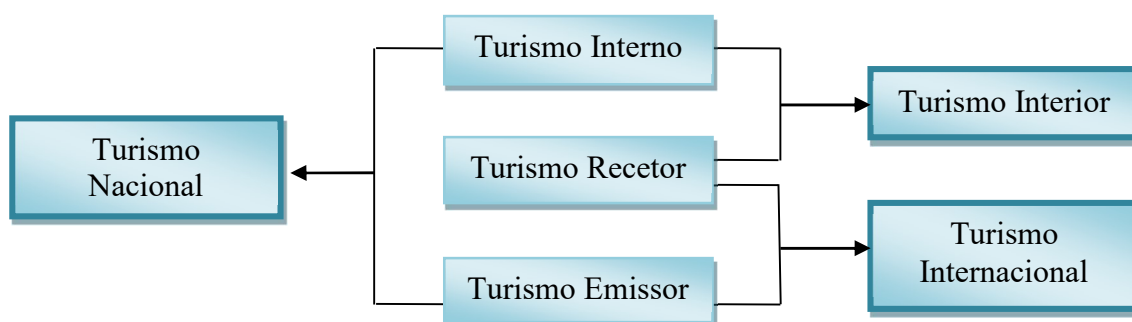
Os visitantes podem distinguir-se em **turistas** e **excursionistas**. A diferença entre eles reside apenas na duração da viagem. Enquanto os turistas permanecem pelo menos uma noite no local da visita, os excursionistas não chegam a pernoitar, sendo a sua passagem muito curta (INE, 2003; Eusébio, 2006).

Por seu turno, também é possível diferenciar os turistas pelo local onde residem. Os **visitantes internacionais** correspondem àqueles que visitam um país onde não residem, enquanto os **visitantes internos**, ou domésticos, dizem respeito aos que viajam dentro do país onde vivem (INE, 2003; Eusébio, 2006).

As atividades turísticas efetuadas por visitantes não residentes no local visitado são incluídas no que chamamos de **Turismo Recetor**, ao passo que o **Turismo Emissor** diz respeito às atividades realizadas pelos residentes de um país no estrangeiro. Por sua vez, o **Turismo Interno** está relacionado com as atividades efetuadas internamente por visitantes nacionais, que visitam outro local dentro do seu país de residência. Aqui também se pode incluir a componente interna do consumo do Turismo Emissor, isto é, do consumo realizado antes e depois dos residentes viajarem para fora do país (p. ex. compra do bilhete de avião) (SREA, 2007; SREA et al., 2008; INE, 2010; Couto, 2011; OMT, 2015). Como às atividades turísticas está associado um custo, é comum falar-se em "consumo do Turismo Recetor/Emissor/Interno", que reflete as despesas dos visitantes em cada tipo de Turismo.

Juntando estes três tipos de Turismo e fazendo diferentes combinações entre eles, obtêm-se novas categorias. O **Turismo Internacional** está relacionado com a junção do Turismo Emissor com o Recetor; enquanto o **Turismo Nacional** engloba o Turismo Interno e o Turismo Emissor, ou seja, corresponde ao Turismo efetuado apenas por residentes, independentemente de se deslocarem para outras regiões do país de residência ou para o estrangeiro. Finalmente, temos o **Turismo Interior**, que resulta da aglomeração do Turismo Interno com o Turismo Recetor, abrangendo ainda a componente do Turismo Emissor referente ao consumo interno (INE, 2003; Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda., 2005; SREA, 2007; SREA et al., 2008).

**Figura 3- Classificação dos diferentes tipos de Turismo de acordo com o país de origem dos visitantes.**



Fonte: Adaptado de Eusébio (2006).

Outro conceito que convém perceber é o **Consumo Turístico Interior (CTI)**, que pode ser definido como o consumo realizado no âmbito do Turismo Interior, embora inclua também as despesas efetuadas aquando de viagens de negócios e as Outras Componentes do Consumo Turístico (INE, 2005a). Basicamente, o CTI abrange todos os gastos de consumo relacionados com o Turismo feitos dentro de um país, independentemente de serem realizados por visitantes residentes ou não residentes (INE, 2003). Este conceito desempenha um papel importante nas CST, tal como veremos mais à frente aquando da análise dos seus resultados.

Aqui teremos que andar uns passos atrás e deixar uma nota importante: a estrutura deste trabalho não segue exatamente a ordem cronológica dos acontecimentos. Na próxima secção, analisaremos os resultados que foram obtidos na última CST realizada em Portugal, datada de 2010, ao passo que na secção 4 analisaremos os resultados da única CST portuguesa realizada ao nível regional, publicada em 2008. Optámos por esta

organização porque achámos que faria mais sentido partirmos do geral, nesse caso em concreto do que foi feito em termos nacionais, para depois nos focarmos no que foi desenvolvido em termos regionais. Como vamos ver, a CST portuguesa de 2010 compreende algumas alterações, tanto na metodologia, como nos conceitos utilizados. À conta disso, estas contas podem afastar-se das dos Açores e da Madeira, que foram construídas dois anos antes. Tudo isto para dizer que, ao longo deste trabalho, certos indicadores económicos poderão ter outras denominações ou até mesmo incluir mais ou menos componentes. É exatamente isso que acontece com o CTI, que, a dada altura, passou a ser chamado de Consumo de Turismo no Território Económico (CTTE) e a abranger outras componentes que antes não eram consideradas (INE, 2010). Mais à frente voltaremos a mencionar e a estudar melhor esta variável.

Ao longo da análise de CST deparamo-nos com o conceito de **Consumo Turístico Coletivo**, que constitui a parcela do consumo destinado a fins turísticos efetuado pelas Administrações Públicas, como por exemplo a promoção turística, a preparação de estatísticas acerca do Turismo, etc. (SREA et al., 2008).

Por fim, é também pertinente explicitar em que é que consiste o **Valor Acrescentado Gerado pelo Turismo (VAGT)**. Esta variável reflete a contribuição do Turismo para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) de uma dada estrutura económica. O VAB está relacionado com o saldo "entre o valor da produção e o valor dos consumos em bens e serviços necessários para essa produção" (Turismo de Portugal, 2011a, p.50). Note-se que as atividades turísticas contabilizadas correspondem às que existem a nível interno, ou seja, dizem respeito aos bens e serviços do setor turístico consumidos por visitantes de um país, sejam eles residentes ou não residentes (INE, 2010).

## **2.6 Efeitos Diretos, Indiretos e Induzidos**

Tal como já foi referido, o Turismo produz inúmeros efeitos na economia, que, por sua vez, podem se diferenciar em efeitos diretos e indiretos. Sempre que um visitante realizar uma despesa de consumo ao adquirir um bem ou serviço relacionado com a sua visita, como estamos perante uma relação direta entre o turista/excursionista e o fornecedor, esta aquisição resulta num efeito direto. Por outro lado, perante variações na procura de bens ou serviços turísticos, espera-se que também se verifiquem alterações na produção de outros ramos de atividade. Com o setor da restauração, por exemplo, consegue-se demonstrar perfeitamente aquilo a que nos estamos a referir: para que os restaurantes consigam fazer face ao aumento da procura turística, graças a um maior fluxo

de visitantes, necessitam de comprar mais inputs aos seus fornecedores. Assim, os produtores de bens alimentares, de bebidas, de serviços de mesa, de têxteis, de cozinha, de energia, entre muitos outros inter-relacionados com o setor da restauração, irão, conseqüentemente, aumentar a sua produção, apesar dos seus ramos de atividade não estarem diretamente associados ao Turismo. A esses efeitos repercutidos a toda a economia dá-se o nome de efeitos indiretos. Deve-se ainda referir que os impactos desta variação na procura de bens e serviços turísticos podem ser analisados não só da perspectiva da produção, mas também ao nível do valor acrescentado e do emprego (INE, 2003).

Apesar de não serem muito mencionados, existem ainda os efeitos induzidos, que dizem respeito às conseqüências dos efeitos indiretos. Devido aos impactos resultantes do impulso no Turismo, referidos anteriormente, as famílias acabam por registar uma melhoria no seu rendimento, o que, por sua vez, gera um novo conjunto de efeitos, devido ao conseqüente aumento do consumo de bens e serviços por parte dos residentes (INE, 2003; Eusébio, 2006; Couto, 2011).

É importante aludir que as CST não conseguem medir, pelo menos de forma direta, os efeitos previamente explicados, o que de certo modo indica que os impactos do Turismo na estrutura económica não conseguem ser totalmente quantificados apenas por este instrumento estatístico. Não obstante, através da utilização da informação compilada pelas CST, é possível, recorrendo a outras ferramentas, como aos modelos Input-Output e de Equilíbrio Geral, estimar o valor desses efeitos (INE, 2003; Couto, 2011).

## **2.7 Implementação**

Não chegou a ser estabelecido a quem deve pertencer a responsabilidade do desenvolvimento da CST de um país. A OMT apenas recomenda que seja criada uma parceria interinstitucional, liderada pelo organismo que fornece informação estatística oficial, da qual faça parte a instituição promotora da atividade turística e outras instituições, públicas ou privadas, capazes de fornecer os dados pretendidos, como é o caso dos Bancos Centrais (OMT, 2000).

A própria Comissão Europeia estabeleceu como ação prioritária a implementação da CST em todos os Estados-Membros da União Europeia, devido ao facto dos seus resultados revelarem-se muito importantes para os países, por refletirem, até certo ponto, o papel deste setor nas suas economias (Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda., 2005; Franz et al., 2014).

### **3. Conta Satélite do Turismo em Portugal**

#### **3.1 Enquadramento**

Em Portugal, o conceito de CST começou a ser mais conhecido a partir do ano 2001 (Couto, 2011), mas só em 2003 o Instituto Nacional de Estatística (INE), com o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, elaborou o "Estudo de Implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal", onde estão contempladas as diretrizes auxiliares e todos os procedimentos para o desenvolvimento desta metodologia, desde as fontes que devem ser utilizadas, aos métodos de cálculo e de estimação das variáveis (INE, 2003). O documento, por seu turno, foi baseado no "Manual Europeu de Implementação da Conta Satélite do Turismo" (MEICST), da autoria do Eurostat, e no relatório "Conta Satélite do Turismo: Quadros de Referência Metodológica", realizado pelas Nações Unidas (INE, 2005a). Toda a estrutura conceptual e metodologia adotadas são compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN93) e com o Sistema Europeu de Contas 1995 (SEC95), o que assegura a coerência entre as informações relacionadas com o Turismo e as nomenclaturas e regras contabilísticas comuns aos vários países-membros da ONU e da UE. Ainda assim, os procedimentos a seguir tiveram também que ter em consideração a realidade nacional, ou seja, as características das nossas Contas Nacionais e do sistema turístico português (INE, 2003; INE, 2010).

O facto de Portugal não ter sido pioneiro na aplicação desta ferramenta estatística trouxe como benefício o facto de já ter conhecimento das experiências de outros países e dos problemas que enfrentaram, conseguindo, desta forma, ter uma visão mais clara das dificuldades que iria enfrentar e das soluções a que poderia recorrer.

Para a realização do desenvolvimento metodológico da primeira CST portuguesa, cuja cobertura geográfica correspondeu a todo o território nacional, a equipa técnica teve em conta a metodologia, os conceitos e as definições aceites e padronizados internacionalmente, as referências metodológicas apontadas nas CST de outros países e, ainda, o Sistema de Contas Nacionais (INE, 2003).

Com a implementação do instrumento em análise, o Turismo passa a ser quantificado na Contabilidade Nacional, tal como já acontece com os outros setores de atividade, de modo a que seja possível medir o seu peso no total da economia, o que faz com que a CST seja considerada um subsistema das Contas Nacionais.

### 3.2 Compilação dos Dados

O MEICST propõe a elaboração de somente seis das tabelas recomendadas pela OMT para sintetizar a informação apurada, nomeadamente das seis primeiras, que passam a ser denominadas Quadros de Resultados (QR). A Tabela 3 expõe a informação que cada um desses quadros fornece.

**Tabela 3 - Quadros da Conta Satélite do Turismo em Portugal.**

Quadro	Conteúdo
1	Consumo do Turismo Recetor por produtos e categorias de visitantes.
2	Consumo do Turismo Interno por produtos e categorias de visitantes.
3	Consumo do Turismo Emissor por produtos e categorias de visitantes.
4	Consumo do Turismo Interior por produtos e categorias de visitantes.
5	Contas de Produção e Exploração dos Ramos de Turismo.
6	Apuramento dos Rácios de Turismo e Determinação das Produções e VAB Turísticos.

Fonte: Adaptado de INE (2003).

As tabelas de 1 a 4 referem-se ao consumo turístico, ou seja, à procura, sendo que as primeiras três dizem respeito a cada uma das componentes do Turismo, enquanto a quarta aglomera a informação dos quadros anteriores, chegando ao valor do Consumo Turístico Interior. A Tabela 5 contém dados relacionados com a oferta, nomeadamente acerca da produção das atividades turísticas, ao passo que a Tabela 6, por seu turno, interliga a procura e a oferta (INE, 2003; Cañada, 2013). Como seguimos a terminologia usada por cada um dos autores que utilizámos como referência, chamamos a atenção para o facto de alguns quadros das CST poderem ter designações diferentes ao longo deste relatório.

Os QR, para além de poderem ser utilizados no desenvolvimento das CST, poderão fornecer informação útil, por exemplo, aquando da elaboração de uma análise input-output, caso se pretenda estudar com maior pormenor as interações existentes entre o Turismo e os outros ramos de atividade (INE, 2003).

Os produtos do Turismo são apresentados nos QR seguindo uma nomenclatura própria, podendo ser divididos em **produtos específicos** e **não específicos**. Dentro do primeiro grupo, ainda podemos distinguir os **produtos característicos**, que correspondem aos que estão diretamente associados ao Turismo, como o alojamento, restauração e bebidas, transporte, etc., e os **produtos conexos**, que são também

procurados e consumidos pelos visitantes, embora não façam parte do foco da atividade turística, como por exemplo combustíveis, vinhos, artigos decorativos, etc. (INE, 2006; Turismo de Portugal, 2011a). Fazem parte dos produtos não específicos todos aqueles que "podem ser consumidos esporadicamente pelos visitantes mas que não se manifestam de interesse considerável na análise do turismo em termos económicos" (Eusébio, 2006, p.21).

Por seu turno, os ramos de atividade do Turismo são classificados da mesma forma que os produtos, apesar de terem, igualmente, a sua própria nomenclatura.

A OMT permite que os países alterem as classificações dos produtos e atividades definidas internacionalmente, desde que continuem a se guiar pelo Código dos Produtos Turísticos (CPT) e pela Classificação Internacional de Atividades Turísticas (CITAT), isto é, pelas nomenclaturas estabelecidas (Couto, 2011). Em Portugal, a lista de produtos e de ramos de atividade específicos do Turismo foi adaptada de acordo com as classificações adotadas pelas Contas Nacionais e pelo Sistema Estatístico Nacional (INE, 2003).

O processo de recolha dos dados para a construção da CST pode ser considerado complexo e demorado, pois o preenchimento dos quadros depende de informação proveniente de diversas fontes. Antes de se chegar aos QR, é necessária a construção de quadros instrumentais, o que só é possível através da busca exaustiva de dados estatísticos. Estes quadros permitem estabelecer relações entre as variáveis e identificar as necessidades de reformulação dos dados e utilização de *proxies*. Note-se que, devido ao facto de serem utilizadas diversas fontes estatísticas, que muitas vezes têm que ser usadas em simultâneo para apurar determinadas variáveis, é aconselhável a construção de uma base de dados, a chamada BDCST, de modo a que seja mais fácil identificar de que forma os dados foram estimados (INE, 2003).

### **3.3 Metodologia e Estrutura**

Tal como já foi referido, apesar dos países que tencionam implementar as CST terem que seguir os conceitos e metodologia standardizados internacionalmente, poderão também formular algumas alterações tendo em conta as suas especificidades, desde que devidamente fundamentadas. No relatório "Estudo de Implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal" são apresentadas as modificações e reformulações que a equipa técnica responsável pela elaboração das CST propõe, com as respetivas

justificações. Destacam-se as alterações em algumas operações estatísticas e a inclusão de novos cálculos (INE, 2003).

De um modo geral, ao longo do documento, são relatadas as fontes estatísticas que devem ser consultadas para a obtenção dos dados (podem incluir inquéritos às empresas turísticas e aos visitantes, recenseamentos à população, etc.); é explicado de que forma as variáveis devem ser desagregadas para facilitar a análise e o que cada uma deve incluir; é explicado como se deve contornar o problema da insuficiência de dados e; são referidos quais são os métodos de cálculo e de estimação a utilizar. Após o apuramento da informação pretendida e dos rácios do Turismo, são mencionadas as necessidades adicionais de informação, assim como os trabalhos adicionais que a equipa considere relevante vir a desenvolver (INE, 2003).

### **3.4 Contas Satélite do Turismo realizadas em Portugal**

Através da assinatura de Protocolos, em maio de 2004, entre o INE, o Banco de Portugal e a Direção Geral do Turismo (atualmente Turismo de Portugal), ficou estabelecido que as estimativas referentes à primeira CST de Portugal, para o ano 2000, deveriam ser apresentadas até ao final do mês de novembro do mesmo ano. Contudo, estas só foram publicadas em março de 2005 (Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda., 2005; Couto, 2011). Note-se que a versão piloto das CST portuguesas foi participada financeiramente pela Comissão Europeia (INE, 2003).

Até ao presente, já foram divulgadas oito CST em Portugal, entre os anos 2005 e 2010. As datas de publicação e respetivos anos analisados estão expostos no quadro que se segue.

**Tabela 4 - Contas Satélite do Turismo publicadas em Portugal.**



<b>Data de publicação</b>	<b>Período em análise</b>	<b>Ano base</b>
17 de março de 2005	2000 (dados provisórios)	2000
21 de setembro de 2006	2000 - 2002	2000
10 de setembro de 2007	2003 - 2004	2000
21 de dezembro de 2007	2005 - 2007	2000
19 de maio de 2008	2005 - 2007	2000
19 de dezembro de 2008	2006 - 2008	2000
16 de dezembro de 2009	2007 - 2009	2000
<b>17 de dezembro de 2010</b>	<b>2000 - 2010</b>	<b>2006</b>

Fonte: Adaptado de INE.

Tal como já foi referido, as contas satélite já realizadas são sempre revistas antes da elaboração de uma nova estimativa. Isso acontece pela necessidade de se verificar se os resultados anteriormente obtidos espelhavam, de facto, a realidade, podendo ser melhorados ou corrigidos, e para que as equipas técnicas tenham um ponto de partida aquando do começo de um novo trabalho. A CST de 2010 faz exatamente isso, examinando os resultados das contas anteriores, referentes aos anos compreendidos entre 2000 e 2009 (INE, 2003). Uma vez que a última CSTP faz um apanhado dos resultados de todas as outras e implementou algumas alterações ao nível de conceitos, fontes de informação e metodologia, apenas nos vamos focar nos seus resultados.

### **3.4.1 Conta Satélite do Turismo 2000 - 2010**

Como em junho de 2010 foi divulgado o novo ano base das Contas Nacionais, que corresponde a 2006, a CST passou também a se basear nesse ano, tendo revisto os seus resultados já divulgados, que antes se baseavam no ano 2000. Os mesmos encontram-se anexados ao texto integral desta CST.

Foram incluídas nesta CST novas informações, que antes não eram consideradas, provenientes de fontes como:

- Informação Empresarial Simplificada (IES), que fornece dados contabilísticos e fiscais das empresas (IES, 2015);
- Inquérito dos Gastos Turísticos Internacionais (IGTI), efetuado aos visitantes, residentes e não residentes, junto às fronteiras de Portugal, com o intuito de estimar as suas despesas turísticas no local visitado (INE, 2005b);

- Nomenclatura de Atividades da Comunidade Europeia, Revisão 2 (NACE Rev. 2) e a Classificação de Produtos por Atividade 2008 (CPA 2008), que impõem a utilização de uma classificação de atividades económicas e de produtos a todos os Estados-Membros da UE (Eurostat, 2008).

As presentes atualizações fazem com que os dados obtidos sejam mais adequados, já que incluem muita mais informação pertinente e colmatam algumas das diferenças que existiam anteriormente entre as nomenclaturas das classificações e das CST. É de salientar ainda que, ao incorporar o IGTI na análise, foi possível apurar dados suficientes para a estimação do consumo do Turismo Emissor, que nunca chegou a ser calculado nas restantes CST, por não existirem fontes de informação capazes de ceder os dados necessários para se calcular as despesas de consumo realizadas pelos residentes portugueses no estrangeiro (INE, 2010; Turismo de Portugal, 2011a).

Outra alteração verificada corresponde à inclusão da despesa de Turismo de Negócios no Turismo Recetor ou Interno, enquanto antes este se encontrava inserido nas Outras Componentes do Consumo de Turismo (INE, 2010).

Por último, com o objetivo de melhorar a compreensão dos resultados, a designação do Consumo Turístico Interior (CTI) foi substituída por "Consumo de Turismo no Território Económico", ou, simplificando, CTTE (INE, 2010), tal como já referimos. Este passa a ser definido como o consumo efetuado em Turismo por "residentes e não residentes, em Portugal, no âmbito de uma deslocação para fora do seu ambiente habitual, por motivos de lazer, negócios e/ou outros e que não dê lugar a qualquer remuneração no destino" (Turismo de Portugal, 2011a, p.49). Desse consumo fazem parte o Consumo Turístico Recetor (que passa a incluir o consumo do Turismo de Negócios de não residentes), o Consumo Turístico Interno (incluindo as despesas de consumo efetuadas por residentes em Portugal aquando da sua deslocação para o estrangeiro, assim como o consumo do Turismo de Negócios de residentes dentro do país) e as Outras Componentes do Consumo Turístico (Turismo de Portugal, 2011a).

Para a elaboração da CST em análise, foram usados os dados das Contas Nacionais, desde 2000 até ao dia 9 de dezembro de 2010. Como tal, o INE chama a atenção para as estimativas do ano 2010, que apenas apresentam os valores de alguns agregados e que tomam valores provisórios, visto terem sido calculadas com base em informações incompletas (INE, 2010). Além disso, os dados referentes ao período de 2000 a 2009 foram todos revistos, tendo em consideração o novo ano base (INE, 2011).

O principal destaque desta CST corresponde ao facto de se prever que a despesa turística, ou seja, o CTTE, volte a aumentar em termos nominais entre 2009 e 2010, registando uma taxa de crescimento de 7,9%. Quanto ao VAGT, também se esperava um aumento de cerca de 6,4% (INE, 2010).

**Tabela 5 - Principais Agregados da Conta Satélite do Turismo.**

	2006	2007	2008 Po	2009 Pe	2010*
<b>Consumo do Turismo no Território Económico</b>					
Valor (Milhões de Euros)	14 008,5	15 466,6	15 776,2	14 797,4	15 960,1
Taxa de variação nominal (%)	9,5	10,4	2,0	-6,2	7,9
<b>Consumo do Turismo Recetor</b>					
Valor (Milhões de Euros)	7 878,6	8 822,6	8 846,8	8 192,0	X
Taxa de variação nominal (%)	12,6	12,0	0,3	-7,4	X
<b>Consumo do Turismo Interno + Outras Componentes</b>					
Valor (Milhões de Euros)	6 129,8	6 644,0	6 929,4	6 605,3	X
Taxa de variação nominal (%)	5,8	8,4	4,3	-4,7	X
<b>Valor Acrescentado Gerado pelo Turismo</b>					
Valor (Milhões de Euros)	5 583,5	6 208,7	6 075,8	5 902,7	6 279,8
Taxa de variação nominal (%)	9,6	11,2	-2,1	-2,8	6,4
Contribuição do VAGT para o VAB (%)	4,1	4,3	4,1	4,0	4,1
<b>VAB da Economia</b>					
Valor (Milhões de Euros)	137 827,5	145 698,3	149 792,9	148 086,0	152 958,3
Taxa de variação nominal do VAB da Economia (%)	3,7	5,7	2,8	-1,1	3,3 (a)

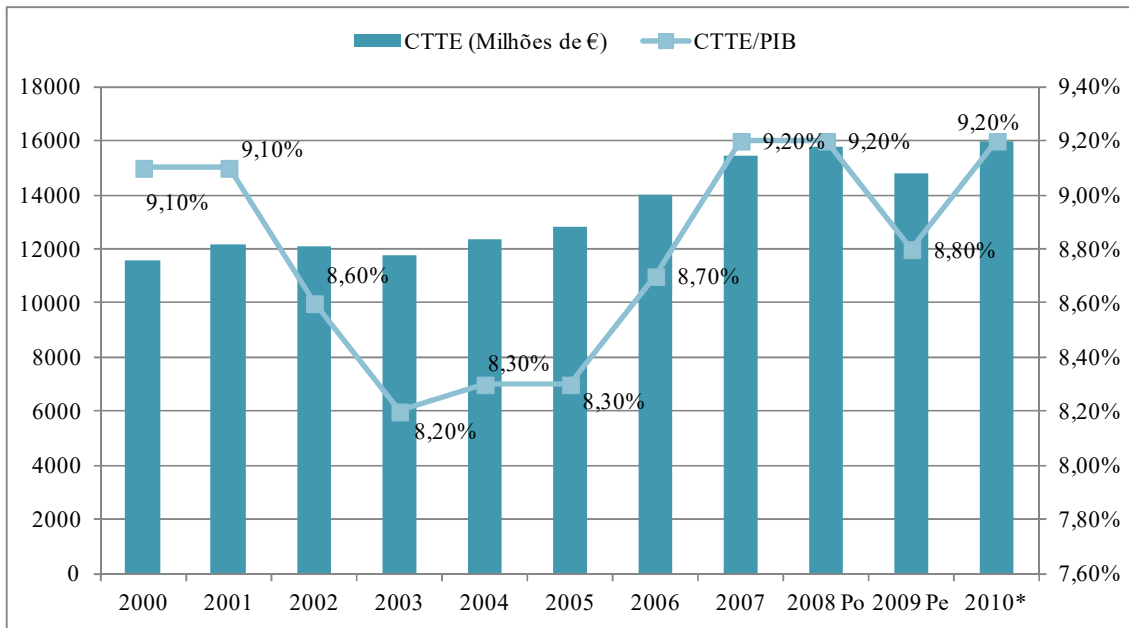
**Notas:** Po - Dados Provisórios; Pe - Dados Preliminares; \* - Primeira Estimativa; (a) - Taxa de variação nominal acumulada do VAB até ao 3.º trimestre de 2010.

Fonte: Adaptado de INE (2010).

Verifica-se que a procura turística registou algumas oscilações ao longo dos anos, mas apresenta uma taxa média de crescimento anual positiva, que toma o valor de 2,9%. Os anos que registaram uma melhor performance foram 2006 e 2007, quando o CTTE cresceu 9,5% e 10,4%, respetivamente. Contudo, em 2009 a procura turística sofreu uma diminuição nominal de 6,2% face ao ano anterior, essencialmente como consequência da crise económica internacional (INE, 2010).

Em média, o CTTE apresentou um peso de 8,8% do PIB, sendo 2003 o ano em que o Turismo menos contribuiu para a produção nacional (8,2%), enquanto em 2007 e 2008 a sua importância atingiu o valor mais alto (9,2%) (INE, 2010; Turismo de Portugal, 2011a).

**Gráfico 1 - Consumo do Turismo no Território Económico e CTTE em % do PIB.**

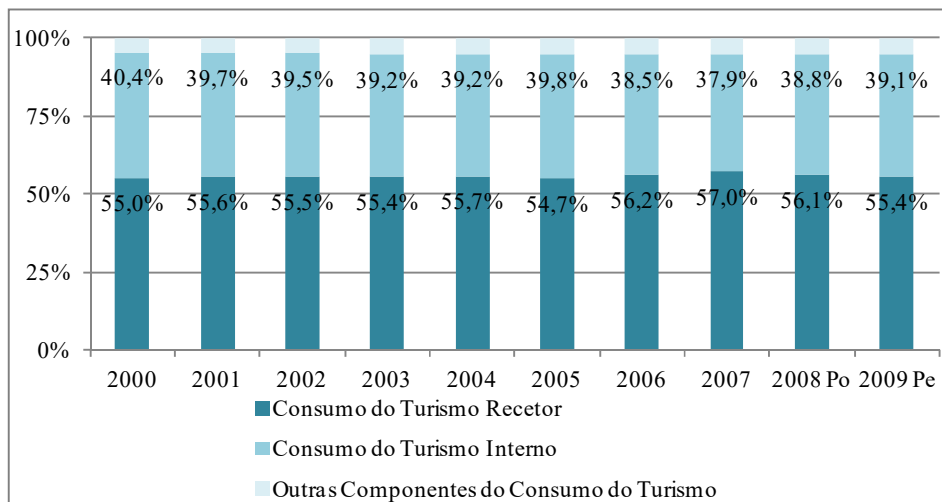


Notas: Po - Dados Provisórios; Pe - Dados Preliminares; \* - Primeira Estimativa.

Fonte: Adaptado de INE (2010) e Turismo de Portugal (2011a).

Tal como na estimativa para 2010, entre os anos em estudo o consumo do Turismo Recetor foi a componente mais significativa, com uma importância média de 56% do CTTE, seguindo-se o Consumo do Turismo Interno, representando cerca de 39%, e, finalmente, as Outras Componentes do Consumo do Turismo, com um peso de 5% (INE, 2010).

**Gráfico 2 - Consumo do Turismo no Território Económico por componentes.**

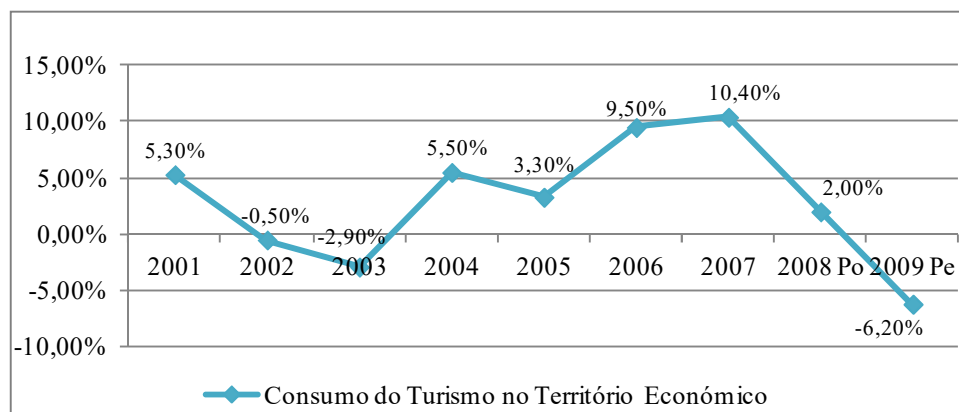


Notas: Po - Dados Provisórios; Pe - Dados Preliminares.

Fonte: Adaptado de INE (2010).

Analisando a evolução das taxas de crescimento nominais das componentes do CTTE, apercebemo-nos que, novamente, foi em 2003 e 2009 que a procura turística mais abrandou. Dois dos seus componentes registaram taxas de variação negativas, destacando-se o Consumo do Turismo Recetor, que, em 2009, diminuiu em 7,4%, enquanto o Consumo do Turismo Interno decresceu em 4,7%. Por seu turno, em termos globais, no período em análise, o Consumo do Turismo Recetor apresenta uma taxa de crescimento média anual de 3,1%, ao passo que o Consumo de Turismo Interno cresceu 2,5% (INE, 2010).

**Gráfico 3 - Taxa de crescimento do Consumo do Turismo no Território Económico.**

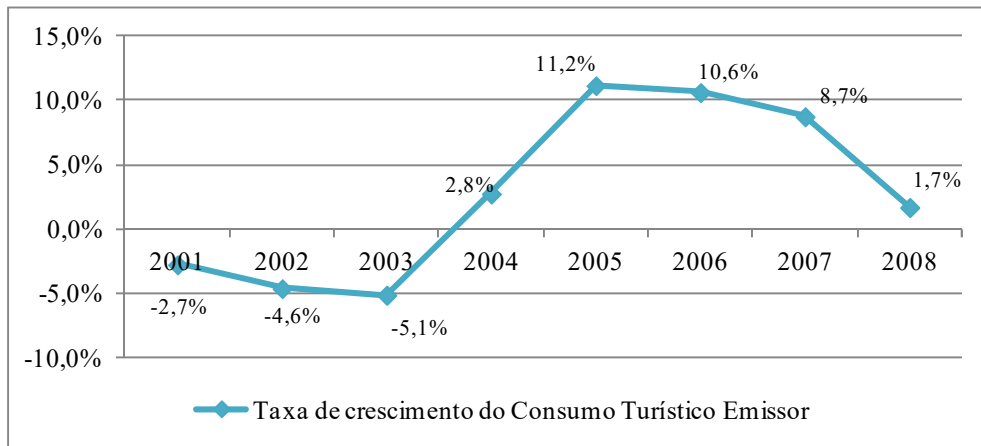


**Notas:** Po - Dados Provisórios; Pe - Dados Preliminares.

Fonte: Adaptado de INE (2010).

Como já foi referido, só nesta CST foi publicada informação acerca do Turismo Emissor. Segundo o documento, entre 2000 e 2009, esta componente cresceu a uma taxa média anual nominal de 1,6%, representando, em média, no mesmo período, cerca de 1,9% do PIB. 2005 foi o ano mais promissor para esse consumo, tendo crescido mais do que o associado ao Turismo Recetor e ao Turismo Interno. Todavia, a partir daí, a sua taxa de crescimento começou a desacelerar (INE, 2010).

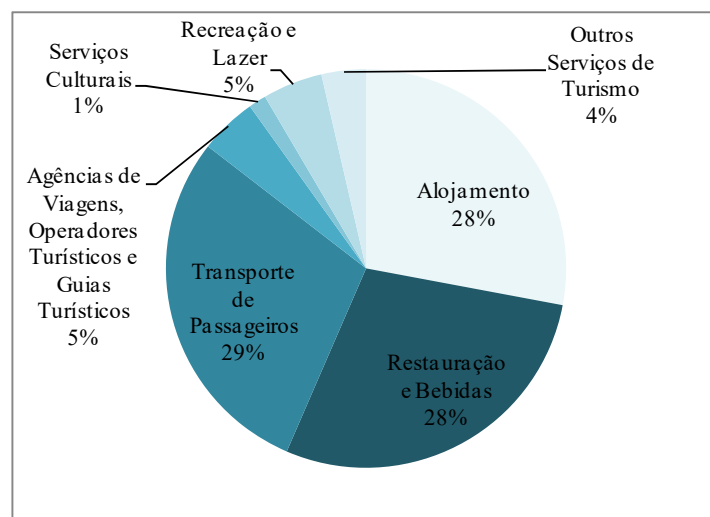
**Gráfico 4 - Taxa de crescimento do Consumo Turístico Emissor.**



Adaptado de INE (2010).

De 2000 a 2008 verificou-se que a listagem de produtos turísticos mais consumidos em Portugal foi sempre a mesma, apesar de se terem registado algumas flutuações nas suas taxas de crescimento. A Restauração, o Alojamento e os Transportes de Passageiros constituem os produtos mais representativos do CTTE, com um peso médio de 25%, 24% e 22%, respetivamente. Os restantes 29% dizem respeito a todos os restantes produtos turísticos.

**Gráfico 5 - Consumo do Turismo no Território Económico: Produtos Característicos (2008).**



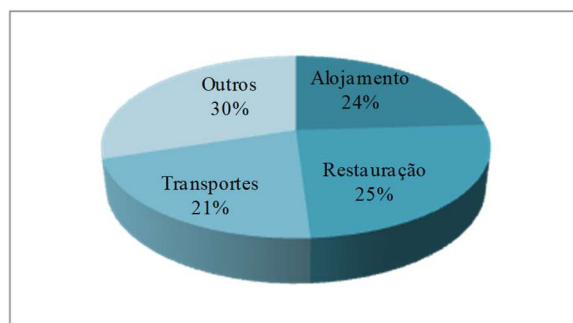
Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Quanto à evolução ao longo dos anos da taxa de crescimento do CTTE por tipo de produto, destaca-se o ano 2004, com a restauração a registar a maior taxa, a rondar os

12%, e o ano 2006, quando os Transportes cresceram 21,7% em relação a 2005 (INE, 2010).

Entre 2000 e 2008, os produtos mais consumidos por não residentes em Portugal foram os referentes à Restauração (a representar, em média, 25% do Consumo do Turismo Recetor), seguindo-se o Alojamento (24%) e os Transportes (21%). Os restantes 30% foram consumidos em outros produtos turísticos, onde se incluem os serviços culturais e recreativos, os serviços prestados por agências de viagens e bens e serviços não característicos (INE, 2010).

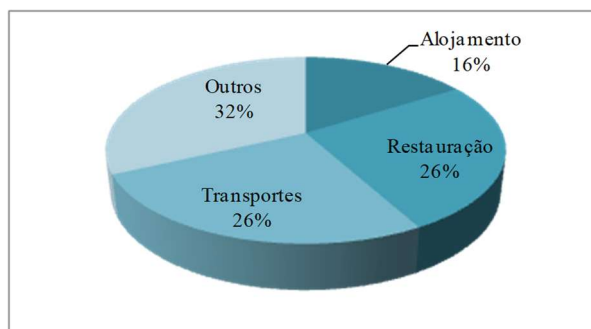
**Gráfico 6 - Estrutura média por produtos do Consumo do Turismo Recetor, no período 2000 - 2008.**



Fonte: Adaptado de INE (2010).

Por outro lado, quanto ao Turismo Interno, os portugueses gastaram mais em Restauração e Transportes (cada um com um peso de 26% do total), consumindo apenas o equivalente a 16% em Alojamento. O remanescente (32%) foi gasto em outros produtos (INE, 2010).

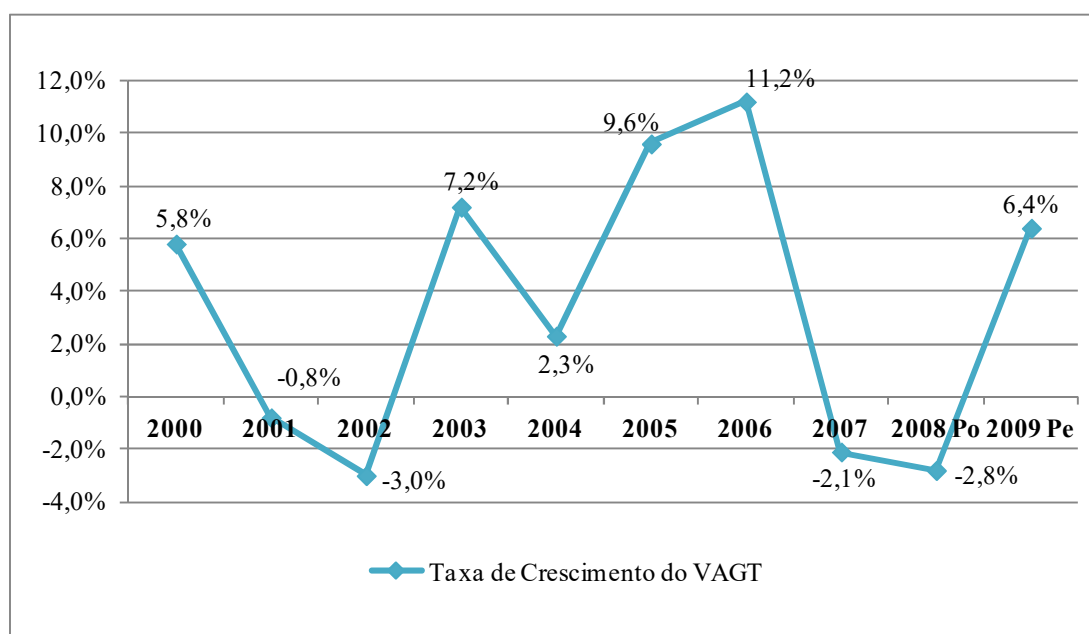
**Gráfico 7 - Estrutura média por produtos do Consumo do Turismo Interno, no período 2000 - 2008.**



Fonte: Adaptado de INE (2010).

Passando à análise do lado da oferta turística, apurou-se que, entre os anos 2000 e 2009, o VAGT representou, em média, 4% do produto nacional e apresentou uma taxa de variação média anual nominal de 3,8%. Em 2007 e 2008, este agregado decresceu ligeiramente, tendo registado taxas de crescimento negativas, de -2,1% e de -2,8%, respetivamente. De acordo com o INE, este facto é justificado pela crise económica, que começou a afetar não só Portugal, mas também todos os outros países do Resto do Mundo, e pelo forte crescimento da atividade turística, verificado em 2006, que não poderia ser sustentado (INE, 2010).

**Gráfico 8 - Taxa de Crescimento do Valor Acrescentado Gerado pelo Turismo.**



**Notas:** Po - Dados Provisórios; Pe - Dados Preliminares.

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Como era de esperar, as atividades turísticas que mais contribuíram para o VAGT foram as mesmas já mencionadas. O setor mais representado, em média, corresponde ao do Alojamento, com um peso de 39%, logo seguido da Restauração, a representar 23% do VAGT, dos Transportes, com uma importância de 20%, e com as outras atividades turísticas a representar apenas 18%. Apesar de todas estas atividades terem tido uma evolução parecida ao longo do tempo, seguindo todas a mesma tendência, foi o setor dos Transportes que registou a maior taxa de crescimento média anual: 5,1%. Dos vários meios de transporte existentes, o aéreo foi o mais utilizado e o que mais contribuiu para o VAGT (INE, 2010).



Por fim, a CST de 2010 expõe, de maneira breve, as principais revisões que foram feitas ao nível do CTTE. Utilizando 2006 como ano base, para o ano 2006, obtém-se um consumo inferior em 7,5% ao calculado com a Base 2000. Isso acontece porque na Base 2006 foram incluídos novos dados que antes não eram considerados, provenientes do IES e do IGTI (INE, 2010).

**Tabela 6 - Consumo do Turismo no Território Económico.**

Milhões de €	Base 2000	Base 2006	Base 2006 - Base 2000
<b>Consumo de Turismo</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Taxa de Variação</b>
Não Residentes (1)	7 437	7 879	5,9%
Residentes (1)	2 993	5 396	80,3%
Outras Componentes (2)	4 719	734	-84,4%
<b>CTTE</b>	<b>15 149</b>	<b>14 008</b>	<b>-7,5%</b>

**Notas:**

(1) - Inclui o Consumo do Turismo de Negócios na Base 2006, não inclui na base 2000

(2) - Não inclui o Consumo do Turismo de Negócios na Base 2006, inclui na Base 2000

Fonte: Adaptado de INE (2010).

O valor agregado deste consumo foi esmiuçado de acordo com a sua origem, isto é, conforme tenha sido realizado por residentes ou por não residentes. Com 2006 como ano base, o consumo do Turismo efetuado por não residentes demonstrou-se mais elevado do que com a Base 2000, apesar desta diferença não ser muito significativa, tomando o valor de 5,9%. Por sua vez, quanto ao Turismo realizado por residentes, a variação registada já foi de 80,3%, com a Base 2000 a subavaliar o consumo de Turismo dos portugueses. Convém relembrar que as diferenças verificadas devem-se ao facto das despesas relacionadas com o Turismo de Negócios terem passado a ser consideradas na quantificação dos gastos em Turismo, daí o valor apurado destas despesas ser mais elevado do que antes, quando essa componente era incluída nas Outras Componentes do Consumo Turístico. Precisamente por causa disso, a rubrica "Outras Componentes" apresenta uma taxa de variação negativa, com os dados calculados com a Base 2006 a apresentar um valor 84,4% mais baixo do que o valor correspondente ao da Base 2000 (INE, 2010).

Por último, analisando o VAGT, no ano 2006, aplicando os dados da Base 2006, este agregado registou uma taxa de variação de -12,5%. Isso aconteceu devido à redução do valor do CTTE e ao aumento dos consumos intermédios relacionados com as atividades turísticas (INE, 2010).

É importante realçar que foi anexado ao texto integral da CST de 2010 um documento onde encontramos os QR para os anos de 2000 a 2008, com toda a informação apurada. Grande parte desta não chega a ser mencionada no relatório publicado, como é o caso da que se refere ao emprego no setor do Turismo. Porém, apesar de alguns indicadores também merecerem alguma atenção, os dados foram disponibilizados e são capazes de fornecer uma visão mais clara da realidade do setor, que poderá ser bastante útil para todos os interessados no desenvolvimento da atividade turística.

### **3.4.2 Evolução do Contributo do Turismo para a Economia Portuguesa**

Em setembro de 2011, quase um ano depois da publicação da última CSTP oficial, foi divulgado um relatório, da autoria do Turismo de Portugal, intitulado "Evolução do Contributo do Turismo para a Economia Portuguesa", que descreve de que forma o Turismo contribuiu para a economia nacional, entre o período de 2000 a 2010. Este documento faz uma revisão da CST anteriormente analisada, embora forneça informação muito mais pormenorizada e esclarecimentos extra, garantindo um maior conhecimento da realidade económica. Os dados referentes ao intervalo de 2000 a 2007 são definitivos, enquanto de 2008 a 2010 são preliminares (Turismo de Portugal, 2011a).

Em 2010, o peso do CTTE no PIB atingiu os 9,2%. Quanto ao VAGT, este cresceu 6,4%, face a 2009, e apresentou uma taxa de crescimento média anual, entre 2000 e 2010, de 3,2%, uma importância muito próxima àquela que foi divulgada pela CST de 2010, relativamente aos anos de 2000 a 2009 (3,8%). No ano em análise, o Turismo contribuiu em 4,1% para a riqueza nacional (Turismo de Portugal, 2011a).

O documento dá-nos também informação acerca da representatividade dos vários setores de atividade na economia portuguesa, destacando-se o setor do Comércio, Restaurante e Hotéis, que é o que revela uma maior quota durante o período considerado. Em 2010, a sua importância era de 19% do total de setores produtivos (Turismo de Portugal, 2011a).

**Tabela 7 - Representatividade do Valor Acrescentado Gerado pelo Turismo versus Setores de Atividade, no período 2000 - 2010.**

Setor de Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura, Silvicultura e Pesca	3,6%	3,4%	3,2%	3,1%	3,1%	2,8%	2,7%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%
Eletricidade, Gás e Água	17,7%	17,2%	16,7%	16,0%	15,5%	15,1%	14,9%	14,6%	14,0%	13,0%	13,1%
Indústria	2,7%	2,6%	2,7%	3,1%	3,1%	3,0%	3,3%	3,4%	3,4%	3,8%	4,0%
Construção	8,2%	8,4%	8,2%	7,7%	7,7%	7,5%	7,3%	7,3%	7,4%	6,6%	6,5%
<b>Comércio, Restaurante e Hotéis</b>	<b>18,9%</b>	<b>18,9%</b>	<b>19,0%</b>	<b>18,7%</b>	<b>19,0%</b>	<b>18,8%</b>	<b>18,6%</b>	<b>18,4%</b>	<b>18,5%</b>	<b>18,8%</b>	<b>19,0%</b>
Transportes e Comunicações	7,6%	7,7%	7,8%	7,8%	7,9%	7,9%	8,1%	8,4%	8,6%	8,2%	8,1%
Atividades Financeira e Imobiliária	13,5%	13,7%	13,6%	14,2%	14,0%	14,3%	15,1%	15,7%	16,0%	15,9%	15,8%
Outros Serviços	27,8%	28,1%	28,8%	29,4%	29,7%	30,6%	30,0%	29,8%	29,8%	31,4%	31,2%
<b>VAB Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>VAGT (Turismo)</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,1%</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,3%</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,0%</b>	<b>4,1%</b>

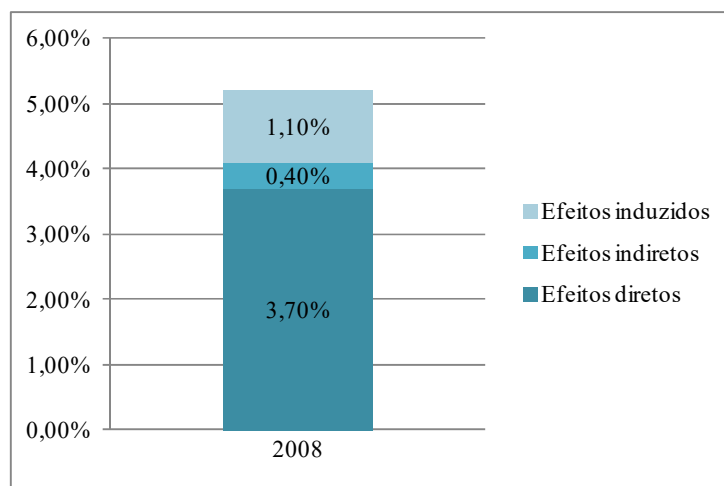
Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Pela primeira vez são quantificados os efeitos diretos e indiretos, bem como os induzidos, do Turismo (Turismo de Portugal, 2011a). De acordo com o INE (2003), grande parte dos valores apresentados nas CST são estimativas baseadas em hipóteses. É recomendado que os efeitos do Turismo sejam determinados através de modelos input-output, que fornecem informação acerca das inter-relações existentes entre o setor turístico e os restantes ramos de atividade da economia (INE, 2003). No entanto, devido à falta de dados, estes impactos foram calculados recorrendo a uma fórmula específica, desenvolvida por economistas e analistas (Turismo de Portugal, 2011a).

Para a quantificação dos efeitos diretos e indiretos foram consideradas as atividades turísticas específicas e não específicas. Quanto aos efeitos induzidos, também designados de efeito multiplicador do Turismo, estes foram obtidos através da seguinte fórmula de cálculo (Turismo de Portugal, 2011a):

$$M_p = \frac{\textit{Produção Direta} + \textit{Produção Indireta}}{\textit{Produção Direta}}$$

**Gráfico 9 - Efeitos do Turismo na Economia: Diretos, Indiretos e Induzidos (2008).**



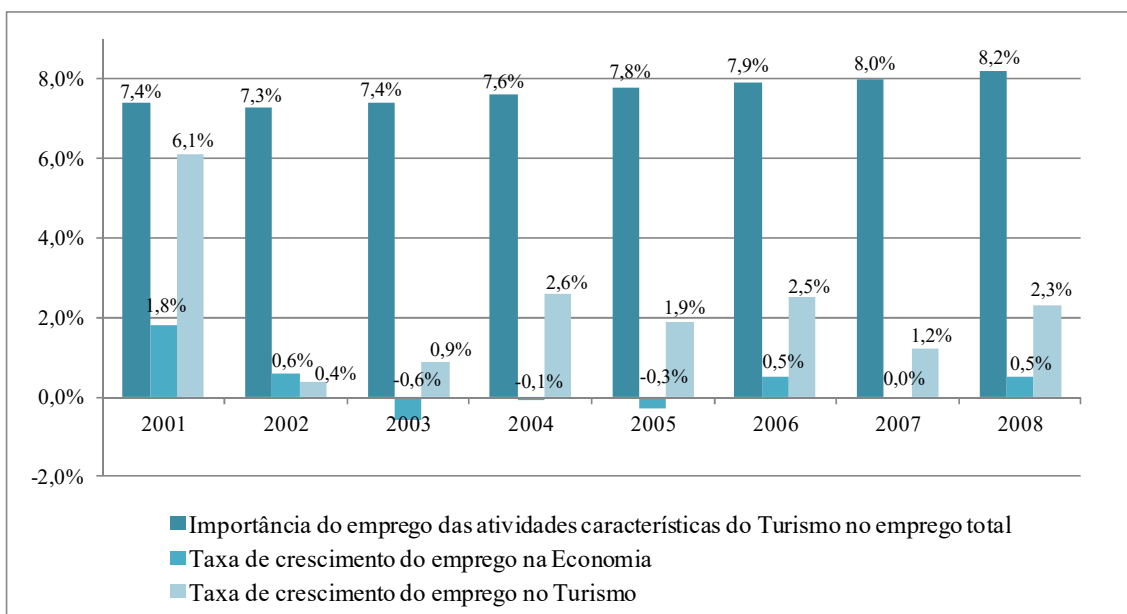
Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

De acordo com a informação disponibilizada, em 2008, os efeitos diretos, indiretos e induzidos representaram 3,7% (12,2 mil milhões de Euros), 0,4% (1,3 mil milhões) e 1,1% (3,6 mil milhões), respetivamente, da produção total. O efeito multiplicador do Turismo apresentou um coeficiente de 1,21. Se juntarmos todos estes efeitos, obtemos uma taxa de 5,2%, que representa o impacto do Turismo na estrutura produtiva nacional (Turismo de Portugal, 2011a).

Relativamente ao emprego, tem-se verificado ao longo dos anos um aumento constante no número de indivíduos que trabalham no setor turístico, à exceção do ano 2002, onde se registou um decréscimo. Durante toda a série temporal considerada, de 2000 a 2008, o número de postos de trabalho nessa área cresceu a uma taxa média anual de 2,1% (Turismo de Portugal, 2011a).

O peso do emprego das atividades características do Turismo no emprego total aumentou, durante o período em análise, destacando-se o ano 2008, que atingiu a maior quota: 8,2%. Além disso, a taxa de variação do emprego no Turismo tem sido, desde 2003, sempre superior à taxa de variação do emprego no total da estrutura económica, que, regra geral, apresentou uma performance pouco favorável, nunca sendo maior do que 1,8% (Turismo de Portugal, 2011a).

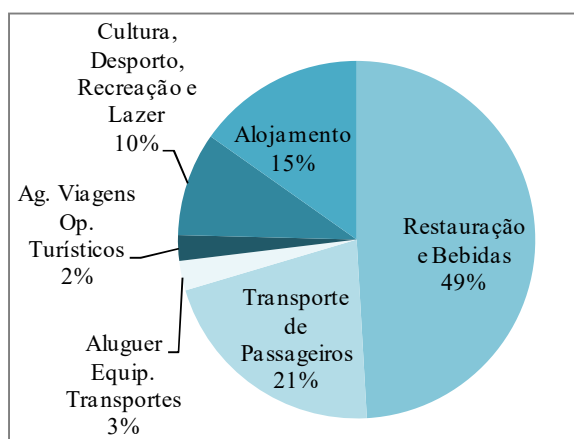
**Gráfico 10 - Peso do emprego nas atividades características do Turismo no emprego na Economia e taxas de variação do emprego na Economia e no Turismo.**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Para o ano 2008, a atividade turística que mais indivíduos empregou foi a Restauração e Bebidas, que representou 49,1% do emprego no Turismo. Logo de seguida, mas com uma diferença considerável, encontravam-se o Transporte de Passageiros (21,3%) e o Alojamento (15,2%).

**Gráfico 11 - Indivíduos empregados no Turismo (2008).**

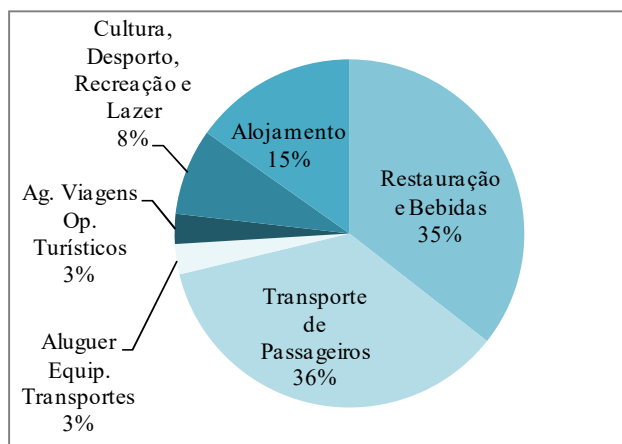


Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Contudo, quanto às remunerações turísticas, que representaram 8,4% das remunerações da economia no mesmo ano, constata-se uma diferença relativamente à proporção de indivíduos que trabalham na Restauração (49,1%) e a proporção da remuneração que é paga a esta atividade (35% do total de remunerações turísticas). Por

outro lado, constata-se precisamente o contrário em relação ao Transporte de Passageiros, que emprega 21,3% dos indivíduos no Turismo, enquanto as remunerações deste ramo de negócio representam 36% dos vencimentos turísticos.

**Gráfico 12 - Remunerações Turísticas (2008).**

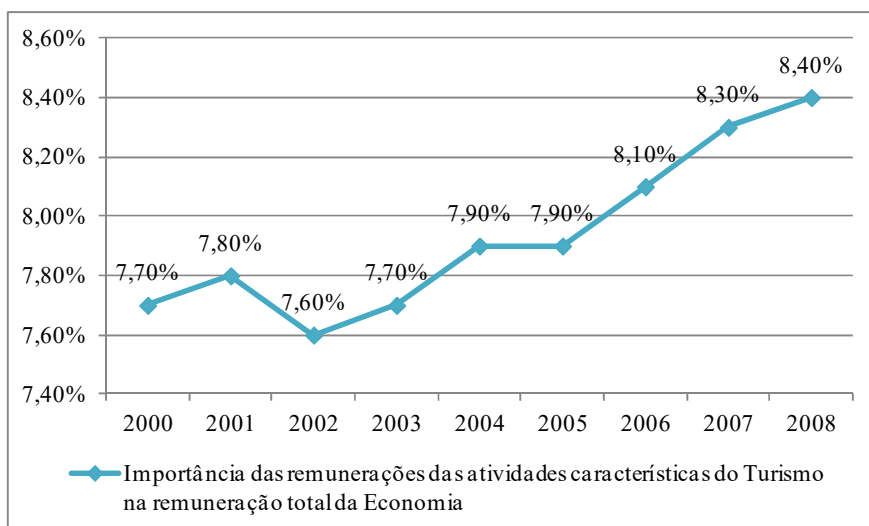


Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Esta questão poderá ser justificada pelo facto do salário médio dos trabalhadores da restauração e bebidas ser inferior ao auferido pelos indivíduos empregados no setor dos Transportes (Turismo de Portugal, 2011a). De acordo com Alves (2016), como grande parte dos indivíduos empregados nos setores da hotelaria e restauração são pouco qualificados, o seu rendimento médio é aproximadamente 37% menor do que o rendimento médio da economia no seu todo (Alves, 2016).

Verifica-se que a importância das remunerações das atividades características do Turismo na remuneração total da economia revela uma tendência crescente, tendo registado um aumento constante entre 2002 e 2008. O valor mais elevado foi obtido no último ano em análise, em 2008, com uma quota de 8,4% (Turismo de Portugal, 2011a).

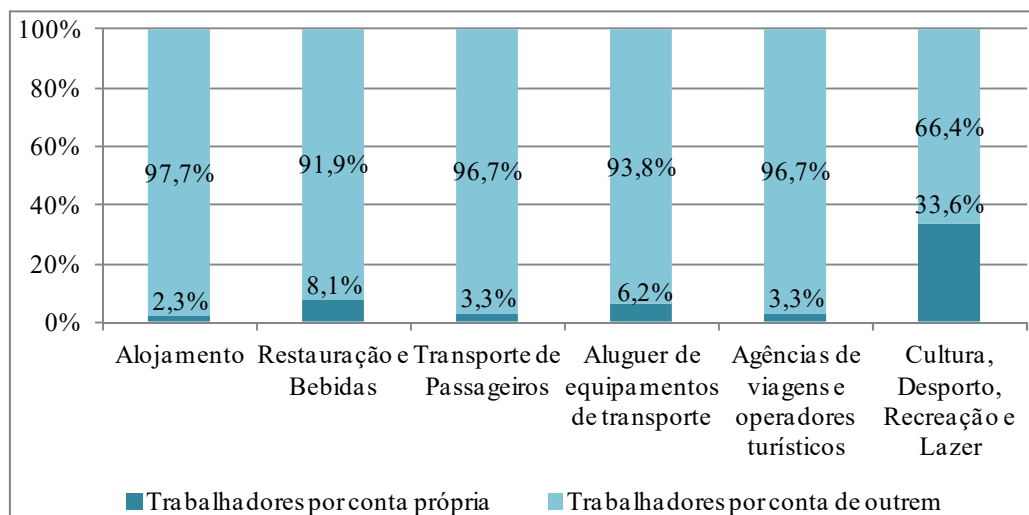
**Gráfico 13 - Importância das remunerações das atividades características do Turismo na remuneração total da Economia.**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

A grande maioria dos indivíduos empregados no setor turístico, mais de 90% para sermos mais específicos, trabalham por conta de outrem. Isso verifica-se tanto no alojamento, na restauração e no transporte de passageiros, como também no aluguer de equipamentos de transporte e nas agências de viagens. O único setor que não segue este padrão corresponde ao relacionado com os serviços de Cultura, Desporto, Recreação e Lazer, onde 33,6% dos indivíduos têm o seu próprio negócio e trabalham por conta própria (Turismo de Portugal, 2011a).

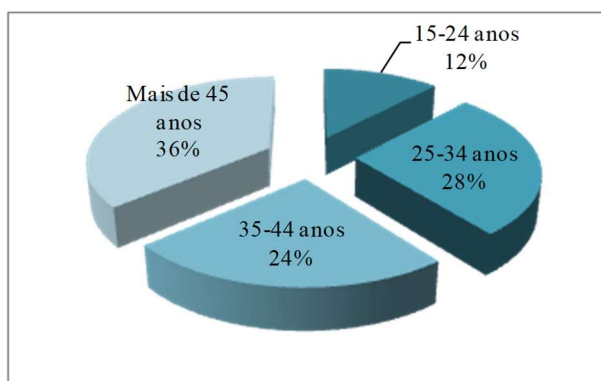
**Gráfico 14 - Indivíduos por atividade turística (2008).**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Relativamente à composição etária da força de trabalho na área do Turismo, 36,3% dos indivíduos possui mais do que 45 anos. Estes trabalham, maioritariamente, nos serviços de Alojamento, Restauração e Transportes.

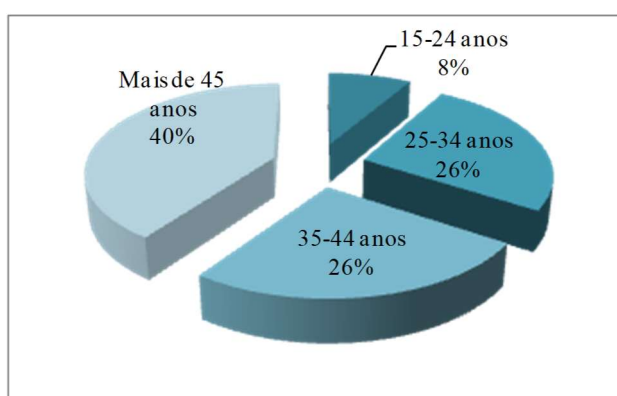
**Gráfico 15 - Indivíduos empregados nas indústrias características do Turismo (2007).**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Segue-se a faixa etária dos 25 aos 34 anos, com um peso de 28%, com grande representatividade nos ramos de aluguer de equipamentos, nas agências de viagens e no setor da cultura, desporto, recreação e lazer. Finalmente, temos os indivíduos entre os 35 e os 44 anos, com uma quota de 24,3%. Se compararmos estas proporções com as relativas à população nacional empregada, constatamos que o setor turístico emprega trabalhadores mais jovens do que a média da economia (Turismo de Portugal, 2011a).

**Gráfico 16 - Indivíduos empregados no total da Economia (2007).**

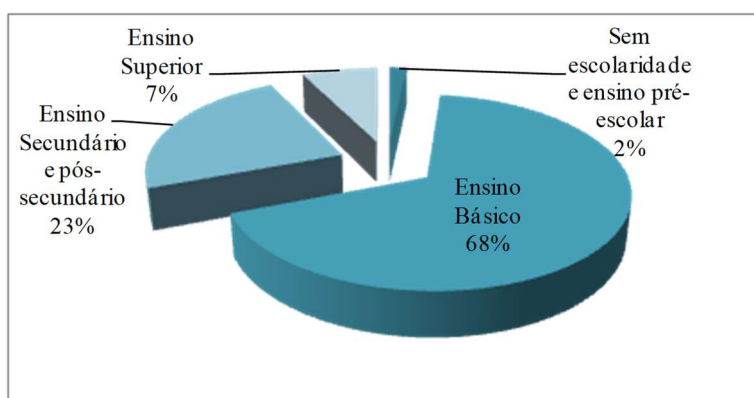


Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).



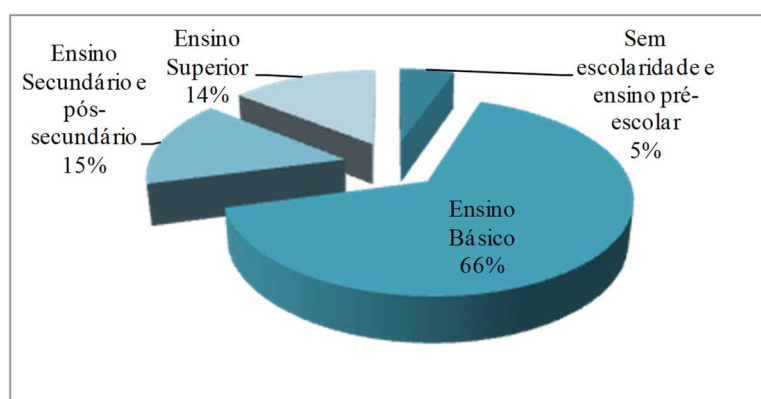
Quanto ao nível de educação, observa-se que, em 2007, havia menos indivíduos com Ensino Superior a trabalhar no Turismo (7,4%) do que no total da estrutura económica (14,2%). A maioria deles, mais precisamente 67,5%, tem apenas o Ensino Básico e 23,4% completou o Ensino Secundário. Por seu turno, no setor turístico existem menos trabalhadores sem escolaridade ou somente com o ensino primário, representando apenas 1,7% da força de trabalho desse ramo de atividade, ao passo que no total da economia existem 5,3% de indivíduos nesta situação (Turismo de Portugal, 2011a).

**Gráfico 17 - Nível educacional dos indivíduos empregados no Turismo (2007).**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

**Gráfico 18 - Nível educacional dos indivíduos empregados no total da Economia (2007).**



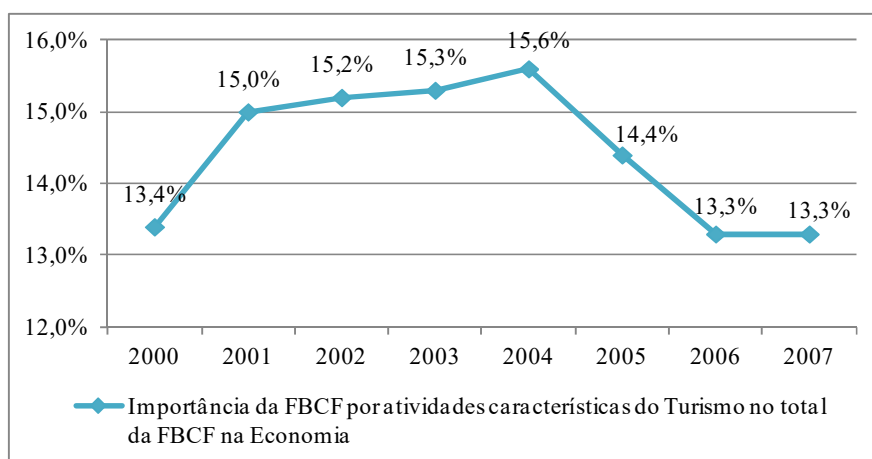
Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) corresponde à operação que regista "a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia", através do investimento em ativos fixos (IBGE, 2000, p.2). A evolução desta medida estatística nas atividades características do Turismo não tem sido linear, tendo registado vários altos e baixos entre

2000 e 2007 e apresentando uma taxa de crescimento média anual de 0,8%. Quanto à FBCF no total da economia, a taxa de crescimento média para o período em consideração foi de 0,9% (Turismo de Portugal, 2011a).

Estudando o peso da FBCF nas atividades turísticas na FBCF na estrutura económica, verifica-se que este foi aumentando desde 2000 até 2004, sendo este último o ano que apresentou a maior quota, 15,6%. Esse facto é justificado pelos investimentos realizados em Portugal aquando do Euro 2004. A partir daí, esta importância relativa diminuiu, tendo-se registado decréscimos de 1,2 pontos percentuais (p.p.) em 2005 e de 1,1 p.p. em 2006. Entre 2006 e 2007 não se registou nenhuma alteração deste peso, tendo-se mantido nos 13,3% (Turismo de Portugal, 2011a).

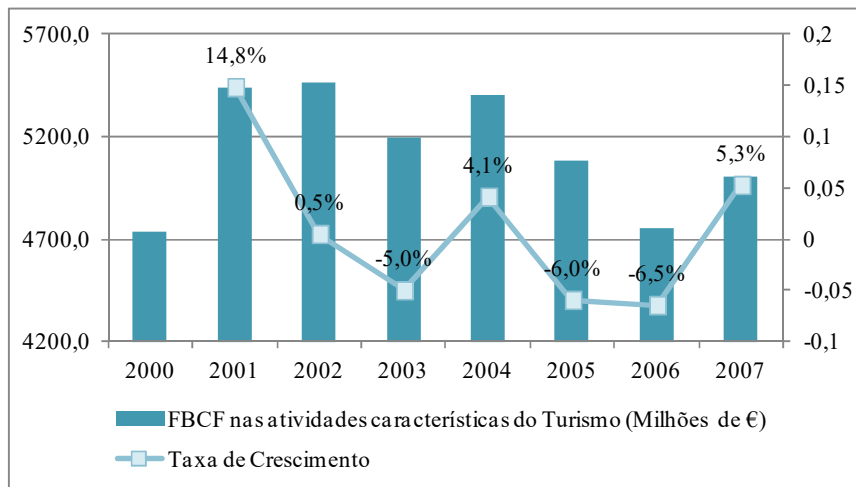
**Gráfico 19 - Peso da FBCF nas atividades características do Turismo na FBCF na Economia, no período 2000 - 2007.**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Por outro lado, analisando as taxas de crescimento da FBCF do Turismo, destacam-se, pela positiva, os anos de 2001 (14,8%), 2004 (4,1%) e 2007 (5,3%). Em todos eles a taxa de crescimento da FBCF do setor turístico foi superior à da FBCF da economia. Pela negativa, destacam-se os anos 2003 (-5,9%), 2005 (-6%) e 2006 (-6,5%) (Turismo de Portugal, 2011a).

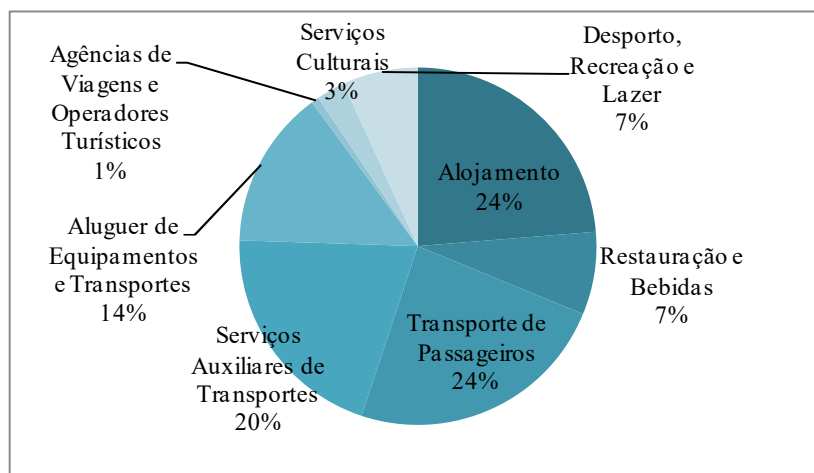
**Gráfico 20 - Formação Bruta de Capital Fixo nas atividades características do Turismo e respetivas taxas de crescimento, para o período 2000 - 2007.**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

Em 2007, a FBCF do Turismo atingiu os 5.006,3 milhões de Euros, dos quais 23,9% dizem respeito ao setor dos Transportes; 23,7% ao investimento em Alojamento; 20,4% aos serviços auxiliares de transporte; 14,4% ao Aluguer de equipamentos e transportes; 7,5% à restauração e bebidas; 6,8% aos serviços de desporto, recreação e lazer; 2,6% aos serviços culturais; e, finalmente, 0,7% estão relacionados com as Agências de viagens e operadores turísticos.

**Gráfico 21 - Formação Bruta de Capital Fixo por produtos característicos (2007).**

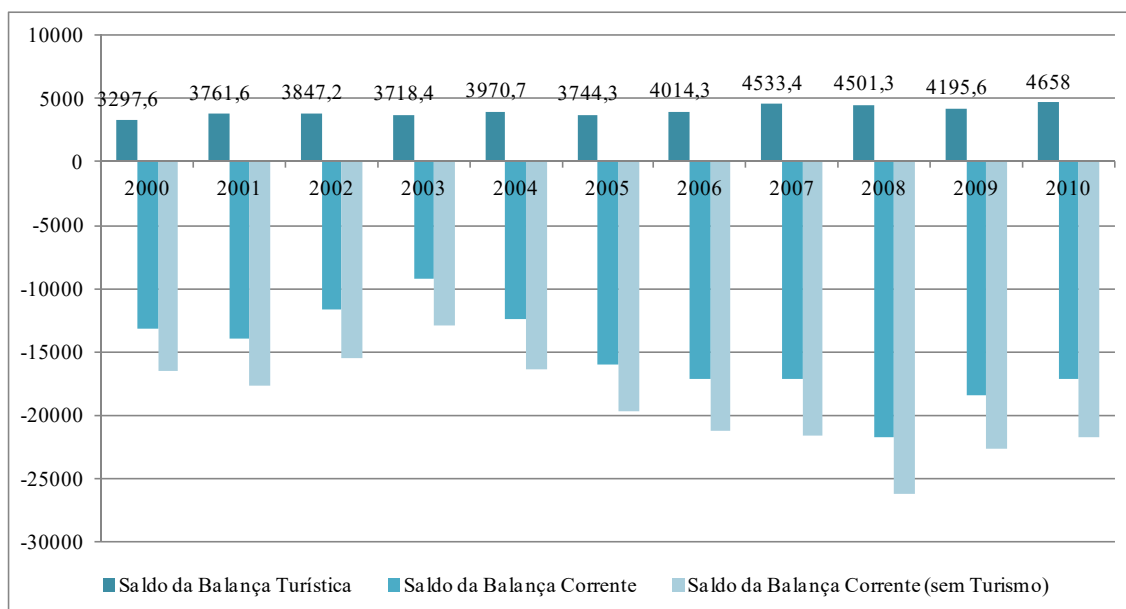


Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

O conceito de Balança Turística consiste na diferença entre as receitas provenientes do Turismo Recetor, isto é, dos visitantes não residentes que visitam

Portugal, e as despesas realizadas pelos turistas portugueses no estrangeiro. Ao longo do tempo, entre 2000 e 2010, este saldo tem-se revelado sempre positivo, o que acaba por influenciar positivamente a nossa Balança Corrente, que demonstra, em cada ano, um défice inferior ao que seria esperado caso o Turismo não fosse contabilizado. O saldo da Balança Turística representa um peso considerável no PIB nacional, tendo variado, de 2000 a 2010, entre os 2,4% e os 2,7%. De todos os anos em consideração, 2010 foi o que apresentou um saldo mais elevado, correspondente a 4.658 milhões de Euros (Turismo de Portugal, 2011a).

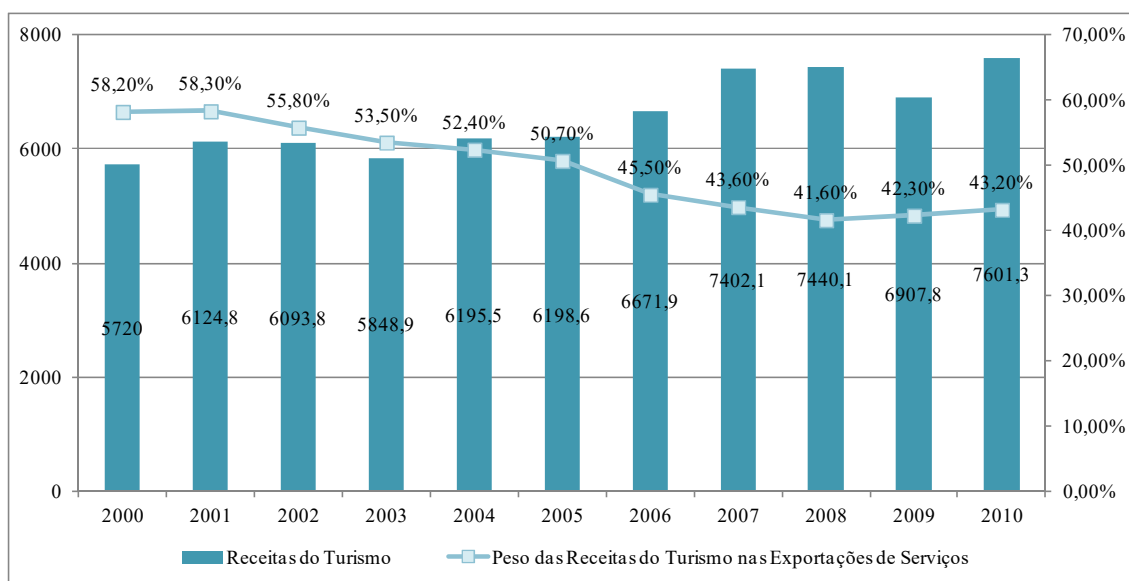
**Gráfico 22 - Comportamento da Balança Turística na Balança Corrente, no período 2000 - 2010.**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

As receitas turísticas sofreram algumas oscilações no período compreendido entre 2000 e 2010, com o ano 2007 a se destacar pela positiva, com uma taxa de crescimento de 10,94%, e 2009 a apresentar a maior redução, com um crescimento negativo de 7,15%.

**Gráfico 23 - Receitas Turísticas e o seu peso na Balança Corrente (Serviços), no período 2000 - 2010.**



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011a).

As exportações de serviços, durante os anos em análise, cresceram a uma taxa média anual de 6%. A importância que as receitas do Turismo representam neste indicador assume valores elevados, embora com tendência decrescente entre 2002 e 2008. Nos dois anos seguintes, o peso das receitas voltou a aumentar, todavia em proporções bastante modestas (0,7 p.p. e 0,9 p.p., respetivamente) (Turismo de Portugal, 2011a).

As receitas do Turismo foram superiores às receitas provenientes dos principais setores de exportação nacionais durante o período de 2000 a 2010, à exceção do ano 2007, quando as receitas do setor das Máquinas e Aparelhos foram superiores em apenas 0,43%. Isso significa que o Turismo equivale à principal atividade exportadora de Portugal (Turismo de Portugal, 2011a).

### 3.5 Considerações Finais

Tal como se constata, embora Portugal não possa ser considerado um país veterano na elaboração de CST, através da análise do que foi feito nesse campo e tendo em conta as alterações e atualizações efetuadas na terminologia e na metodologia utilizadas, apercebemo-nos que o país empenhou-se na realização desta tarefa, reconhecendo o potencial do seu papel no contexto da economia (Turismo de Portugal, 2008). Todavia, desde 2010 que não se voltou a produzir CST, o que tem causado muita indignação, tanto em deputados, como em empresários.

Em 2015, foi anunciado que esta ferramenta estatística voltaria a ser produzida em Portugal, porém, até hoje, ainda nada se sabe sobre ela. Através do contacto direto com o INE foi apenas revelado que a nova CST deverá ser publicada até ao final do ano 2017.

## **4. Conta Satélite do Turismo Regional**

### **4.1 Definição**

O Turismo não se encontra igualmente distribuído por todo o território de um país. Pensemos, por exemplo, no caso de Portugal. O Algarve é, de longe, mais visitado por turistas do que o Alentejo, assim como a região de Lisboa e Vale do Tejo recebe mais estrangeiros do que a região Norte, e o mesmo acontece em todos os outros países do mundo. Dito isto, rapidamente nos apercebemos que o Turismo - e aqui falamos quer do lado da procura, quer do lado da oferta - acaba por se concentrar em determinados locais territoriais, o que faz com que os seus impactos variem de região para região (OMT et al., 2010; Couto, 2011; Turismo de Portugal, 2011b).

Depois das CST nacionais terem ganho notoriedade e dos seus resultados se terem revelado importantes indicadores para os Governos, intensificou-se a ideia de que cada região é diferente das outras e que estas não são afetadas pela atividade turística da mesma forma. Desta forma, surgiu o conceito de Conta Satélite do Turismo Regional (CSTR), em 1998, tendo sido o Canadá o responsável pelo seu desenvolvimento (Couto, 2011; Cañada, 2013).

Nas últimas décadas, um número cada vez maior de países passou a recorrer a esta ferramenta para perceber melhor de que forma o Turismo contribui para o desenvolvimento de determinadas regiões. Tal como a CST nacional tenciona quantificar a importância económica do Turismo num país, a realização de uma CSTR irá permitir que se analise, mais de perto, os efeitos da atividade turística em cada região, facilitando, assim, as comparações entre elas (SREA et al., 2008; Cañada, 2013).

### **4.2 Metodologia**

Tendo em consideração os modelos utilizados pelos outros países na construção de CSTR, podemos admitir dois procedimentos distintos (Cañada, 2013), capazes de estimar dados a nível regional:

- Regionalização, ou abordagem *Top-down*, que consiste em "repartir" as variáveis nacionais pelas regiões, recorrendo, para tal, a diferentes indicadores e a processos estatísticos específicos. Os dados e os indicadores económicos já calculados a nível nacional são "regionalizados", ou seja, são alvo de algumas transformações, de modo a se adaptarem à realidade de uma determinada região (Jones e Munday, 2010; Couto, 2011; Cañada, 2013);
- Estimativa regional, ou abordagem *Bottom-up*, que constrói uma CST para uma região em particular, seguindo as mesmas diretrizes de implementação de uma nacional. Faz estimativas regionais de forma independente, isto é, recorre apenas a dados estatísticos desagregados das próprias regiões para calcular os seus indicadores (Couto, 2011; Cañada, 2013).

Nenhum destes métodos é melhor ou pior do que o outro, sendo que ambos apresentam vantagens e desvantagens. Por um lado, a abordagem *Top-down* garante que haja consistência das estimativas regionais, embora não consiga espelhar as especificidades de cada região. Por outro lado, a *Bottom-up* utiliza informação adequada à realidade das regiões, porém acaba por produzir bases de dados pouco sólidas. Uma forma de tirar partido dos pontos fortes e de colmatar os inconvenientes de ambos os métodos é utilizá-los em simultâneo, combinando dados e fontes nacionais e regionais (Couto, 2011; Cañada, 2013).

No entanto, ainda não foi definida uma metodologia oficial a ser aplicada aquando do desenvolvimento de uma CSTR, apesar de, há já muito tempo, várias instituições internacionais tentarem fazê-lo. Esta demora deve-se ao facto de estarmos perante uma tarefa muito complexa, que apresenta vários entraves difíceis de contornar (Cañada, 2013).

### **4.3 Limitações**

Nunca será possível "replicar perfeitamente a estrutura de uma CST nacional ao nível regional" (Cañada, 2013, p.2), uma vez que para cada território temos quadros conceptuais diferentes. Além disso, muita da informação necessária encontra-se somente disponível a nível nacional e a quantificação de certos indicadores regionais poderá ser afetada na presença de determinadas situações. Quando, por exemplo, ocorrerem

transações financeiras entre empresas com várias filiais, localizadas em regiões diferentes, estas não conseguirão ser atribuídas a nenhum território em particular (Cañada, 2013).

Outro aspeto a ter em consideração corresponde ao facto de não ser possível incluir numa CSTR todos os elementos constantes nas tabelas das CST nacionais, o que implica que sejam apresentadas menos QR. Cañada (2013) apresenta, de forma simplificada, os elementos que devem constar nas CSTR, baseando-se nos trabalhos já realizados por regiões de vários países e por autores que se debruçaram no estudo desta temática, como Frechtling (2008), que define princípios e um processo de desenvolvimento para a construção de CSTR válidas. Na Tabela 8 é feito um paralelo entre esses elementos e aqueles que são expostos nas CST nacionais (Frechtling, 2008; Cañada, 2013).

**Tabela 8 - Proposta para os elementos básicos de uma CSTR.**

Quadros da CST Nacional	Proposta para a CST Regional
<b>Tabela 1</b> - Consumo Turístico Recetor	
<b>Tabela 2</b> - Consumo Turístico Interno	
<b>Tabela 3</b> - Consumo Turístico Emissor	
<b>Tabela 4</b> - Consumo Turístico Interior	<b>Tabela 1</b> - Consumo Turístico Interior
<b>Tabela 5</b> - Contas de Produção	<b>Tabela 2</b> - Contas de Produção das atividades características
<b>Tabela 6</b> - Oferta Interna e Consumo Turístico Interior	<b>Tabela 3</b> - Oferta e Consumo Turístico Interior
<b>Tabela 7</b> - Emprego nos ramos de atividade do Turismo	<b>Tabela 4</b> - Emprego nos ramos de atividade do Turismo
<b>Tabela 8</b> - FBCF do Turismo	<b>Tabela 5</b> - FBCF do Turismo
<b>Tabela 9</b> - Consumo Turístico Coletivo	
<b>Tabela 10</b> - Indicadores monetários e não monetários da procura e oferta turísticas	

Fonte: Adaptado de Cañada (2013).

A Tabela 1 da CSTR deve incluir informação acerca do Consumo Turístico Recetor e Interno, embora com menor detalhe comparativamente às tabelas que são apresentadas nas CST nacionais. A nível regional não faz sentido falar-se em Turismo Emissor, logo este não é aqui considerado. A Tabela 2 refere-se à produção e aos consumos intermédios, cuja identificação possibilita o cálculo do VAB. A Tabela 3 constitui uma das mais importantes, já que permite que se obtenha o valor do PIB e que se quantifique o peso do Turismo na estrutura económica. Quanto à Tabela 4, esta deverá



fornecer dados acerca do emprego nas atividades turísticas e, finalmente, temos a Tabela 5, que, ao apresentar a FBCF do Turismo para uma determinada região, possibilita avaliar o impacto das empresas turísticas nas economias regionais (Cañada, 2013).

Medir as repercussões do Turismo em termos subnacionais revela-se uma tarefa ainda mais importante do que quantificá-las a nível nacional. Acaba por fornecer uma visão mais restrita da realidade que se vive em cada região e facilita a comparação entre elas e a identificação das desigualdades existentes (SREA et al., 2008; Couto, 2011). Todavia, como se pode verificar, existem ainda alguns entraves ao desenvolvimento de CSTR, entre eles a falta de dados e impossibilidade de os obter.

É necessário que se aposte na melhoria da metodologia que tem sido utilizada pelos países, de modo a que se crie um sistema válido e passível de ser padronizado internacionalmente. É exatamente nesse campo que a OMT se tem debruçado. Em 2009, em parceria com outras instituições internacionais, criou a Rede Internacional da Economia Regional, de Mobilidade e Turismo (em inglês *International Network on Regional Economics, Mobility and Tourism* - INRouTe), cujo intuito é promover análises acerca da contribuição do Turismo para as economias regionais, fornecendo orientações para a sua realização (Cañada, 2013; INRouTe e OMT, 2013). É de salientar que estas diretrizes vão ao encontro do que está definido nos relatórios:

- "Recomendações Internacionais para Estatísticas do Turismo 2008", da autoria da ONU;
- "Conta Satélite do Turismo: Quadro Metodológico Recomendado 2008", já mencionado anteriormente, da responsabilidade da OMT, ONU, Eurostat e OCDE.

Basicamente, a INRouTe propõe o desenvolvimento de uma CSTR, apesar de lhe atribuir outra designação: Sistema Regional de Informação Turística (em inglês *Regional Tourism Information System* - R-TIS), que é "considerado o primeiro passo para desenvolver informações estatísticas básicas para regiões e outras agregações territoriais subnacionais" (INRouTe e OMT, 2013, p.1).

Mais recentemente, já em 2013, a mesma organização publicou o relatório "Conta Satélite do Turismo Regional", onde propõe uma metodologia para a construção deste instrumento, baseada nas linhas orientadoras da CST nacional e nos trabalhos já realizados a nível regional (Cañada, 2013).

## **5. Conta Satélite do Turismo Regional em Portugal**

## **5.1 Enquadramento**

Embora seja um objetivo da maioria dos países, essencialmente pelas recomendações da OMT, existem ainda muito poucas CSTR. A única elaborada em Portugal, oficialmente, teve início em maio de 2006 e foi publicada em 2008, resultante da parceria entre o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) e o Instituto Canario de Estadística (ISTAC), sendo referente à Região Autónoma dos Açores (RAA), à Região Autónoma da Madeira (RAM) e às Ilhas Canárias (SREA, 2007; SREA et al., 2008).

O documento intitula-se "Contas Satélite do Turismo da Macaronésia", tendo sido realizado para os anos 2001 e 2002. Foi elaborado no âmbito do projeto SICER-MAC (Sistema Integrado de Contas Económicas Regionais da Macaronésia), iniciado em 2005, com o intuito de fornecer uma visão mais clara e completa da realidade económica destes três arquipélagos da Macaronésia, bem como da sua relação com as economias dos restantes países da UE. Este projeto, por sua vez, foi aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III B, cujo principal objetivo é promover a cooperação entre estas regiões ultraperiféricas da UE, de modo a que se alcance um desenvolvimento conjunto e mais equilibrado (Governo Regional dos Açores, Governo Regional da Madeira e Gobierno de Canárias, 2001; SREA et al., 2008).

O desenvolvimento deste projeto, que só foi possível graças à participação conjunta dos três parceiros, permitiu que cada região adquirisse informação pertinente acerca da sua situação macroeconómica, e ainda que conseguissem fazer comparações entre si, já que a metodologia utilizada foi exatamente a mesma (SREA et al., 2008).

O documento final apresenta algumas considerações relacionadas com a elaboração de uma CST, tais como para que é que serve e quais é que são os seus objetivos. De seguida, enumera e explica os passos metodológicos que foram postos em prática e expõe os resultados apurados, primeiro individualmente para cada região e depois compara-os (SREA et al., 2008).

Convém deixar a nota de que, para as regiões portuguesas analisadas, esta CS fornece informação relativa ao ano 2001, enquanto para as Canárias esta diz respeito ao ano 2002 (SREA et al., 2008).

## **5.2 Metodologia**

A recolha dos dados constituiu uma tarefa muito rigorosa. Tiveram que ser reunidos dados já existentes, que foram, por vezes, alvo de algumas transformações, tendo em consideração os trabalhos a desenvolver; e ainda dados colhidos propositadamente para serem integrados na CS (SREA et al., 2008).

O SREA, a DREM e o ISTAC aplicaram, sempre que assim era possível, a mesma metodologia implementada pelas Organizações responsáveis pelas Estatísticas Oficiais de Portugal e Espanha aquando da elaboração das suas CST nacionais. Ambos os países basearam-se nas linhas orientadoras proporcionadas pela OMT, OCDE e Eurostat (DREM, 2008; SREA et al., 2008).

Antes da implementação da CSTR aqui em destaque, os seus autores já tinham trabalhado juntos no desenvolvimento do projeto TIO-MAC (Tabelas Input-Output da Macaronésia), que foi responsável pela preparação de um Quadro de Empregos Alargado (QEA) para cada região. Grande parte dos cálculos efetuados aquando da elaboração da CSTR tiveram por base as componentes do QEA, que, como o próprio nome indica, "alarga a informação do QE [Quadro de Emprego]", refletindo "o equilíbrio entre a oferta e a procura (entre recursos e empregos) da economia" (SREA, 2006, p.26).

### **5.3 Estrutura e Conteúdo**

Para os Açores e para a Madeira são apresentados apenas cinco QR, que, tal como se pode ver abaixo, não correspondem exatamente àqueles que foram discriminados na secção anterior:

- Quadro 1 - Consumo do Turismo Recetor;
- Quadro 2 - Consumo do Turismo Interno;
- Quadro 4 - Consumo do Turismo Interior;
- Quadro 5 - Conta de Produção das atividades turísticas e restantes atividades;
- Quadro 6 - Oferta Interna e Consumo do Turismo Interior, por produtos (SREA et al., 2008).

Note-se que a numeração atribuída a cada uma destas tabelas é idêntica à que foi definida pela OMT, daí não seguir a ordem correta. Estes quadros encontram-se disponíveis na secção de Anexos.

As Canárias também apresentaram somente cinco tabelas:

- Quadro 2 - Consumo Turístico Interior, por produtos e componentes;
- Quadro 3 - Conta de Produção dos ramos de atividade;

- Quadro 4 - Detalhe da Produção e Consumos Intermédios dos ramos de atividade, por tipo de produto e consumo;
- Quadro 5 - Emprego por ramos de atividade;
- Quadro 6 - Rácios turísticos por produtos e ramos de atividade (SREA et al., 2008).

Como estamos a estudar apenas o que é que já foi feito em Portugal no âmbito das CST, não vamos analisar também o processo de desenvolvimento, adotado pelo arquipélago das Canárias, para a construção da sua CS. Contudo, mais à frente, iremos comparar alguns dos resultados referentes a este território com aqueles que foram apurados pelas duas regiões portuguesas.

Foqemo-nos, portanto, apenas nos QR apresentados pelos Açores e pela Madeira. O Quadro 1 encontra-se organizado por tipo de produtos turísticos e dividido por tipo de visitantes, isto é, em excursionistas e turistas. Aqui apenas foram incluídas as despesas de consumo realizadas no âmbito de viagens por motivo de lazer. O Turismo de Negócios foi inserido na rubrica "Outras Componentes do Consumo Turístico", presente no Quadro 4 (SREA et al., 2008). Novamente, faz-se aqui uma chamada de atenção para o facto desta CS ter sido feita em 2008, antes de terem sido implementadas as modificações da metodologia das CST, já referidas em secção anterior, que estabelecem que as despesas do Turismo de Negócios devem ser incluídas no Turismo Recetor ou Interno e não no Turismo Interior, como aqui se fez.

O Inquérito aos Turistas 2001 constituiu a principal fonte de informação para o preenchimento do Quadro 1 para os Açores. Este foi desenvolvido pelo SREA e continha questões relacionadas com a caracterização pessoal dos inquiridos; os motivos da viagem; a forma como ela foi organizada (quais foram os critérios de seleção do destino turístico, se o visitante recorreu a agências de viagens, etc.); a caracterização da estadia (tipo de alojamento escolhido, em que atividades turísticas o visitante participou, valor despendido aproximado...); nível de satisfação para com a qualidade da experiência; entre outros aspetos relevantes (SREA, 2007). Deste modo, foi possível apurar informação referente às despesas de consumo turístico dos visitantes não residentes nos Açores e ainda estimativas acerca dos valores monetários gastos em média por pessoa e por viagem. O inquérito era feito nos aeroportos da RAA a visitantes não residentes. Do total de inquiridos (2.549), apenas 38 eram excursionistas, que vinham à região por razões profissionais e regressavam ao Continente Português no mesmo dia. Por causa disso, estes foram excluídos do Quadro 1 pertencente à RAA (SREA et al., 2008).

O QEA 2001 também desempenhou um papel crucial nesta fase de recolha de dados. Para o preenchimento do Quadro foi ainda necessário recorrer ao Inquérito Mensal aos Estabelecimentos Hoteleiros e Outros Meios de Alojamento, às Estatísticas dos Transportes Aéreos e Marítimos e ao Inquérito Harmonizado às Empresas 2001 (SREA et al., 2008).

Para a RAM, foram igualmente utilizados os dados do QEA; de um estudo realizado pela empresa DOMP (Desenvolvimento Organizacional, Marketing e Publicidade, SA), a pedido da Direção Regional de Turismo; do "Estudo sobre a Satisfação dos Turistas de Cruzeiro da área Madeira-Canárias"; e do Inquérito aos Gastos dos Estrangeiros Não Residentes (IGENR) (SREA et al., 2008).

Para a compilação do Quadro 2 - Consumo do Turismo Interno -, as principais rubricas foram estimadas através da utilização de elementos que possibilitaram a obtenção de dados confiáveis e de qualidade. Por sua vez, os valores de certos produtos turísticos foram apurados por aproximações, tendo em conta os valores do consumo final dos residentes e do seu peso em relação ao consumo nacional, ou então pelo cálculo da "diferença entre a oferta turística e o Consumo Recetor mais as outras componentes do consumo turístico" (SREA et al., 2008, p.31).

Foi necessário recorrer a informação disponibilizada pela TAP (Transportes Aéreos Portugueses), pela SATA (Serviço Açoriano de Transportes Aéreos) e pelo INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil), referente aos residentes que viajaram para fora dos Açores e da Madeira. Foram também utilizados dados do QEA 2001, dos Inquéritos Mensais aos Meios de Alojamento e do Inquérito aos Orçamentos Familiares (SREA et al., 2008).

Para o Quadro 2 relativo aos Açores, recorreu-se ainda ao Inquérito à Procura Turística dos Residentes, atualmente designado por Inquérito às Deslocações dos Residentes, que se assemelha ao Inquérito dos Turistas, mas tem como público-alvo os visitantes residentes. Para além de contabilizar as deslocações e de registar as características pessoais dos turistas, proporciona uma estimativa das despesas realizadas no âmbito das viagens (SREA et al., 2008; INE, 2011).

A próxima tabela, por ser a quarta da lista de quadros da CST definida pela OMT, é denominada Quadro 4. Aí são inseridos os valores totais dos dois quadros anteriores, acrescenta-se a rubrica "Outras Componentes do Consumo Turístico" e depois somam-se os três valores, chegando-se assim ao Consumo do Turismo Interior (SREA et al., 2008). Nas Outras Componentes do Consumo Turístico inclui-se o consumo realizado no âmbito

do Turismo de Negócios, independentemente do visitante ser ou não residente. Mais uma vez, destaca-se o método de cálculo aqui utilizado, que é diferente do que foi implementado na CST nacional de 2010. Esta rubrica também contém a valorização verificada no valor das residências secundárias utilizadas para fins turísticos, tendo essa informação sido retirada do Inquérito aos Orçamentos Familiares (SREA et al., 2008).

Para a Madeira o estudo da DOMP constituiu um instrumento essencial, já que forneceu informação para a variável referente às Viagens de Negócios dos Não Residentes, ao passo que, para os Açores, foram os dados do Inquérito aos Turistas 2001, do consumo intermédio do QEA, do Inquérito à Procura Turística dos Residentes (que agora tem outra denominação, já referida) e das transportadoras aéreas que permitiram que se chegasse aos valores pretendidos (SREA et al., 2008).

Passando agora para o lado da oferta turística, temos o Quadro 5, que nos dá a Conta de Produção das Atividades características e não características do Turismo. Lá estão também contemplados a Produção Interna a preços base, o Consumo Intermédio a preços de aquisição e o VAB. Os dados utilizados foram fornecidos pelo Serviço de Contas Regionais do INE e a ajuda do Serviço de Contas Satélite do INE demonstrou-se bastante valiosa, uma vez que regionalizou o trabalho desenvolvido. A equipa técnica também recorreu ao projeto TIO-MAC para definir a estrutura da produção por produtos (SREA et al., 2008).

A informação contabilística das empresas foi obtida através do Inquérito Anual às Empresas e por vezes tornou-se necessário contactar diretamente as instituições, inclusive as transportadoras aéreas. Como os dados deste questionário estão muito bem organizados e esmiuçados, ficou mais fácil distinguir certos produtos turísticos característicos de produtos não característicos. O setor dos Transportes exemplifica bem essa questão: o Transporte de Passageiros (produto característico) não deve ser contabilizado juntamente com o Transporte de Bens, que, por sua vez, é considerado um produto não característico do Turismo (SREA et al., 2008).

Para os Açores, a desagregação dos produtos para a obtenção do Consumo Intermédio seguiu a estrutura do Quadro de Recursos e Empregos Nacional. Já a Madeira optou por se basear no QEA 2001 e na metodologia aplicada para a compilação deste quadro.

O valor do VAB foi calculado através da diferença entre o Output total (Produção) e o Consumo Intermédio total.

As Remunerações dos Empregados foram calculadas com base em informação proveniente do Serviço de Contas Regionais do INE, enquanto para os Outros Impostos Líquidos de Subsídios à Produção foram utilizados dados do projeto TIO-MAC. De seguida, calculou-se o Excedente Bruto de Exploração, que resulta da diferença entre o VAB e os valores das duas rubricas anteriores (SREA et al., 2008).

Finalmente, o último Quadro apresentado dá-nos praticamente um resumo de todos os outros, comparando a oferta interna com a procura turística interior. Junta informação contida no Quadro 4 e no Quadro 5 e inclui também novas rubricas (SREA et al., 2008).

As importações foram estimadas com base no que foi apurado com o projeto TIO-MAC. Por sua vez, os Impostos Líquidos de Subsídios aos Produtos foram quantificados recorrendo a um ficheiro com dados de base. Depois dessas duas rubricas estarem definidas, calculou-se a Oferta Interna Turística a preços de aquisição, que resulta da soma entre a Produção Interna Turística, as Importações Turísticas e os Impostos Líquidos de Subsídios aos Produtos Turísticos. Para se passar da Oferta Interna Turística a preços de aquisição para a Oferta Interna Turística a preços de mercado, basta adicionar as margens comerciais dos produtores (SREA et al., 2008).

Para a definição da Produção Total e do Consumo Intermédio Turístico foi feita uma análise muito detalhada de cada atividade produtiva. Sempre que não era possível estimar um valor para um determinado ramo, era utilizado como referência o rácio nacional. Além disso, foi necessário contactar, via telefone, algumas empresas, com o intuito de recolher informações contabilísticas (SREA et al., 2008).

O valor das Importações é incluído no Quadro 6, mas apenas as Importações Turísticas interessam para a elaboração de uma CST. Neste caso em concreto, em que está a ser desenvolvido uma Conta a nível regional, as importações efetuadas dentro da região é que são contabilizadas. Estas foram calculadas tendo em consideração que os valores da Oferta Interna Turística e do Consumo Turístico Interior deverão ser idênticos.

#### **5.4 Análise dos Resultados**

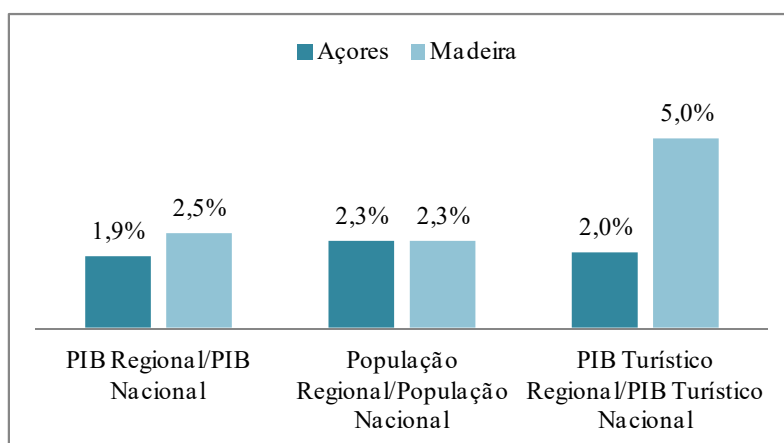
Os dados apresentados nos Quadros revelaram que a RAA, no ano em análise, possuiu um peso de cerca de 2% no total do país:

- O seu PIB representou 1,9% do PIB nacional;
- A sua população representou 2,3% da população residente em Portugal;
- O seu PIB Turístico equivaleu a 2% do total do PIB Turístico produzido em Portugal. Este indicador resulta da soma dos valores de todos os produtos e

atividades que fazem parte da oferta turística e dos impostos líquidos de subsídios relacionados com a sua procura (Cañada, 2013).

No caso da Madeira, estes indicadores tomam os valores de 2,5%, 2,3% e 5%, respetivamente. Destaca-se aqui a importância do seu PIB Turístico, o que pode ser explicado pelo facto da economia Madeirense se basear em grande parte no setor turístico (Oliveira e Pereira, 2008).

**Gráfico 24 - Importância do Turismo em cada Região.**

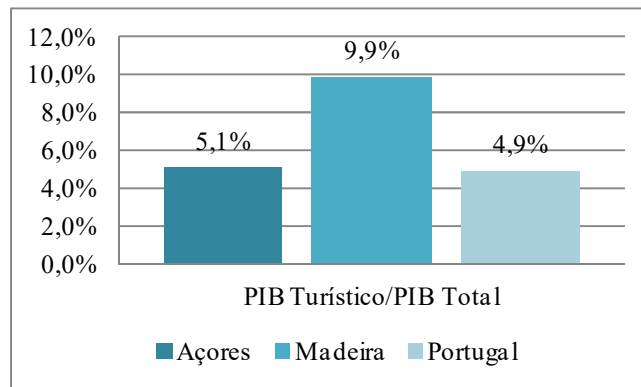


Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

O peso do PIB Turístico de cada região no PIB regional demonstrou-se superior do que o peso no PIB nacional. Nos Açores este corresponde a 5,1% do seu PIB, enquanto na Madeira esta quota toma o valor de 9,9%. Ao nível nacional, a produção turística representa 4,9% da produção total.

**Gráfico 25 - Peso do PIB Turístico no PIB Total, Regional e Nacional.**

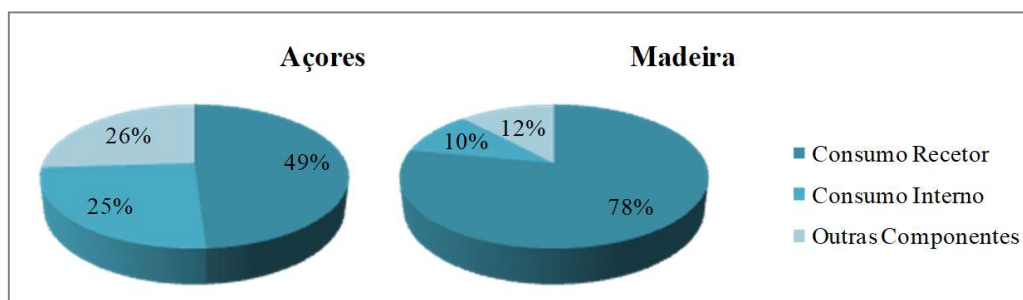




Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

Quanto à Procura Turística, existem dois aspetos que ressaltam à vista. O primeiro está relacionado com o peso do Turismo Recetor no Consumo Turístico Interior nos Açores (49%), que é muito inferior ao registado na Madeira (78%). Isso justifica-se pela diferença considerável que existia, em 2001, entre as duas Regiões Autónomas em termos de fluxos turísticos. O segundo aspeto refere-se às Outras Componentes, que revelam uma importância mais elevada nos Açores (26%) do que na outra região (12%), uma vez que existe na RAA um fluxo turístico interno muito forte (SREA et al., 2008), associado a viagens de negócios privados e públicos. Estas últimas são muito frequentes devido ao facto da Administração Pública, nesta região, se encontrar dispersa pelas ilhas.

**Gráfico 26 - Consumo Turístico Interior por componentes.**



Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

Por sua vez, as diferenças verificadas no Consumo Interno (25% nos Açores VS 10% na Madeira) poderão ser justificadas pelo facto dos Açores serem compostos por mais ilhas do que o arquipélago da Madeira, sendo comum os residentes da região escolherem uma ilha vizinha como destino turístico.

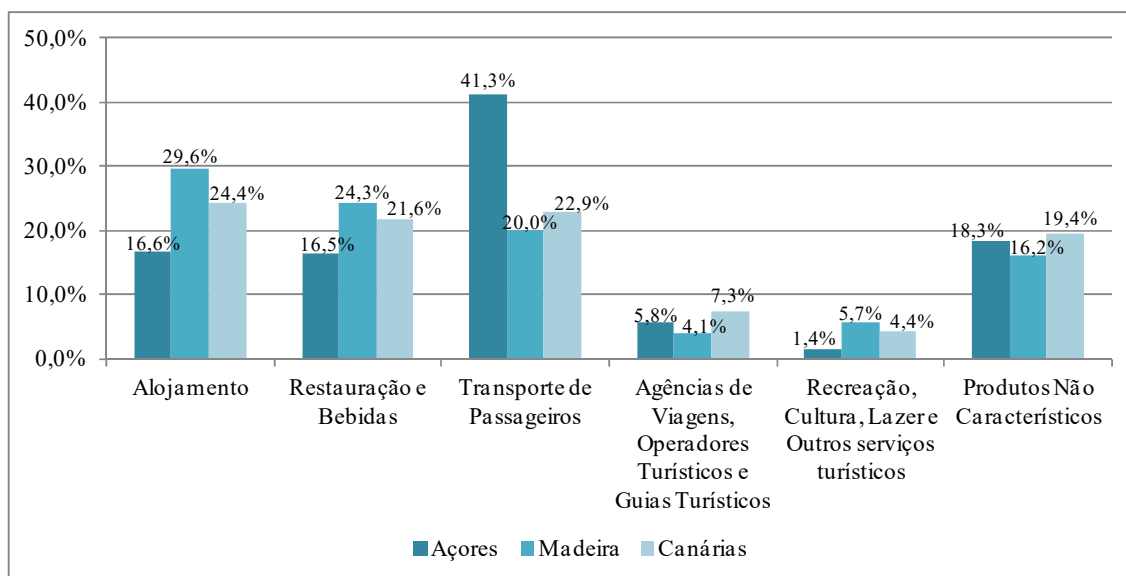
Conforme já foi mencionado, em 2008 o Turismo de Negócios era ainda incluído na rubrica das Outras Componentes, todavia, a partir de 2010, passou a ser considerado

no Turismo Recetor ou Interno, dependendo da origem do visitante. Constatase, portanto, que se esta alteração de metodologia já tivesse sido implementada aquando da construção da presente CST, a rubrica do Consumo Interno teria um peso ainda mais considerável.

Quanto ao Consumo Turístico Interior por Produtos, no maior arquipélago destaca-se o Transporte de Passageiros, que reflete um peso de 41,3% do total. Ainda dentro dos produtos turísticos característicos, salienta-se a importância do Alojamento, que equivale a 16,6%, e da Restauração e Bebidas, que corresponde a 16,5%. Chega-se assim à conclusão que quase 75% das despesas de consumo realizadas dizem respeito apenas a esses três ramos de atividade, evidenciando-se a sua relevância na produção turística. As Agências de Viagens e os serviços de Recreação e Lazer possuem representações pouco significativas no total (5,8% e 1,4%, respetivamente), enquanto os produtos não característicos do Turismo, por seu turno, apresentam uma quota de 18,3% (SREA et al., 2008).

Na Madeira, as proporções analisadas anteriormente são muito distintas. Os produtos com maior peso no Consumo Turístico Interior correspondem aos relacionados com o Alojamento (29,6%), com a Restauração e Bebidas (24,3%) e com o Transporte de Passageiros (20%). Como se pode verificar, esses ramos também concentram grande parte das despesas do consumo em análise, mais precisamente 73,9% deste. Nesta região, as Agências de Viagens e os serviços de Recreação não se demonstraram relevantes, revelando quotas representativas de 4,1% e 5,7%, respetivamente. Já os produtos não característicos correspondem a 16,2% do Consumo Turístico Interior (SREA et al., 2008).

### **Gráfico 27 - Consumo Turístico Interior, por produtos.**



Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

Perante as diferenças encontradas, considerámos pertinente incluímos nesta análise também os resultados obtidos pelas Ilhas Canárias. Observando o Gráfico 27, apercebemo-nos que nesta região o peso dos produtos no total do Consumo do Turismo Interior é relativamente semelhante aos valores apresentados pela Madeira.

Novamente, salta-nos à vista a importância do Transporte de Passageiros na região Açoriana. À conta disso, os outros produtos, destacando-se o Alojamento e a Restauração e Bebidas, apresentam pesos mais baixos do que as outras duas regiões. Contudo, como estamos aqui a lidar com valores relativos, surgiu a curiosidade de estudarmos mais de perto estes resultados.

Examinando os valores absolutos do consumo de Transportes, damos-nos conta que os Açores são a região que apresenta o menor valor dos três territórios analisados. Contudo, o total do seu Consumo Turístico Interior é também o mais baixo.

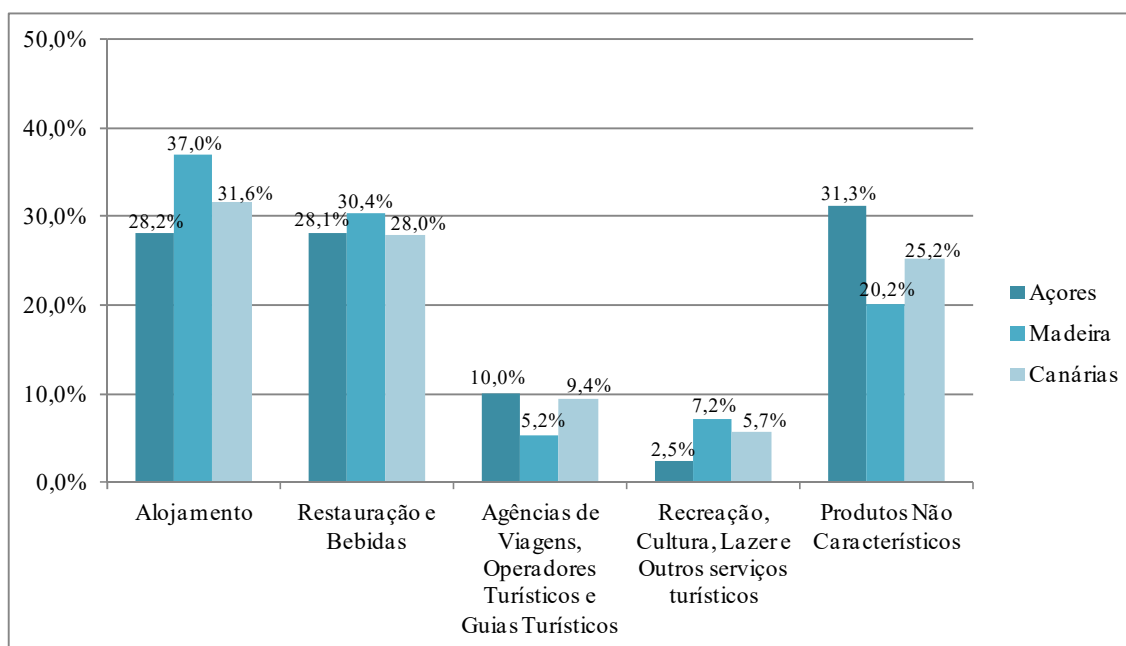
**Tabela 9 - Transporte de Passageiros, Total do Consumo do Turismo Interior (CTI) e Peso Relativo do Transporte no CTI.**

Mil Euros	Transporte de Passageiros	Total do Consumo do Turismo Interior	%
<b>Açores</b>	118 193	285 957	41,3%
<b>Madeira</b>	137 561	688 021	20,0%
<b>Canárias</b>	2 613 857	11 415 875	22,9%

Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

Assim, resolvemos, de seguida, expurgar os dados referentes ao Transporte de Passageiros desta análise, com o objetivo de vermos de que forma os outros produtos se comportam no total do Consumo do Turismo Interior.

**Gráfico 28 - Consumo Turístico Interior, por produtos, sem considerar o Transporte de Passageiros.**



Fonte: Elaboração própria com base em SREA et al. (2008).

O Gráfico 28 dá-nos uma perceção um pouco diferente da anterior. Eliminando o setor dos Transportes, as discrepâncias verificadas entre os Açores e as regiões da Madeira e das Canárias diminuíram consideravelmente na Restauração e Bebidas. Agora os pesos registados na RAA e nas ilhas espanholas são praticamente idênticos, o que evidencia a semelhança que estes dois arquipélagos partilham. Relativamente ao Alojamento, embora nos Açores a sua importância no Consumo Turístico Interior continue a ser inferior aos outros territórios, a amplitude dessa diferença é menor do que no gráfico previamente analisado.

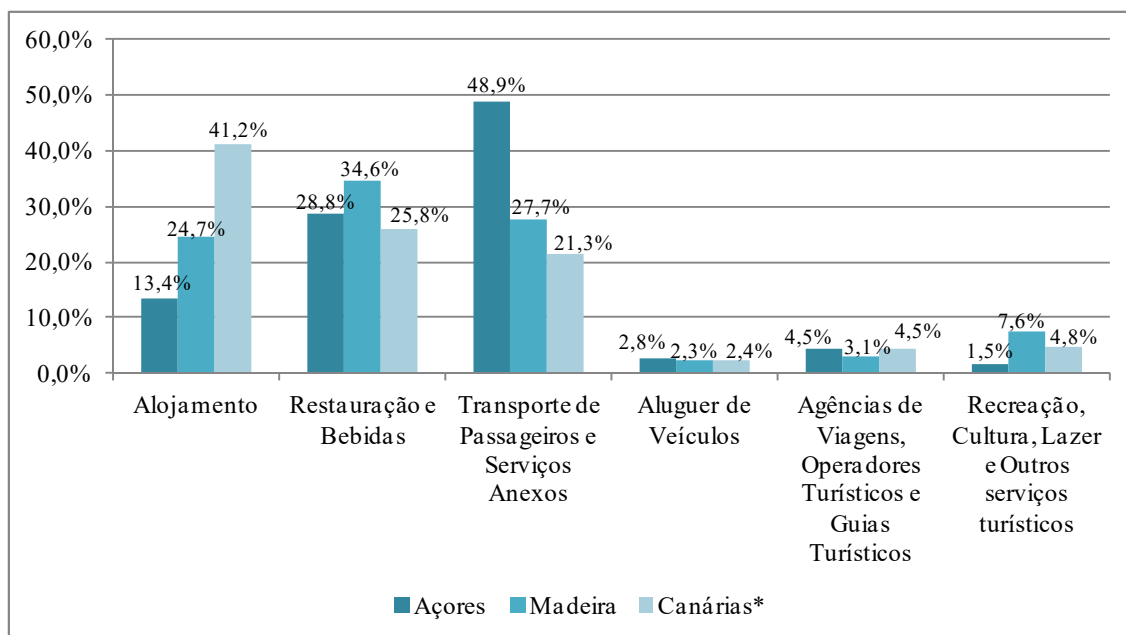
Interessa agora perceber o porquê de algumas dessas disparidades entre as regiões. Em relação ao Transporte de Passageiros, os Açores registam um maior nível de despesa de consumo devido ao facto de, em 2001, o espaço aéreo Açoriano estar ainda restringido à única companhia de aviação regional, a SATA, (SREA et al., 2008), e também à TAP. Como apenas estas duas empresas detinham o monopólio das ligações aéreas, o valor das

viagens era bastante avultado. Esta situação prejudicava, em larga escala, a competitividade dos Açores.

Quanto aos serviços de Recreação e Lazer, é na Madeira que as despesas de consumo desse campo são maiores, independentemente do setor dos Transportes ser incluído ou não na análise. Isso acontece graças à maior oferta turística que aí se regista (SREA et al., 2008), já que o principal motor de desenvolvimento económico desta região é precisamente o Turismo (Marujo, 2013).

Estudando agora o lado da oferta, verifica-se que, na RAA, o setor dos Transportes volta a desempenhar um papel importantíssimo, representando o equivalente a 48,9% da produção turística. Desta vez, a Restauração segue em segundo lugar (28,8%) e o Alojamento em terceiro (13,4%). Na RAM o ramo de atividade mais significativo é o da Restauração e Bebidas (34,6%), seguindo-se o Transporte de Passageiros (27,7%) e o Alojamento (24,7%) (SREA et al., 2008).

**Gráfico 29 - Distribuição da Produção dos ramos característicos, por produtos característicos.**



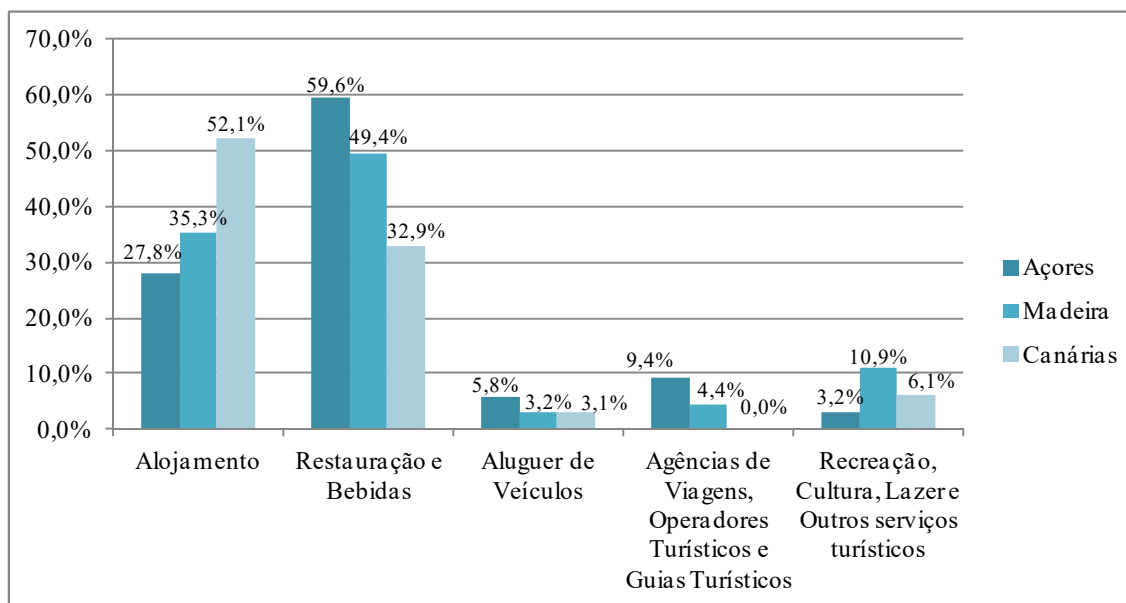
\* - Valores calculados pelos autores, utilizando os dados disponibilizados no Anexo 18.

Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

A fraca expressão do Alojamento nos Açores é justificada pelo facto de grande parte dos seus visitantes serem residentes de outras ilhas, que ficam, portanto, hospedados em casa de familiares e amigos (SREA et al., 2008).

Uma vez mais, devido ao comportamento dos Transportes na RAA, fizemos o mesmo exercício anterior: extinguímos este setor de atividade da análise, para estudarmos de que modo ele afeta as outras componentes da produção de produtos característicos.

**Gráfico 30 - Distribuição da Produção dos ramos característicos, por produtos característicos, sem considerar o Transporte de Passageiros.**

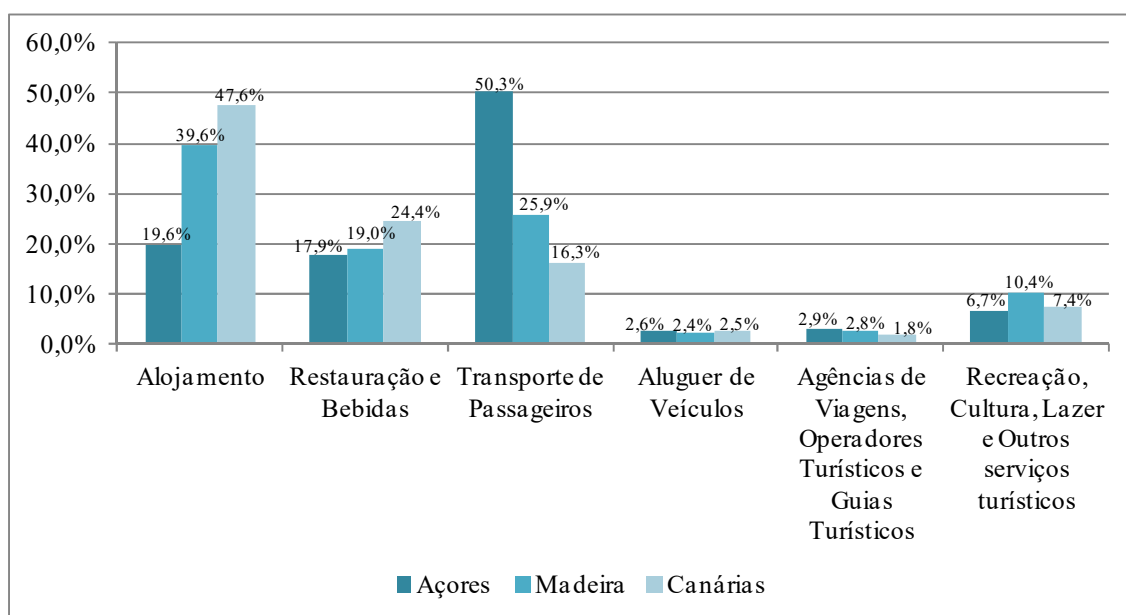


Fonte: Elaboração própria com base em SREA et al. (2008).

Verifica-se a mesma tendência no Alojamento, com as Canárias a se destacarem das outras duas regiões. Quanto à Restauração e Bebidas, o maior peso é registado nos Açores, seguindo-se a Madeira, com uma diferença de quase dez pontos percentuais. Esse facto evidencia o tal problema de competitividade que esta região enfrenta relativamente aos outros dois territórios: como o setor dos Transportes possui um peso muito elevado na sua estrutura produtiva, a importância do setor da Restauração e Bebidas, que é, como se pode ver, bastante considerável, acaba por ficar camuflada.

Analisando a distribuição do VAB pelos diferentes ramos de atividade característicos do Turismo, evidenciam-se novamente os mesmos setores, com o Transporte de Passageiros a contribuir com 50,3% para esse valor nos Açores, ao passo que, na Madeira, é o Alojamento que apresenta uma maior quota, que toma o valor de 39,6%. O setor da Restauração nos Açores é aqui alvo de atenção, já que representa apenas 17,9% do VAB, o que demonstra, segundo os autores da CS, a baixa produtividade da região (SREA et al., 2008).

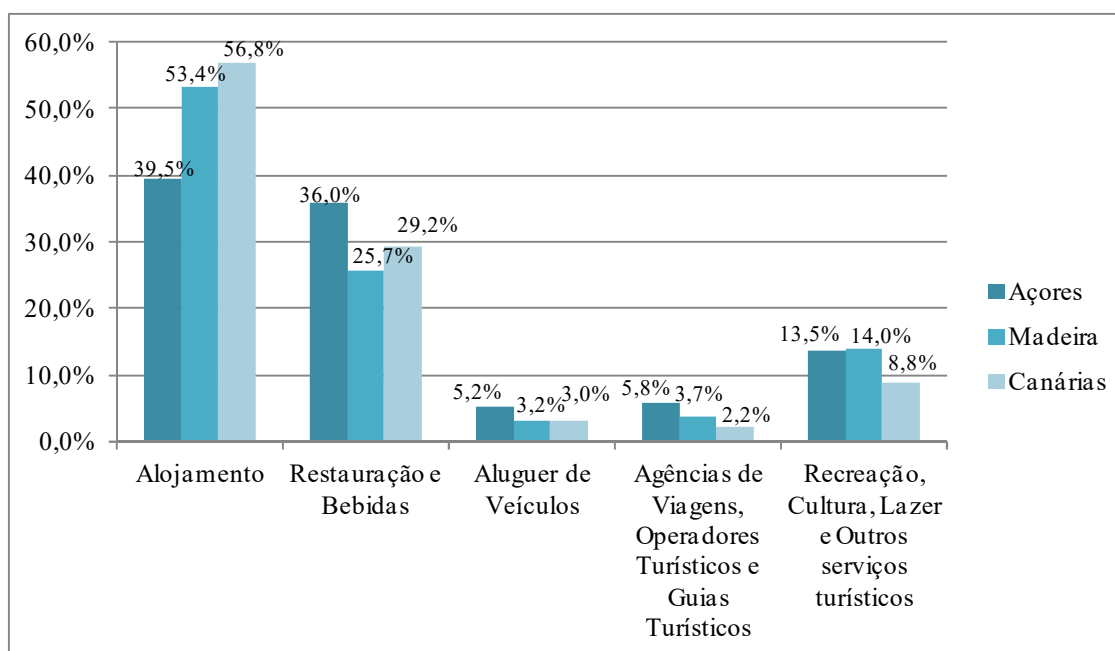
**Gráfico 31 - Distribuição do VAB pelos ramos característicos.**



Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

No entanto, ao eliminarmos os Transportes da análise, curiosamente obtemos dados que contradizem a observação anterior. Apercebemo-nos que, no arquipélago dos Açores, 36% do VAB é gerado pelo setor da Restauração, ao passo que nas Canárias e na Madeira estes valores são de 29,2% e 25,7%, respetivamente. À exceção do ramo do Alojamento, os Açores apresentam uma situação bastante favorável comparativamente aos arquipélagos vizinhos.

**Gráfico 32 - Distribuição do VAB pelos ramos característicos, sem considerar o Transporte de Passageiros.**



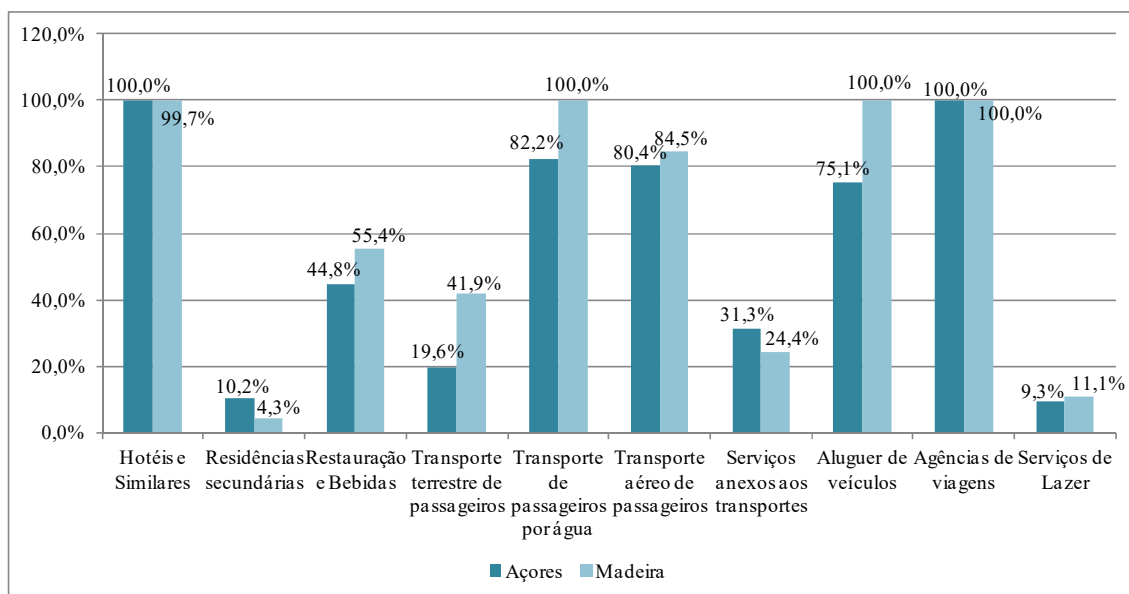
Fonte: Elaboração própria com base em SREA et al. (2008).

Por fim, é feita uma comparação entre a oferta e a procura turística nessas regiões. As principais conclusões que se podem retirar da análise dos rácios do Turismo são as seguintes:

- Em ambos os arquipélagos os Estabelecimentos Hoteleiros e as Agências de Viagens são utilizados quase unicamente pelos visitantes;
- As residências secundárias, tal como já foi referido, revelam uma maior importância na RAA;
- O Transporte de Passageiros aéreo e por água, assim como o aluguer de veículos, são produtos maioritariamente utilizados aquando de viagens turísticas.

**Gráfico 33 - Rácios Turísticos, por principais produtos característicos do Turismo.**





Fonte: Adaptado de SREA et al. (2008).

## 5.5 Considerações Finais

A elaboração desta CST regional constitui uma iniciativa muito valiosa, no sentido que, para além de ser um projeto pioneiro nessa área, fornece informação bastante pertinente acerca do Turismo, que é um dos setores de atividade mais significativos da economia da RAM e das Canárias (SREA et al., 2008).

A realização desta conta acabou por trazer muitas vantagens, já que, perante as dificuldades encontradas, foram desenvolvidas novas metodologias, que poderão ser úteis no futuro. Além disso, agora as regiões aqui analisadas já podem ser comparadas com os resultados da CSTP, assim como com as CST, nacionais ou regionais, dos outros países (SREA et al., 2008).

## 6. Outros Trabalhos

Tal como já referimos, a única CSTR realizada em Portugal foi a que acabámos de analisar, referente às Regiões Autónomas Portuguesas. No entanto, já foram publicados outros trabalhos, que também se focaram no Turismo de determinadas zonas do país e nos seus efeitos nas economias regionais, embora não tenham sido elaborados oficialmente pelo INE.

De seguida, analisamos dois relatórios, que descrevem de que forma o setor turístico tem afetado as regiões do Algarve e do Alentejo. Estes apresentam os resultados a que chegaram e alguns indicadores importantes, embora não se encontrem tão desenvolvidos como as CST anteriormente analisadas.

## **6.1 Algarve**

### **6.1.1 Enquadramento**

Como o Turismo corresponde ao principal motor da economia do Algarve, não admira que também já tenham sido realizados estudos acerca da sua importância a nível regional. Foi inclusive publicada uma CST para esta região do país, em 2003, da autoria do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (em inglês *World Travel & Tourism Council* - WTTC) (WTTC, 2003), que faz uma estimativa para o ano de publicação e previsões para os dez anos seguintes.

A realização do projeto que estamos aqui a analisar só foi possível através da colaboração de várias entidades, nomeadamente da Região Turismo do Algarve (RTA Algarve) - coordenadora do projeto -, da Universidade do Algarve, da Direção-Geral do Turismo, da Delegação Regional do INE e do Observatório do Turismo. O apoio do Oxford Economic Forecasting (OEF) revelou-se também importante, tendo sido responsável por rever o trabalho efetuado (WTTC, 2003).

### **6.1.2 Metodologia, Conteúdo e Conceitos**

Este documento foi elaborado com o apoio da OMT, tendo seguido o quadro conceptual e metodológico recomendados por esta instituição. Porém, baseou-se também na metodologia que a própria WTTC foi desenvolvendo ao longo do tempo, ainda antes da CST ser definida (WTTC, 2003). Por causa disso, ao longo da análise dos resultados, deparamo-nos com conceitos que não são referidos nas CST realizadas pelo INE. Aliás, não nos podemos esquecer que foi em 2003 que o INE publicou o "Estudo de Implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal", o que evidencia que os métodos aplicados pelo WTTC não correspondem aos que foram definidos para o país.

Deve-se, portanto, perceber em que é que consistem e como se distinguem estas novas designações. Quando se falar em "Indústria das Viagens & Turismo", estamos-nos a referir aos impactos diretos originados pelo aumento da produção. Por seu turno, a "Economia das Viagens & Turismo" diz respeito ao "impacto económico mais vasto, direto e indireto, das Viagens & Turismo." (WTTC, 2003, p.25).

### **6.1.3 Análise de Resultados**

Os resultados indicam que, no ano 2003, a Indústria das Viagens & Turismo da região do Algarve contribuiu em 44,7% para o PIB algarvio e em 37,1% para o emprego

desta região. Tendo em conta que ao setor em análise estão associados outros efeitos, suscitados pelos impactos diretos, esperava-se que, na realidade, a contribuição das Viagens & Turismo para a estrutura económica fosse muito superior. Na economia algarvia, segundo o presente trabalho, o setor foi responsável pela criação de 66% do PIB e de 59,9% do emprego total. Para 2013 era expectável que estes últimos valores aumentassem para 70,9% e 64,4%, respetivamente. Esperava-se que, em 2003, 16,4% da Economia das Viagens & Turismo a nível nacional fosse gerada pelo Sul do país (WTTC, 2003).

**Tabela 10 - Estimativas e Previsões para o Algarve.**

Algarve	Estimativa - 2003			Previsão - 2013		
	Valor (M€)	% do Total	Crescimento*	Valor (M€)	% do Total	Crescimento**
Viagens & Turismo de Particulares	407,20	14,30	10,80	866,60	19,90	5,70
Viagens de Negócios	7,60	X	2,60	12,00	X	2,60
Gastos do Estado	96,90	8,60	1,90	149,00	8,80	2,30
Investimento de Capitais	251,70	20,40	3,70	412,80	20,90	3,00
Consumo por Visitantes Estrangeiros	3 838,00	73,30	-0,80	5 955,60	60,90	2,40
Outras exportações	75,70	1,40	2,30	195,10	2,00	7,80
Procura de Viagens & Turismo	4 677,10	X	0,50	7 591,10	X	2,90
PIB da Indústria de V&T	2 210,80	44,70	-0,20	3 686,90	47,40	3,20
PIB da Economia de V&T	3 260,00	66,00	0,10	5 514,60	70,90	3,30
Emprego na Indústria de V&T	65,30	37,10	-2,70	71,50	39,70	0,90
Emprego na Economia de V&T	105,40	59,90	-2,10	116,10	64,40	1,00

**Notas:**

\*: 2003 Crescimento Real Ajustado à Inflação (Percentual); \*\*: 2004-2013 Crescimento Real Anual Ajustado à Inflação (Percentual)

Fonte: Adaptado de WTTC (2003).

É estimado que, em 2003, 17,7% das exportações totais portuguesas tenham sido geradas pelas Viagens & Turismo. A nível regional, os visitantes não residentes no Algarve, independentemente de serem portugueses ou estrangeiros, contribuíram em 73% para as exportações desta região (WTTC, 2003)

Quanto ao investimento de capital, esperava-se que a Economia das Viagens & Turismo contribuísse com 20,4% para o total regional desse agregado. Incluem-se nesta variável todos os investimentos efetuados em infraestruturas privadas, comerciais e até mesmo públicas (WTTC, 2003).

Estimava-se ainda que 47,4% dos impostos angariados no Algarve fossem provenientes das Viagens & Turismo e que 8,6% do total de gastos do Estado na região

tivessem como destino serviços relacionados com a Indústria das Viagens & Turismo (WTTC, 2003).

Contava-se que a taxa de crescimento real da procura por esta indústria atingisse, em 2003, o valor de 0,5%, ao passo que se estimava um decréscimo de 0,2% no PIB da Indústria das Viagens & Turismo e de 2,7% no emprego. Quanto às taxas de crescimento reais anuais nos dez anos seguintes, ou seja, de 2004 a 2013, estes valores seriam de 2,9%, 3,2% e 0,9%, respetivamente (WTTC, 2003).

## **6.2 Alentejo**

### **6.2.1 Enquadramento**

O projeto Observatório Regional de Turismo do Alentejo, iniciado em 2010 pelo Turismo do Alentejo, tinha como objetivo construir uma CST para a região, de modo a conseguir quantificar os efeitos da atividade turística na economia alentejana (Marujo, Borges, Serra, Eusébio, Milheiro e Dinis, 2012). Esta seria da responsabilidade da Universidade de Évora, em parceria com os Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre (Instituto Politécnico de Beja, 2012).

Em 2012 foi inclusive publicado um livro, intitulado *Quadro Metodológico para a Elaboração da Conta Satélite do Turismo (CST) para a Região do Alentejo*, onde é proposta uma metodologia para quantificar os impactos económicos do Turismo nessa região, tendo em consideração as recomendações internacionais. Nesta obra constam todos os passos do processo de desenvolvimento da CSTR, desde as fontes de informação que devem ser utilizadas, aos métodos para estimar cada uma das variáveis (Marujo et al., 2012).

Um ano antes, em 2011, foi apresentada à Universidade de Aveiro uma dissertação, no âmbito do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, que contou com a orientação da Professora Doutora Maria Celeste Eusébio, uma das autoras do livro mencionado anteriormente. Esta tese tinha também como objetivo desenvolver diretrizes auxiliares para a implementação de uma CST para a região do Alentejo e, com a ajuda delas, quantificar os efeitos do setor turístico na estrutura económica alentejana (Couto, 2011). De seguida, examinamos o que foi feito no âmbito desta dissertação.

### **6.2.2 Metodologia e Conteúdo**

Inicialmente, como era de esperar, é feita uma caracterização da região, sendo referidos aspetos como a subdivisão do Alentejo, densidade populacional, estrutura etária da população, nível educacional, situação do emprego, principais atividades produtivas, atrações turísticas, limitações adjacentes, etc. São ainda apresentadas estatísticas referentes ao setor turístico e as perspetivas futuras da sua evolução (Couto, 2011).

De seguida, são mencionados todos os passos do processo: o que é que deve ser contabilizado em cada rubrica considerada nos quadros apresentados; que tipo de dados devem ser recolhidos; quais são as fontes de dados primários e secundários que devem ser utilizadas; quais as equações matemáticas a usar para calcular determinados indicadores; como devem ser organizados os inquéritos aos visitantes e às empresas; que tipo de questões devem conter; e onde é que devem ser aplicados. As fontes de dados primárias dizem respeito àquelas que são obtidas diretamente com os visitantes e com as empresas fornecedoras de bens e serviços turísticos. Quanto às fontes de dados secundários, estas referem-se às informações estatísticas obtidas através dos organismos de estatísticas oficiais nacionais. Aquando de uma CSTR, as fontes primárias acabam por se revelar mais importantes, uma vez que muitas vezes não é possível obter dados adequados à realidade em estudo através das fontes secundárias (Couto, 2011).

São também feitas chamadas de atenção relativamente a alguns constrangimentos que poderão surgir durante o desenvolvimento de uma CSTR, como por exemplo no cálculo das despesas em pacotes turísticos, onde são incluídos vários produtos (Couto, 2011).

Conforme o relatório, os dados utilizados foram referentes ao ano 2008 e retirados da CST nacional, sendo depois sujeitos ao tal processo de regionalização.

A estimativa do Consumo Turístico Recetor foi feita com base na variável "Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros" a nível nacional. Por seu turno, a estimação do Consumo Turístico Interno incluiu as despesas efetuadas pelos residentes em Portugal e pelos residentes da própria região do Alentejo, uma vez que esta separação não foi possível devido à falta de dados discriminados (Couto, 2011).

Assumiu-se ainda que a estrutura do consumo turístico do Alentejo é idêntica à estrutura em termos nacionais (Couto, 2011).

### **6.2.3 Análise dos Resultados**

Apurou-se que os visitantes estrangeiros do Alentejo gastaram 312.514,60 mil Euros, o consumo mais baixo registado de entre as regiões da NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) do continente português.

**Tabela 11 - Estimativa do Consumo Turístico Recetor por NUT II.**

Região	Proveitos Totais	Quota de mercado	Total do consumo
Norte	212 464,00	0,13	1 168 281,35
Centro	190 199,00	0,12	1 045 852,21
Lisboa e V.T.	569 465,00	0,35	3 131 332,08
<b>Alentejo</b>	<b>56 834,00</b>	<b>0,04</b>	<b>312 514,60</b>
Algarve	579 925,00	0,36	3 188 848,76
Total	1 608 887,00	1,00	8 846 829,00

**Nota:** Os dados encontram-se em milhares de Euros.

Fonte: Adaptado de Couto (2011).

Analisando o Consumo Recetor por tipo de produtos e serviços, notamos que, na região alentejana, os visitantes estrangeiros apresentam maiores despesas de consumo nos seguintes ramos de atividade: Restauração e bebidas (o equivalente a 25,19% do total), Transporte aéreo (15,93%) e Alojamento (13,88%).

**Tabela 12 - Consumo Turístico Recetor para a região do Alentejo, por tipo de bens e serviços, em 2008.**

Tipo de bens e serviços	Total do consumo recetor para a economia nacional para 2008	(%)	Distribuição das despesas estimadas para a Região do Alentejo
1.1 Hotéis e estabelecimentos similares	1 228 151	13,88	43 384,49
1.2 Outro alojamento	879 004	9,94	31 050,85
2. Restauração e bebidas	2 229 286	25,20	78 749,62
3.1 Transportes ferroviário interurbano	17 485	0,20	617,66
3.2 Transporte rodoviário interurbano	366 485	4,14	12 946,10
3.3 Transporte por água	1 912	0,02	67,54
3.4 Transporte aéreo	1 409 832	15,94	49 802,37
3.5 Serviços auxiliares aos transportes	36 678	0,41	1 295,65
3.6 Aluguer de equipamento de transporte	285 211	3,22	10 075,09
3.7 Serviços de manutenção e reparação de transportes	19 617	0,22	692,97
4. Agências de viagens, operadores e guias turísticos	63 847	0,72	2 255,40
5. Serviços culturais	30 486	0,34	1 076,92
6. Recreação e Lazer	169 419	1,92	5 984,73
7. Outros serviços de turismo	29 238	0,33	1 032,83
A.2 Produtos conexos	994 753	11,24	35 139,69
B. Produtos não específicos	1 085 425	12,27	38 342,68
<b>Total</b>	<b>8 846 829</b>	<b>100,00</b>	<b>312 514,60</b>

**Nota:** Os dados encontram-se em milhares de Euros.

Fonte: Adaptado de Couto (2011).

Quanto ao consumo do Turismo Interno, os visitantes do Alentejo residentes em Portugal despenderam 193.167,3 mil Euros, sendo este, novamente o valor mais reduzido das regiões consideradas.

**Tabela 13 - Total do Consumo Turístico Interno por região, em 2008.**

Região	Proveitos Totais	Quota de mercado	Total do Consumo Turístico Interno por região
Norte	212 464	0,13	696 322,1
Centro	190 199	0,12	600 724,6
Lisboa e V.T.	569 465	0,35	1 653 065,3
Alentejo	56 834	0,04	193 167,3
Algarve	579 925	0,36	1 750 433,9
<b>Total</b>	<b>1 608 887</b>	<b>1,00</b>	<b>4 893 713,3</b>

**Nota:** Os dados encontram-se em milhares de Euros.

Fonte: Adaptado de Couto (2011).

Como era de esperar, os bens e serviços mais consumidos correspondem aos do setor da Restauração e bebidas, com um peso de 31,51%, seguindo-se os do Alojamento, que representa 19,44% do total.

**Tabela 14 - Total do Consumo Turístico Interno por tipo de bens e serviços, em 2008.**

<b>Tipo de bens e serviços consumidos</b>	<b>Total do Consumo Interno para a economia nacional</b>
1.1 Hotéis e estabelecimentos similares	<b>613 305,7</b>
1.2 Outro alojamento	338 314,1
<b>2. Restauração e bebidas</b>	<b>1 542 440,1</b>
3.1 Transporte ferroviário interurbano	49 402,8
3.2 Transporte rodoviário interurbano	118 616,9
3.3 Transporte por água	26 882,0
<b>3.4 Transporte aéreo</b>	<b>352 829,9</b>
3.5 Serviços auxiliares aos transportes	51 742,0
3.6 Aluguer de equipamentos de transporte	156 108,0
3.7 Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte	17 710,8
<b>4. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos</b>	<b>286 228,1</b>
5. Serviços culturais	23 717,8
6. Recreação e lazer	441 424,5
7. Outros serviços de turismo	413 470,6
A.2. Produtos conexos	115 105,6
B. Produtos não específicos	346 414,5
<b>Total</b>	<b>4 893 713,3</b>

**Nota:** Os dados encontram-se em milhares de Euros.

Fonte: Adaptado de Couto (2011).

Da análise dos valores apresentados por cada rubrica, constata-se que o Transporte aéreo e as Agências de Viagens representam um peso superior ao esperado. Como não é frequente os residentes de um país recorrerem a este tipo de serviços para visitarem outra região, estes resultados são de estranhar (Couto, 2011). Aqui nota-se claramente que nem sempre se consegue adaptar dados nacionais ao nível regional, uma vez que acabam por exercer alguma influência nos resultados a que se quer chegar, que, muitas vezes, não se adequam à realidade da região.

Relativamente à origem dos visitantes do Alentejo, 837.684 são residentes em Portugal, enquanto 199.351 são estrangeiros. Todavia, os resultados demonstram que as



despesas turísticas efetuadas pelos residentes são inferiores às realizadas pelos visitantes de outros países (Couto, 2011).

### **6.3 Considerações Finais**

O desenvolvimento de trabalhos deste tipo surgiu com o intuito de se estudar, ao pormenor, por necessidade ou apenas por curiosidade (no caso dos académicos), de que forma o Turismo afeta a estrutura económica e produtiva de determinadas regiões, já que o seu desempenho turístico difere do desempenho nacional.

Tal como se pode verificar, embora estes relatórios não tenham um carácter oficial, são igualmente realizados com o máximo de rigor técnico possível e acabam por fornecer informações importantes acerca do comportamento, evolução e efeitos do Turismo. Desta forma, constituem uma excelente base de informação, que poderá contribuir, tal como as CST, para o planeamento de políticas e de estratégias de desenvolvimento regionais, que melhorem a performance turística e, previsivelmente, económica do Algarve e do Alentejo (Portugal 2020, 2014).

## **7. Conclusão**

Com o Turismo a ganhar cada vez mais expressão na economia mundial, torna-se essencial avaliar a sua dimensão e as repercussões que produz nos outros ramos de atividade constituintes da estrutura económica (Couto, 2011; Franz et al., 2014).

Nesse sentido, a CST desempenha um papel fundamental, uma vez que dá uma perspetiva das tendências da procura e da oferta turísticas, fornecendo assim uma excelente base para a tomada de decisões sobre questões pertinentes relacionadas com a gestão e promoção do Turismo (WTTC, 2003). A informação apurada por este instrumento é útil tanto para os Governos, como para as empresas, públicas e privadas, cuja atividade se centra no Turismo. Ao terem um maior conhecimento desta atividade e das suas potencialidades, mais facilmente se adaptarão às necessidades do mercado (Milheiro e Dinis, 2012) e definirão políticas públicas e estratégias empresariais mais eficientes. Além disso, como a metodologia utilizada para a construção de CST foi padronizada a nível internacional, os resultados obtidos por cada país são suscetíveis de serem comparados entre si (Couto, 2011).

Todavia, por maior que seja o rigor aplicado no desenvolvimento de uma CST, acabam sempre por surgir alguns constrangimentos, relacionados, essencialmente, com a

falta de informação estatística referente ao Turismo e com a incorreta recolha e organização dos dados, o que afeta a qualidade do trabalho final. É muito comum, por exemplo, as empresas não fornecerem a informação solicitada pelos investigadores ou os inquéritos de recolha de dados estarem mal estruturados ou formulados, gerando dúvidas aos respondentes e, conseqüentemente, dados enviesados, que não espelham a realidade. À conta disso, muitos países não conseguem construir CST que incluam todas as tabelas de dados previstas na metodologia recomendada internacionalmente (INE, 2003; SREA et al., 2008; Couto, 2011; Rocha, 2012).

Contudo, apesar de todas as limitações, a informação fornecida pelas CST revela-se crucial (Couto, 2011). Para que seja possível implementar esta ferramenta da melhor forma possível, é importante que haja cooperação entre várias Instituições, de modo a que cada uma dê o seu contributo para a construção de uma base de dados mais sólida, suprimindo, assim, algumas das lacunas de informação existentes. É importante que os Governos, assim como as comunidades, tenham noção de que o Turismo gera efeitos transversais a toda a economia, que se poderão revelar muito positivos para o desenvolvimento dos países (WTTC, 2003).

Uma vez que a atividade turística não se encontra igualmente distribuída pelo território de um país, verifica-se que certas regiões ainda se encontram pouco dinamizadas nesse campo (OMT et al., 2010). Para contornar essa situação, para desenvolver o potencial de áreas atualmente negligenciadas e, assim, colmatar as desigualdades existentes entre as regiões, torna-se fundamental implementar CST também a nível regional (WTTC, 2003; Couto, 2011).

A existência de informação detalhada e recente acerca da dimensão dos impactos do Turismo na estrutura económica possibilita e facilita a extensão da CST para o nível regional. Isto certamente constituiria uma excelente oportunidade para as regiões, visto que ficariam com uma melhor perceção do comportamento deste setor de atividade nas suas economias, o que permitiria, por sua vez, que a tomada de decisões políticas e empresariais regionais se tornasse também mais eficiente (Jones e Munday, 2010; Marujo et al., 2012).

No entanto, não existe um quadro conceptual a nível regional idêntico ao que existe a nível nacional (OMT et al., 2010), nem uma metodologia específica que permita analisar, de forma consistente, o fenómeno do Turismo nas economias regionais (Couto, 2011). Para a realização de uma CSTR a recolha de informação torna-se ainda mais complicada, já que não existem dados a nível regional com o mesmo grau de

especificidade como existem a nível nacional, essencialmente devido à dificuldade em quantificar certas variáveis por regiões, já que não existe forma de monitorizar os fluxos que ocorrem nesses territórios, e porque não é possível regionalizar determinadas atividades turísticas (OMT et al., 2010). Devido à complexidade deste processo, são ainda muito poucas as regiões que apostaram na elaboração deste sistema de informação (Couto, 2011).

Portugal não ignorou o facto da CST ser considerada a melhor ferramenta capaz de medir os efeitos produzidos pelo Turismo na economia de um país (Cañada, 2013), tendo iniciado o seu desenvolvimento em 2003. Durante os anos seguintes, os trabalhos pareciam correr pelo melhor, com o INE a publicar, no espaço de cinco anos, oito CST (Couto, 2011), mas, no entanto, em 2010, esta ferramenta estatística deixou de ser utilizada. Desde essa altura que Portugal carece de dados atualizados acerca da contribuição do Turismo para a economia portuguesa.

A nível regional, Portugal encontra-se numa situação ainda mais precária. Tal como vimos, Portugal dispõe apenas de uma CSTR, realizada para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, publicada em 2008, mas cujos resultados dizem respeito ao início do milénio, ao ano 2001.

Mais recentemente, Portugal tem andado nas bocas do mundo e ganho visibilidade a nível internacional, tendo-se tornado num importante destino turístico europeu (Alves, 2016). O mesmo está a acontecer com a Região Autónoma dos Açores, que, a partir de 2015, começou a sentir alterações abruptas na sua atividade turística, com a intensificação do número de turistas que visitam a região, o que, de certa forma, se tem revelado um enorme desafio (Couto, Pimentel e Ponte, 2017).

Deste modo, tendo em conta a mudança que se tem verificado "no paradigma do setor turístico" (Couto et al., 2017, p.5) português, acaba por se revelar importantíssima a elaboração de uma nova CST, com dados mais recentes, que retratem a realidade económica atual do Turismo em Portugal (Marujo et al., 2012). Os seus resultados deverão ser capazes de proporcionar uma perceção mais completa do que se está efetivamente a passar no país e de que forma o aumento dos fluxos turísticos tem contribuído para a sua economia, com especial atenção para a produção nacional e para a criação de emprego.

Não nos podemos esquecer que sempre podemos contar com a informação fornecida por diversos relatórios, da autoria de associações que se debruçam sobre o estudo da atividade turística, como por exemplo o Turismo de Portugal, para ficarmos

com uma noção da evolução do Turismo no país. Porém, os dados facultados costumam se focar apenas na evolução do desempenho turístico, não espelhando os impactos reais, em termos monetários, que este setor provoca na estrutura económica.

Uma vez que o Turismo contribui, direta ou indiretamente, para o incremento de diversas atividades económicas, é necessário que seja abordado de forma prudente e profissional (Couto et al., 2017), para que se consiga estabelecer um plano estratégico, que vise reposicionar Portugal no contexto internacional, "cada vez mais competitivo [...] dinâmico" (Alves, 2016, p.49) e desafiante.

Felizmente, tudo indica que até ao final do ano 2017 será divulgada a nova CST portuguesa. Os seus resultados certamente se demonstrarão fundamentais para a formulação de linhas de atuação e para a definição de projetos prioritários, que vão ao encontro das estratégias planeadas para potenciar e projetar Portugal nos mercados internacionais (Turismo de Portugal, 2017).

## Referências

- Alves, A. L. (2016). Evolução do Turismo Nacional. Opinião. E.E.F. Mercados Financeiros. Banco BPI.
- Barbosa, M. A. C., & Zamboni, R. A. (2000). Formação de um 'cluster' em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito - MS.
- Cañada, A. (2013), Regional Tourism Satellite Account, UNWTO Statistics and TSA Issue Paper Series STSA/IP/2013/02 (Online), disponível em: <http://statistics.unwto.org/en/content/papers>.
- Carvalho, P. (2006). Questões chave em Estratégias para Turismo. *Tourism & Management Studies*, 1 (2): 139-150.
- Couto, G., Pimentel, P., & Ponte, J. (2017). Tourism Development Potential in an Insular Territory: The Case of Ribeira Grande in the Azores.
- Couto, S. I. V. S. (2011). Conta satélite de turismo para as economias regionais (Master's thesis, Universidade de Aveiro).
- Cunha, S. K. D., & Cunha, J. C. D. (2005). Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistémico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(SPE2), 63-79.
- Cunha, S. K., & Cunha, J. C. (2007). Clusters de turismo: abordagem teórica e avaliação. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 8(13).

DREM (2008). Estudo de Implementação da Conta Satélite do Turismo na Região Autónoma da Madeira - Projecto SICER-MAC, Sistema de Contas Económicas Regionais da Macaronésia.

Eurostat (2008). NACE Rev. 2 - Statistical classification of economic activities in the European Community. *Office for Official Publications of the European Communities, Luxemburg.*

Eusébio, M. C. D. A. (2006). Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional: O caso da Região Centro de Portugal (PhD final thesis, Universidade de Aveiro).

Ferreira, J., & Estevão, C. (2009). Regional competitiveness of a tourism cluster: A conceptual model proposal. *Encontros científicos–Tourism & management studies*, 37-51.

Franz, A., Laimer, P., & Manente, M. (2014). European Implementation Manual on Tourism Satellite Accounts. *European Commission. Accessed May, 14.*

Frechtling, D. (2008). Measurement and analysis of tourism economic contributions for subnational regions through the Tourism Satellite Account (Document presented at the International Conference on Measuring Tourism Economic Contribution at Sub-National Levels, "Knowledge as Value Advantage for Tourism Destinations", 29 - 31 October 2008, Málaga, Spain) (Online), available: <http://statistics.unwto.org/en/event/malaga>.

Gouveia, M., & Duarte, T. (2001). O cluster turismo em Portugal. *Lisboa: GEPE.*

Governo Regional dos Açores, Governo Regional da Madeira & Gobierno de Canarias (2001). Programa de Iniciativa Comunitária: INTERREG III B - 2000/2006.

IBGE (2000). Formação Bruta de Capital Fixo (versão para informação e comentários). Nota metodológica nº 19.

IES (2015). Informação Empresarial Simplificada: Declaração Anual - Perguntas & Respostas.

INE (2003). Estudo de Implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal: Programa Operacional da Economia (POE).

INE (2005a). Conta Satélite do Turismo 2000 (Dados Provisórios).

INE (2005b). Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais (IGTI) - Documento Metodológico, Versão 1.1.

INE (2006). A Conta Satélite de Turismo para Portugal: Seminário "Conta Satélite do Turismo para Portugal".

INE (2010). Conta Satélite do Turismo 2000-2010.

INE (2011). Estatísticas do Turismo 2010.

INRouTe e OMT (2013). A Closer Look at Tourism: Sub-national Measurement and Analysis – Towards a Set of UNWTO Guidelines, UNWTO, Madrid.

Instituto Politécnico de Beja (2012). Observatório de Turismo do Alentejo. Apresentação.

- Jones, C., & Munday, M. (2010). Tourism satellite accounts for regions? A review of development issues and an alternative. *Economic Systems Research*, 22(4), 341-358.
- Kozak, M., & Andreu, L. (Eds.). (2006). *Progress in tourism marketing*. Elsevier.
- Maricato, N. A. G. (2012). *O Turismo em Portugal: Tendências e Perspetivas* (Master's thesis, Universidade de Coimbra).
- Marujo, N. (2013). O desenvolvimento do Turismo na Ilha da Madeira.
- Marujo, N., Borges, M., Serra, J., Eusébio, C., Milheiro, E. & Dinis, G. (2012). Quadro Metodológico para a Elaboração da Conta Satélite do Turismo (CST) para a Região do Alentejo.
- Milheiro, E., & Dinis, M. G. (2012). O Observatório Regional de Turismo do Alentejo: da ideia aos resultados.
- Monfort, V. (2000). Competitividad y factores críticos de éxito en la "hotelería de litoral": experiencia de los destinos turísticos Benidorm y Peñíscola. Madrid, FITUR/IFEMA.
- Moreira Filho, M., Prevot Nascimento, R., & Segre, L. M. (2010). ¿Cuál es el papel del turismo en el desarrollo local?: Un análisis crítico del cluster turístico de Santa Teresa - RJ, Brasil. *Estudios y perspectivas en turismo*, 19(5), 812-834.
- OCDE (2000). Measuring the Role of Tourism in OECD Economies: OECD Manual on Tourism Satellite Accounts and Employment (Vol. II). França.
- Oliveira, P., & Pereira, P. T. (2008). Who values what in a tourism destination? The case of Madeira Island. *Tourism Economics*, 14(1), 155-168.
- OMT (2000). Basic Concepts of the Tourism Satellite Account (TSA).
- OMT (2012). Understanding tourism: basic glossary.
- OMT (2015). Methodological Notes to the Tourism Statistics Database.
- OMT (2017). Tourism Highlights. 2017 Edition.
- OMT, ONU, Eurostat & OCDE (2010). Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008. *Studies in Methods, series F*, (80).
- ONU & OMT (1994). Recommendations on Tourism Statistics.
- Portugal 2020 (2014). Programa Operacional ao Abrigo do Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego.
- Rocha, M. R. (2012). As contribuições dos indicadores estatísticos relacionados à atividade turística: uma reflexão sobre a conta satélite do Turismo (Bachelor's thesis).
- Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda. (2005). Reinventando o Turismo em Portugal -Estratégia de desenvolvimento turístico português no 1º quartel do século XXI. *Multitipo-Artes gráficas, Lda*.

- SREA (2006). Quadro de Empregos Alargado da Região Autónoma dos Açores 2001.
- SREA (2007). Estudo sobre os Turistas que visitam os Açores 2005-2006.
- SREA, DREM & ISTAC (2008). *Contas Satélite do Turismo da Macaronésia 2001/2002*.
- Surugiu, C. (2009). The Economic Impact of Tourism. An Input-Output Analysis. *Revista Romana de Economie*, 28(2).
- Turismo de Portugal (2008). *Conta Satélite do Turismo. Turismo: Actividade Económica 2000-2007*.
- Turismo de Portugal (2011a). O Turismo na Economia, Evolução do contributo do Turismo para a Economia Portuguesa 2000-2010.
- Turismo de Portugal (2011b). O Turismo em 2009. Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Turismo de Portugal (2017). Apresentação da Estratégia Turismo 2027: 15 de março na BTL. *Turismo de Portugal*.
- WTTC (2003). Algarve: O Impacte das Viagens & Turismo no Emprego e na Economia.
- Zhang, J. (2005). Documentation on regional tourism satellite accounts in Denmark. AKF.





## Anexos

### Anexo 1.1 - Consumo do Turismo Recetor por produtos e categorias de visitantes, em Portugal (2000-2005).

Unidade: 10<sup>3</sup> Euros

Bens e serviços	2000			2001			2002		
	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>499 479</b>	<b>4 839 313</b>	<b>5 338 792</b>	<b>497 725</b>	<b>5 207 101</b>	<b>5 704 826</b>	<b>526 616</b>	<b>5 147 673</b>	<b>5 674 289</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>198 555</b>	<b>4 264 866</b>	<b>4 463 421</b>	<b>199 670</b>	<b>4 606 441</b>	<b>4 806 111</b>	<b>223 829</b>	<b>4 560 007</b>	<b>4 783 837</b>
1. Alojamento	n.a.	1 523 699	<b>1 523 699</b>	n.a.	1 675 222	<b>1 675 222</b>	n.a.	1 668 916	<b>1 668 916</b>
2. Restauração e Bebidas (2)	122 853	1 422 631	<b>1 545 484</b>	127 585	1 553 044	<b>1 680 629</b>	146 747	1 539 375	<b>1 686 122</b>
3. Transporte de Passageiros (2)	48 554	1 115 274	<b>1 163 828</b>	48 250	1 151 864	<b>1 200 114</b>	53 584	1 129 815	<b>1 183 400</b>
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)	0	25 971	<b>25 971</b>	0	25 877	<b>25 877</b>	0	24 010	<b>24 010</b>
5. Serviços Culturais de Recreação e Lazer (2)	20 477	155 683	<b>176 160</b>	15 463	177 025	<b>192 488</b>	12 067	175 824	<b>187 891</b>
6. Outros Serviços de Turismo	6 671	21 608	<b>28 279</b>	8 373	23 408	<b>31 781</b>	11 432	22 066	<b>33 498</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>300 924</b>	<b>574 447</b>	<b>875 371</b>	<b>298 055</b>	<b>600 660</b>	<b>898 715</b>	<b>302 786</b>	<b>587 666</b>	<b>890 452</b>
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>363 015</b>	<b>646 148</b>	<b>1 009 163</b>	<b>308 510</b>	<b>744 844</b>	<b>1 053 353</b>	<b>275 243</b>	<b>766 744</b>	<b>1 041 987</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>862 494</b>	<b>5 485 461</b>	<b>6 347 955</b>	<b>806 235</b>	<b>5 951 945</b>	<b>6 758 180</b>	<b>801 858</b>	<b>5 914 417</b>	<b>6 716 276</b>

Unidade: 10<sup>3</sup> Euros

Bens e serviços	2003			2004			2005		
	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>543 976</b>	<b>4 907 879</b>	<b>5 451 854</b>	<b>443 151</b>	<b>5 469 616</b>	<b>5 912 767</b>	<b>428 372</b>	<b>5 588 862</b>	<b>6 017 234</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>230 280</b>	<b>4 373 674</b>	<b>4 603 955</b>	<b>197 266</b>	<b>4 894 959</b>	<b>5 092 225</b>	<b>191 961</b>	<b>5 015 493</b>	<b>5 207 454</b>
1. Alojamento	n.a.	1 587 053	<b>1 587 053</b>	n.a.	1 674 058	<b>1 674 058</b>	n.a.	1 706 993	<b>1 706 993</b>
2. Restauração e Bebidas (2)	151 395	1 474 826	<b>1 626 221</b>	127 967	1 739 481	<b>1 867 448</b>	124 276	1 736 752	<b>1 861 028</b>
3. Transporte de Passageiros (2)	55 404	1 125 633	<b>1 181 037</b>	49 954	1 276 008	<b>1 325 962</b>	49 326	1 372 558	<b>1 421 885</b>
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)	0	21 659	<b>21 659</b>	0	20 780	<b>20 780</b>	0	20 226	<b>20 226</b>
5. Serviços Culturais de Recreação e Lazer (2)	12 542	147 175	<b>159 717</b>	10 245	166 100	<b>176 345</b>	9 563	160 493	<b>170 056</b>
6. Outros Serviços de Turismo	10 939	17 327	<b>28 266</b>	9 101	18 532	<b>27 633</b>	8 796	18 471	<b>27 268</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>313 695</b>	<b>534 205</b>	<b>847 900</b>	<b>245 885</b>	<b>574 657</b>	<b>820 542</b>	<b>236 411</b>	<b>573 369</b>	<b>809 780</b>
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>290 462</b>	<b>765 835</b>	<b>1 056 296</b>	<b>232 783</b>	<b>756 547</b>	<b>989 329</b>	<b>224 168</b>	<b>754 685</b>	<b>978 853</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>834 437</b>	<b>5 673 714</b>	<b>6 508 151</b>	<b>675 934</b>	<b>6 226 163</b>	<b>6 902 097</b>	<b>652 540</b>	<b>6 343 547</b>	<b>6 996 087</b>

n.a. - Não se aplica.

(1) Relativo ao produto final das agências de viagens e operadores turísticos: as margens comerciais.

(2) O valor é líquido dos montantes pagos às agências de viagens e aos operadores turísticos.

Fonte: INE.

**Anexo 1.2 - Consumo do Turismo Recetor por produtos e categorias de visitantes, em Portugal (2006-2008).**

Unidade: 10 <sup>3</sup> Euros	2006			2007			2008		
	Bens e serviços	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>419 111</b>	<b>6 417 220</b>	<b>6 836 331</b>	<b>363 600</b>	<b>7 367 828</b>	<b>7 731 428</b>	<b>367 754</b>	<b>7 393 650</b>	<b>7 761 403</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>189 350</b>	<b>5 790 945</b>	<b>5 980 295</b>	<b>162 516</b>	<b>6 658 572</b>	<b>6 821 088</b>	<b>168 070</b>	<b>6 598 581</b>	<b>6 766 651</b>
<b>1. Alojamento</b>	n.a.	<b>1 853 685</b>	<b>1 853 685</b>	n.a.	<b>2 148 235</b>	<b>2 148 235</b>	n.a.	<b>2 107 155</b>	<b>2 107 155</b>
1.1 Hotéis e estabelecimentos similares (2)	n.a.	1 065 070	1 065 070	n.a.	1 206 326	1 206 326	n.a.	1 228 151	1 228 151
1.2 Outro Alojamento (2)	n.a.	788 615	788 615	n.a.	941 909	941 909	n.a.	879 004	879 004
1.3 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0	0	n.a.	0	0
<b>2. Restauração e Bebidas (2)</b>	<b>121 215</b>	<b>1 891 909</b>	<b>2 013 123</b>	<b>104 091</b>	<b>2 153 362</b>	<b>2 257 452</b>	<b>109 123</b>	<b>2 120 163</b>	<b>2 229 286</b>
<b>3. Transporte de Passageiros (2)</b>	<b>50 403</b>	<b>1 827 770</b>	<b>1 878 172</b>	<b>42 586</b>	<b>2 106 550</b>	<b>2 149 136</b>	<b>43 253</b>	<b>2 093 966</b>	<b>2 137 219</b>
3.1 Transporte ferroviário interurbano (2)	499	15 593	16 092	633	21 335	21 968	307	17 177	17 485
3.2 Transporte rodoviário interurbano(2)	35 700	296 205	331 904	27 749	335 610	363 360	28 847	337 637	366 485
3.3 Transporte por água (2)	0	3 162	3 162	0	2 473	2 473	0	1 912	1 912
3.4 Transporte aéreo (2)	3 469	1 209 237	1 212 706	4 701	1 420 003	1 424 704	6 257	1 403 575	1 409 832
3.5 Serviços auxiliares aos transportes (2)	2 699	29 859	32 558	2 395	32 575	34 970	2 372	34 306	36 678
3.6 Aluguer de equipamento de transporte	7 600	255 904	263 505	6 721	275 161	281 883	5 088	280 122	285 211
3.7 Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte	435	17 810	18 245	386	19 393	19 779	382	19 236	19 617
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)</b>	<b>0</b>	<b>22 569</b>	<b>22 569</b>	<b>0</b>	<b>38 286</b>	<b>38 286</b>	<b>0</b>	<b>63 847</b>	<b>63 847</b>
<b>5. Serviços Culturais (2)</b>	<b>1 410</b>	<b>26 692</b>	<b>28 102</b>	<b>1 258</b>	<b>29 023</b>	<b>30 281</b>	<b>1 246</b>	<b>29 240</b>	<b>30 486</b>
<b>6. Recreação e Lazer (2)</b>	<b>7 836</b>	<b>148 339</b>	<b>156 175</b>	<b>6 989</b>	<b>161 291</b>	<b>168 280</b>	<b>6 924</b>	<b>162 495</b>	<b>169 419</b>
<b>7. Outros Serviços de Turismo</b>	<b>8 487</b>	<b>19 982</b>	<b>28 469</b>	<b>7 593</b>	<b>21 826</b>	<b>29 419</b>	<b>7 524</b>	<b>21 714</b>	<b>29 238</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>229 761</b>	<b>626 275</b>	<b>856 036</b>	<b>201 084</b>	<b>709 256</b>	<b>910 339</b>	<b>199 684</b>	<b>795 069</b>	<b>994 753</b>
Margens de distribuição	71 946	138 360	210 306	63 953	153 833	217 786	63 826	165 720	229 546
Bens (3)	157 207	472 192	629 399	136 569	537 325	673 894	135 291	612 126	747 416
Serviços	608	15 723	16 332	562	18 097	18 659	567	17 223	17 790
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>216 267</b>	<b>826 023</b>	<b>1 042 290</b>	<b>192 763</b>	<b>898 436</b>	<b>1 091 199</b>	<b>190 943</b>	<b>894 482</b>	<b>1 085 425</b>
Margens de distribuição	66 869	271 824	338 693	59 930	296 903	356 833	59 394	297 814	357 207
Bens (3)	115 198	450 012	565 210	102 247	487 750	589 996	101 244	483 475	584 719
Serviços	34 200	104 187	138 388	30 586	113 784	144 369	30 305	113 194	143 499
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>635 378</b>	<b>7 243 243</b>	<b>7 878 621</b>	<b>556 363</b>	<b>8 266 264</b>	<b>8 822 627</b>	<b>558 697</b>	<b>8 288 132</b>	<b>8 846 829</b>

n.a. - Não se aplica.

- (1) Relativo ao produto final das agências de viagens e operadores turísticos: as margens comerciais.
- (2) O valor é líquido dos montantes pagos às agências de viagens e aos operadores turísticos.
- (3) O valor é líquido de margens de distribuição.

Fonte: INE.

**Anexo 2.1** - Consumo do Turismo Interno por produtos e categorias de visitantes residentes, em Portugal (2000 - 2005).

Unidade: 10<sup>3</sup> Euros

Produtos	2000			2001			2002		
	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem
	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>3 553 948</b>	<b>798 596</b>	<b>4 352 543</b>	<b>3 621 573</b>	<b>862 859</b>	<b>4 484 431</b>	<b>3 563 175</b>	<b>890 246</b>	<b>4 453 421</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>3 467 554</b>	<b>792 316</b>	<b>4 259 871</b>	<b>3 522 925</b>	<b>856 055</b>	<b>4 378 979</b>	<b>3 464 616</b>	<b>883 848</b>	<b>4 348 464</b>
1. Alojamento	731 610	2 598	<b>734 207</b>	744 795	1 469	<b>746 264</b>	776 487	1 413	<b>777 901</b>
2. Restauração e Bebidas (2)	1 288 768	1 701	<b>1 290 469</b>	1 341 664	1 883	<b>1 343 547</b>	1 228 458	1 332	<b>1 229 790</b>
3. Transporte de Passageiros (2)	620 195	550 441	<b>1 170 635</b>	650 470	589 629	<b>1 240 099</b>	635 453	619 652	<b>1 255 105</b>
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)	249 677	215 280	<b>464 957</b>	268 615	238 569	<b>507 185</b>	254 690	233 475	<b>488 165</b>
5. Serviços Culturais de Recreação e Lazer (2)	273 638	0	<b>273 638</b>	249 020	0	<b>249 020</b>	258 966	0	<b>258 966</b>
6. Outros Serviços de Turismo	303 667	22 297	<b>325 964</b>	268 361	24 504	<b>292 865</b>	310 561	27 975	<b>338 536</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>86 394</b>	<b>6 279</b>	<b>92 673</b>	<b>98 648</b>	<b>6 804</b>	<b>105 452</b>	<b>98 559</b>	<b>6 398</b>	<b>104 957</b>
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>307 911</b>	<b>10 431</b>	<b>318 342</b>	<b>330 662</b>	<b>11 239</b>	<b>341 901</b>	<b>314 021</b>	<b>10 587</b>	<b>324 608</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>3 861 859</b>	<b>809 026</b>	<b>4 670 886</b>	<b>3 952 235</b>	<b>874 098</b>	<b>4 826 333</b>	<b>3 877 196</b>	<b>900 833</b>	<b>4 778 029</b>

Unidade: 10<sup>3</sup> Euros

Produtos	2003			2004			2005		
	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem
	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>3 497 841</b>	<b>836 886</b>	<b>4 334 728</b>	<b>3 693 530</b>	<b>890 737</b>	<b>4 584 267</b>	<b>3 892 971</b>	<b>924 378</b>	<b>4 817 349</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>3 405 270</b>	<b>831 472</b>	<b>4 236 742</b>	<b>3 597 137</b>	<b>885 204</b>	<b>4 482 342</b>	<b>3 800 169</b>	<b>918 971</b>	<b>4 719 140</b>
1. Alojamento	780 356	1 440	<b>781 795</b>	852 317	1 544	<b>853 861</b>	856 816	1 571	<b>858 387</b>
2. Restauração e Bebidas (2)	1 159 534	1 162	<b>1 160 696</b>	1 252 097	1 404	<b>1 253 501</b>	1 304 177	1 692	<b>1 305 869</b>
3. Transporte de Passageiros (2)	683 123	584 179	<b>1 267 302</b>	613 739	612 345	<b>1 226 084</b>	637 493	640 836	<b>1 278 328</b>
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)	250 252	218 985	<b>469 238</b>	269 699	247 592	<b>517 291</b>	279 052	255 403	<b>534 455</b>
5. Serviços Culturais de Recreação e Lazer (2)	268 498	0	<b>268 498</b>	302 920	0	<b>302 920</b>	378 183	0	<b>378 183</b>
6. Outros Serviços de Turismo	263 507	25 706	<b>289 213</b>	306 365	22 320	<b>328 685</b>	344 449	19 469	<b>363 918</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>92 572</b>	<b>5 414</b>	<b>97 985</b>	<b>96 392</b>	<b>5 533</b>	<b>101 926</b>	<b>92 801</b>	<b>5 407</b>	<b>98 209</b>
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>261 634</b>	<b>8 840</b>	<b>270 474</b>	<b>265 877</b>	<b>9 023</b>	<b>274 901</b>	<b>263 665</b>	<b>8 831</b>	<b>272 496</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>3 759 475</b>	<b>845 727</b>	<b>4 605 202</b>	<b>3 959 407</b>	<b>899 761</b>	<b>4 859 168</b>	<b>4 156 636</b>	<b>933 209</b>	<b>5 089 845</b>

(\*) Refere-se aos visitantes residentes que viajam para fora do território económico do país de referência.

Só deverá incluir o valor das despesas de consumo anteriores ou posteriores à viagem.

n.a. - Não se aplica.

(1) Relativo ao produto final das agências de viagens e operadores turísticos: as margens comerciais.

(2) O valor é líquido dos montantes pagos às agências de viagens e aos operadores turísticos.

Fonte: INE.

**Anexo 2.2** - Consumo do Turismo Interno por produtos e categorias de visitantes residentes, em Portugal (2006 - 2008).

Unidade: 10<sup>3</sup> Euros

Produtos	2006			2007			2008		
	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem	Residentes em viagem apenas no Interior do país de referência	Residentes em viagem para fora do País de referência (*)	Total de Residentes em Viagem
	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>4 152 465</b>	<b>966 443</b>	<b>5 118 909</b>	<b>4 416 209</b>	<b>1 084 999</b>	<b>5 501 208</b>	<b>4 547 299</b>	<b>1 222 405</b>	<b>5 769 704</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>4 055 531</b>	<b>960 974</b>	<b>5 016 505</b>	<b>4 305 320</b>	<b>1 077 935</b>	<b>5 383 254</b>	<b>4 432 193</b>	<b>1 215 564</b>	<b>5 647 757</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>925 821</b>	<b>1 703</b>	<b>927 524</b>	<b>944 090</b>	<b>1 803</b>	<b>945 892</b>	<b>951 620</b>	<b>1 585</b>	<b>953 205</b>
1.1 Hotéis e estabelecimentos similares	558 602	1 245	559 847	592 160	1 344	593 504	613 306	1 182	614 488
1.2 Outro Alojamento (2)	367 219	458	367 677	351 930	458	352 388	338 314	403	338 717
1.3 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	n.a.	n.a.	n.a.	0	0	0	0	0	0
<b>2. Restauração e Bebidas (2)</b>	<b>1 389 718</b>	<b>1 754</b>	<b>1 391 473</b>	<b>1 529 542</b>	<b>1 825</b>	<b>1 531 367</b>	<b>1 542 440</b>	<b>1 698</b>	<b>1 544 138</b>
<b>3. Transporte de Passageiros (2)</b>	<b>731 595</b>	<b>677 342</b>	<b>1 408 937</b>	<b>653 289</b>	<b>771 071</b>	<b>1 424 360</b>	<b>773 292</b>	<b>917 213</b>	<b>1 690 506</b>
3.1 Transporte ferroviário interurbano	69 557	166	69 723	43 263	177	43 440	49 403	320	49 723
3.2 Transporte rodoviário interurbano(2)	112 916	12 380	125 296	105 169	12 654	117 823	118 617	13 801	132 418
3.3 Transporte por água (2)	20 124	151	20 275	23 142	151	23 293	26 882	151	27 032
3.4 Transporte aéreo (2)	333 250	571 901	905 151	274 191	653 165	927 356	352 830	791 902	1 144 732
3.5 Serviços auxiliares aos transportes	47 844	92 034	139 878	51 581	104 029	155 610	51 742	110 305	162 047
3.6 Aluguer de equipamento de	132 023	0	132 023	137 434	0	137 434	156 108	0	156 108
3.7 Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte	15 882	710	16 591	18 508	895	19 403	17 711	735	18 446
<b>4. Agências de Viagens, Oper. Turísticos e Guias Turísticos (1)</b>	<b>285 031</b>	<b>259 592</b>	<b>544 623</b>	<b>296 011</b>	<b>274 270</b>	<b>570 280</b>	<b>286 228</b>	<b>260 865</b>	<b>547 093</b>
<b>5. Serviços Culturais (2)</b>	<b>20 428</b>	<b>0</b>	<b>20 428</b>	<b>24 287</b>	<b>0</b>	<b>24 287</b>	<b>23 718</b>	<b>0</b>	<b>23 718</b>
<b>6. Recreação e Lazer (2)</b>	<b>391 148</b>	<b>0</b>	<b>391 148</b>	<b>436 463</b>	<b>0</b>	<b>436 463</b>	<b>441 424</b>	<b>0</b>	<b>441 424</b>
<b>7. Outros Serviços de Turismo</b>	<b>311 789</b>	<b>20 582</b>	<b>332 372</b>	<b>421 638</b>	<b>28 966</b>	<b>450 604</b>	<b>413 471</b>	<b>34 201</b>	<b>447 672</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>96 934</b>	<b>5 470</b>	<b>102 404</b>	<b>110 889</b>	<b>7 064</b>	<b>117 954</b>	<b>115 106</b>	<b>6 841</b>	<b>121 947</b>
Margens de distribuição	16 335	1 974	18 309	19 595	2 587	22 183	19 166	2 500	21 666
Bens (3)	44 478	3 496	47 974	51 563	4 477	56 040	51 265	4 341	55 606
Serviços	36 121	0	36 121	39 730	0	39 730	44 675	0	44 675
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>267 577</b>	<b>9 052</b>	<b>276 629</b>	<b>357 712</b>	<b>9 768</b>	<b>367 480</b>	<b>346 415</b>	<b>9 460</b>	<b>355 874</b>
Margens de distribuição	78 098	593	78 692	104 806	691	105 497	102 346	741	103 087
Bens (3)	130 065	8 459	138 524	172 124	9 077	181 201	165 842	8 718	174 560
Serviços	59 414	0	59 414	80 782	0	80 782	78 227	0	78 227
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>4 420 043</b>	<b>975 495</b>	<b>5 395 538</b>	<b>4 773 920</b>	<b>1 094 767</b>	<b>5 868 688</b>	<b>4 893 713</b>	<b>1 231 864</b>	<b>6 125 578</b>

(\*) Refere-se aos visitantes residentes que viajam para fora do território económico do país de referência.

Só deverá incluir o valor das despesas de consumo anteriores ou posteriores à viagem.

n.a. - Não se aplica.

(1) Relativo ao produto final das agências de viagens e operadores turísticos: as margens comerciais.

(2) O valor é líquido dos montantes pagos às agências de viagens e aos operadores turísticos.

(3) O valor é líquido de margens de distribuição.

Fonte: INE.

**Anexo 3 - Consumo do Turismo Emissor por produtos e categorias de visitantes, em Portugal (2000 - 2008).**

Unidade: 10 <sup>3</sup> Euros	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bens e serviços	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes	Total dos Visitantes
<b>A. Produtos específicos</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>A.1 Produtos característicos</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>1. Alojamento</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>2. Restauração e Bebidas (2)</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>3. Transporte de Passageiros (2)</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>5. Serviços Culturais de Recreação e Lazer (2)</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>6. Outros Serviços de Turismo</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>2 809 047</b>	<b>2 731 940</b>	<b>2 606 275</b>	<b>2 473 020</b>	<b>2 541 031</b>	<b>2 824 597</b>

Unidade: 10 <sup>3</sup> Euros	2006			2007			2008		
	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes
<b>Bens e serviços</b>									
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>455 342</b>	<b>2 225 232</b>	<b>2 680 574</b>	<b>566 558</b>	<b>2 373 428</b>	<b>2 939 986</b>	<b>570 290</b>	<b>2 351 402</b>	<b>2 921 692</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>129 926</b>	<b>2 027 955</b>	<b>2 157 881</b>	<b>155 931</b>	<b>2 171 942</b>	<b>2 327 873</b>	<b>153 859</b>	<b>2 131 430</b>	<b>2 285 289</b>
<b>1. Alojamento</b>	n.a.	<b>649 270</b>	<b>649 270</b>	n.a.	<b>705 874</b>	<b>705 874</b>	n.a.	<b>696 176</b>	<b>696 176</b>
1.1 Hotéis e estabelecimentos similares (2)	n.a.	648 570	648 570	n.a.	705 308	705 308	n.a.	695 776	695 776
1.2 Outro Alojamento (2)	n.a.	700	700	n.a.	566	566	n.a.	400	400
1.3 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>2. Restauração e Bebidas (2)</b>	<b>34 650</b>	<b>457 340</b>	<b>491 990</b>	<b>37 035</b>	<b>496 141</b>	<b>533 176</b>	<b>36 987</b>	<b>473 888</b>	<b>510 875</b>
<b>3. Transporte de Passageiros (2)</b>	<b>76 651</b>	<b>861 631</b>	<b>938 283</b>	<b>96 151</b>	<b>912 226</b>	<b>1 008 377</b>	<b>92 628</b>	<b>896 559</b>	<b>989 188</b>
3.1 Transporte ferroviário interurbano (2)	3 695	14 700	18 395	7 701	17 321	25 022	4 882	16 266	21 149
3.2 Transporte rodoviário interurbano(2)	62 942	162 003	224 945	76 606	175 074	251 681	75 967	180 844	256 810
3.3 Transporte por água (2)	0	13 694	13 694	0	12 305	12 305	0	17 908	17 908
3.4 Transporte aéreo (2)	0	623 185	623 185	0	655 176	655 176	0	629 121	629 121
3.5 Serviços auxiliares aos transportes (2)	7 824	5 955	13 778	8 988	6 086	15 074	9 317	6 558	15 876
3.6 Aluguer de equipamento de transporte	931	36 844	37 774	1 409	40 897	42 305	962	40 078	41 040
3.7 Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte	1 259	5 252	6 511	1 447	5 367	6 814	1 500	5 784	7 284
<b>4. Agências de Viagens, Oper. Turísticos e Guias Tur. (1)</b>	<b>0</b>	<b>4 873</b>	<b>4 873</b>	<b>0</b>	<b>5 381</b>	<b>5 381</b>	<b>0</b>	<b>3 781</b>	<b>3 781</b>
<b>5. Serviços Culturais (2)</b>	<b>2 815</b>	<b>8 021</b>	<b>10 836</b>	<b>3 437</b>	<b>7 672</b>	<b>11 110</b>	<b>3 664</b>	<b>8 933</b>	<b>12 596</b>
<b>6. Recreação e Lazer (2)</b>	<b>15 642</b>	<b>44 578</b>	<b>60 221</b>	<b>19 104</b>	<b>42 640</b>	<b>61 744</b>	<b>20 362</b>	<b>49 645</b>	<b>70 007</b>
<b>7. Outros Serviços de Turismo</b>	<b>168</b>	<b>2 241</b>	<b>2 408</b>	<b>205</b>	<b>2 007</b>	<b>2 212</b>	<b>218</b>	<b>2 448</b>	<b>2 666</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>325 415</b>	<b>197 278</b>	<b>522 693</b>	<b>410 627</b>	<b>201 486</b>	<b>612 113</b>	<b>416 430</b>	<b>219 972</b>	<b>636 403</b>
Margens de distribuição	325 415	197 278	522 693	410 627	201 486	612 113	416 430	219 972	636 403
Bens (3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>243 807</b>	<b>200 214</b>	<b>444 021</b>	<b>275 375</b>	<b>182 505</b>	<b>457 880</b>	<b>315 862</b>	<b>217 993</b>	<b>533 855</b>
Margens de distribuição	147 129	162 704	309 833	178 697	144 995	323 692	190 145	177 007	367 152
Bens (3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços	96 678	37 510	134 188	96 678	37 510	134 188	125 717	40 986	166 703
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>699 149</b>	<b>2 425 446</b>	<b>3 124 595</b>	<b>841 933</b>	<b>2 555 933</b>	<b>3 397 866</b>	<b>886 152</b>	<b>2 569 395</b>	<b>3 455 547</b>

n.a. - Não se aplica.

- (1) Relativo ao produto final das agências de viagens e operadores turísticos: as margens comerciais.
- (2) O valor é líquido dos montantes pagos às agências de viagens e aos operadores turísticos.
- (3) O valor é líquido de margens de distribuição.

Fonte: INE.

Anexo 4.1 - Consumo do Turismo no Território Económico por produtos e categorias de visitantes, em Portugal (2000 - 2005).

Produtos	2000					2001					2002				
	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico
	Operações Monetárias					Operações Monetárias					Operações Monetárias				
	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico			
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>5 338 792</b>	<b>4 352 543</b>	<b>9 691 335</b>	<b>527 897</b>	<b>10 219 232</b>	<b>5 704 826</b>	<b>4 484 431</b>	<b>10 189 258</b>	<b>573 831</b>	<b>10 763 089</b>	<b>5 674 289</b>	<b>4 453 421</b>	<b>10 127 710</b>	<b>599 211</b>	<b>10 726 921</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>4 463 421</b>	<b>4 259 871</b>	<b>8 723 292</b>	<b>527 897</b>	<b>9 251 189</b>	<b>4 806 111</b>	<b>4 378 979</b>	<b>9 185 090</b>	<b>573 831</b>	<b>9 758 922</b>	<b>4 783 837</b>	<b>4 348 464</b>	<b>9 132 301</b>	<b>599 211</b>	<b>9 731 512</b>
1. Alojamento	1 523 699	734 207	2 257 906	402 119	2 660 025	1 675 222	746 264	2 421 486	424 594	2 846 080	1 668 916	777 901	2 446 817	452 717	2 899 534
2. Restauração e Bebidas (2)	1 545 484	1 290 469	2 835 953	0	2 835 953	1 680 629	1 343 547	3 024 176	0	3 024 176	1 686 122	1 229 790	2 915 913	0	2 915 913
3. Transporte de Passageiros (2)	1 163 828	1 170 635	2 334 463	33	2 334 496	1 200 114	1 240 099	2 440 212	36	2 440 248	1 183 400	1 255 105	2 438 505	38	2 438 543
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)	25 971	464 957	490 927	1 892	492 820	25 877	507 185	533 062	1 899	534 961	24 010	488 165	512 175	2 381	514 556
5. Serviços Culturais de Recreação e Lazer (2)	176 160	273 638	449 798	123 853	573 651	192 488	249 020	441 509	147 302	588 811	187 891	258 966	446 857	144 076	590 934
6. Outros Serviços de Turismo	28 279	325 964	354 243	0	354 243	31 781	292 865	324 646	0	324 646	33 498	338 536	372 034	0	372 034
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>875 371</b>	<b>92 673</b>	<b>968 044</b>	<b>0</b>	<b>968 044</b>	<b>898 715</b>	<b>105 452</b>	<b>1 004 167</b>	<b>0</b>	<b>1 004 167</b>	<b>890 452</b>	<b>104 957</b>	<b>995 409</b>	<b>0</b>	<b>995 409</b>
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>1 009 163</b>	<b>318 342</b>	<b>1 327 505</b>	<b>4 068</b>	<b>1 331 573</b>	<b>1 053 353</b>	<b>341 901</b>	<b>1 395 255</b>	<b>4 380</b>	<b>1 399 634</b>	<b>1 041 987</b>	<b>324 608</b>	<b>1 366 595</b>	<b>4 507</b>	<b>1 371 102</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>6 347 955</b>	<b>4 670 886</b>	<b>11 018 840</b>	<b>531 965</b>	<b>11 550 806</b>	<b>6 758 180</b>	<b>4 826 333</b>	<b>11 584 512</b>	<b>578 211</b>	<b>12 162 723</b>	<b>6 716 276</b>	<b>4 778 029</b>	<b>11 494 304</b>	<b>603 719</b>	<b>12 098 023</b>

Produtos	2003					2004					2005				
	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico
	Operações Monetárias					Operações Monetárias					Operações Monetárias				
	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico			
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>5 451 854</b>	<b>4 334 728</b>	<b>9 786 582</b>	<b>631 453</b>	<b>10 418 036</b>	<b>5 912 767</b>	<b>4 584 267</b>	<b>10 497 035</b>	<b>628 193</b>	<b>11 125 228</b>	<b>6 017 234</b>	<b>4 817 349</b>	<b>10 834 583</b>	<b>700 887</b>	<b>11 535 470</b>
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>4 603 955</b>	<b>4 236 742</b>	<b>8 840 697</b>	<b>631 453</b>	<b>9 472 150</b>	<b>5 092 225</b>	<b>4 482 342</b>	<b>9 574 567</b>	<b>628 193</b>	<b>10 202 760</b>	<b>5 207 454</b>	<b>4 719 140</b>	<b>9 926 594</b>	<b>700 887</b>	<b>10 627 481</b>
1. Alojamento	1 587 053	781 795	2 368 849	502 765	2 871 614	1 674 058	853 861	2 527 919	504 609	3 032 528	1 706 993	858 387	2 565 379	549 939	3 115 319
2. Restauração e Bebidas (2)	1 626 221	1 160 696	2 786 917	0	2 786 917	1 867 448	1 253 501	3 120 949	0	3 120 949	1 861 028	1 305 869	3 166 897	0	3 166 897
3. Transporte de Passageiros (2)	1 181 037	1 267 302	2 448 339	37	2 448 376	1 325 962	1 226 084	2 552 046	37	2 552 083	1 421 885	1 278 328	2 700 213	39	2 700 252
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)	21 659	469 238	490 897	3 371	494 268	20 780	517 291	538 071	3 710	541 781	20 226	534 455	554 681	3 920	558 600
5. Serviços Culturais de Recreação e Lazer (2)	159 717	268 498	428 215	125 280	553 495	176 345	302 920	479 264	119 837	599 101	170 056	378 183	548 239	146 988	695 227
6. Outros Serviços de Turismo	28 266	289 213	317 480	0	317 480	27 633	328 685	356 318	0	356 318	27 268	363 918	391 186	0	391 186
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>847 900</b>	<b>97 985</b>	<b>945 885</b>	<b>0</b>	<b>945 885</b>	<b>820 542</b>	<b>101 926</b>	<b>922 468</b>	<b>0</b>	<b>922 468</b>	<b>809 780</b>	<b>98 209</b>	<b>907 989</b>	<b>0</b>	<b>907 989</b>
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>1 056 296</b>	<b>270 474</b>	<b>1 326 770</b>	<b>4 663</b>	<b>1 331 433</b>	<b>989 329</b>	<b>274 901</b>	<b>1 264 230</b>	<b>4 913</b>	<b>1 269 143</b>	<b>978 853</b>	<b>272 496</b>	<b>1 251 349</b>	<b>5 011</b>	<b>1 256 360</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>6 508 151</b>	<b>4 605 202</b>	<b>11 113 352</b>	<b>636 116</b>	<b>11 749 469</b>	<b>6 902 097</b>	<b>4 859 168</b>	<b>11 761 265</b>	<b>633 107</b>	<b>12 394 371</b>	<b>6 996 087</b>	<b>5 089 845</b>	<b>12 085 932</b>	<b>705 898</b>	<b>12 791 830</b>

Fonte: INE.

**Anexo 4.2 - Consumo do Turismo no Território Económico por produtos e categorias de visitantes, em Portugal (2006 - 2008).**

Produtos	2006						2007					2008				
	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico	Despesas de Consumo Turístico			Outras Componentes do Consumo Turístico*	Consumo do Turismo no Território Económico	
	Operações Monetárias					Operações Monetárias					Operações Monetárias					
	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico			Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico			Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo no Território Económico			
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>6 836 331</b>	<b>5 118 909</b>	<b>11 955 240</b>	<b>729 000</b>	<b>12 684 239</b>	<b>7 731 428</b>	<b>5 501 208</b>	<b>13 232 636</b>	<b>770 342</b>	<b>14 002 978</b>	<b>7 761 403</b>	<b>5 769 704</b>	<b>13 531 107</b>	<b>797 463</b>	<b>14 328 570</b>	
<b>A.1 Produtos característicos</b>	<b>5 980 295</b>	<b>5 016 505</b>	<b>10 996 800</b>	<b>729 000</b>	<b>11 725 799</b>	<b>6 821 088</b>	<b>5 383 254</b>	<b>12 204 343</b>	<b>770 342</b>	<b>12 974 685</b>	<b>6 766 651</b>	<b>5 647 757</b>	<b>12 414 407</b>	<b>797 463</b>	<b>13 211 870</b>	
<b>1. Alojamento</b>	<b>1 853 685</b>	<b>927 524</b>	<b>2 781 209</b>	<b>572 798</b>	<b>3 354 007</b>	<b>2 148 235</b>	<b>945 892</b>	<b>3 094 127</b>	<b>602 335</b>	<b>3 696 462</b>	<b>2 107 155</b>	<b>953 205</b>	<b>3 060 360</b>	<b>630 735</b>	<b>3 691 095</b>	
1.1 Hotéis e estabelecimentos similares (2)	1 065 070	559 847	1 624 917	1 042	1 625 959	1 206 326	593 504	1 799 830	866	1 800 696	1 228 151	614 488	1 842 639	360	1 842 999	
1.2 Outro Alojamento (2)	788 615	367 677	1 156 292	2 459	1 158 751	941 909	352 388	1 294 297	4 404	1 298 701	879 004	338 717	1 217 721	4 620	1 222 341	
1.3 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	n.a.	n.a.	n.a.	569 297	569 297	n.a.	n.a.	n.a.	597 065	597 065	n.a.	n.a.	n.a.	625 755	625 755	
<b>2. Restauração e Bebidas (2)</b>	<b>2 013 123</b>	<b>1 391 473</b>	<b>3 404 596</b>	<b>0</b>	<b>3 404 596</b>	<b>2 257 452</b>	<b>1 531 367</b>	<b>3 788 819</b>	<b>0</b>	<b>3 788 819</b>	<b>2 229 286</b>	<b>1 544 138</b>	<b>3 773 424</b>	<b>0</b>	<b>3 773 424</b>	
<b>3. Transporte de Passageiros (2)</b>	<b>1 878 172</b>	<b>1 408 937</b>	<b>3 287 110</b>	<b>42</b>	<b>3 287 151</b>	<b>2 149 136</b>	<b>1 424 360</b>	<b>3 573 496</b>	<b>44</b>	<b>3 573 541</b>	<b>2 137 219</b>	<b>1 690 506</b>	<b>3 827 725</b>	<b>41</b>	<b>3 827 766</b>	
3.1 Transporte ferroviário interurbano (2)	16 092	69 723	85 815	0	85 815	21 968	43 440	65 408	0	65 408	17 485	49 723	67 208	0	67 208	
3.2 Transporte rodoviário interurbano(2)	331 904	125 296	457 200	0	457 200	363 360	117 823	481 183	0	481 183	366 485	132 418	498 903	0	498 903	
3.3 Transporte por água (2)	3 162	20 275	23 437	0	23 437	2 473	23 293	25 766	0	25 766	1 912	27 032	28 945	0	28 945	
3.4 Transporte aéreo (2)	1 212 706	905 151	2 117 858	0	2 117 858	1 424 704	927 356	2 352 060	0	2 352 060	1 409 832	1 144 732	2 554 563	0	2 554 563	
3.5 Serviços auxiliares aos transportes (2)	32 558	139 878	172 436	42	172 478	34 970	155 610	190 580	44	190 625	36 678	162 047	198 724	41	198 766	
3.6 Aluguer de equipamento de transporte	263 505	132 023	395 527	0	395 527	281 883	137 434	419 317	0	419 317	285 211	156 108	441 318	0	441 318	
3.7 Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte	18 245	16 591	34 836	0	34 836	19 779	19 403	39 182	0	39 182	19 617	18 446	38 063	0	38 063	
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)</b>	<b>22 569</b>	<b>544 623</b>	<b>567 192</b>	<b>3 826</b>	<b>571 018</b>	<b>38 286</b>	<b>570 280</b>	<b>608 566</b>	<b>3 599</b>	<b>612 165</b>	<b>63 847</b>	<b>547 093</b>	<b>610 940</b>	<b>420</b>	<b>611 360</b>	
<b>5. Serviços Culturais (2)</b>	<b>28 102</b>	<b>20 428</b>	<b>48 530</b>	<b>130 409</b>	<b>178 939</b>	<b>30 281</b>	<b>24 287</b>	<b>54 568</b>	<b>127 702</b>	<b>182 270</b>	<b>30 486</b>	<b>23 718</b>	<b>54 204</b>	<b>134 750</b>	<b>188 954</b>	
<b>6. Recreação e Lazer (2)</b>	<b>156 175</b>	<b>391 148</b>	<b>547 323</b>	<b>21 924</b>	<b>569 247</b>	<b>168 280</b>	<b>436 463</b>	<b>604 743</b>	<b>36 586</b>	<b>641 329</b>	<b>169 419</b>	<b>441 424</b>	<b>610 844</b>	<b>31 453</b>	<b>642 297</b>	
<b>7. Outros Serviços de Turismo</b>	<b>28 469</b>	<b>332 372</b>	<b>360 841</b>	<b>0</b>	<b>360 841</b>	<b>29 419</b>	<b>450 604</b>	<b>480 023</b>	<b>77</b>	<b>480 100</b>	<b>29 238</b>	<b>447 672</b>	<b>476 910</b>	<b>63</b>	<b>476 973</b>	
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>856 036</b>	<b>102 404</b>	<b>958 440</b>	<b>0</b>	<b>958 440</b>	<b>910 339</b>	<b>117 954</b>	<b>1 028 293</b>	<b>0</b>	<b>1 028 293</b>	<b>994 753</b>	<b>121 947</b>	<b>1 116 700</b>	<b>0</b>	<b>1 116 700</b>	
Margens de distribuição	210 306	18 309	228 614	0	228 614	217 786	22 183	239 969	0	239 969	229 546	21 666	251 212	0	251 212	
Bens	629 399	47 974	677 373	0	677 373	673 894	56 040	729 935	0	729 935	747 416	55 606	803 022	0	803 022	
Serviços	16 332	36 121	52 453	0	52 453	18 659	39 730	58 389	0	58 389	17 790	44 675	62 465	0	62 465	
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>1 042 290</b>	<b>276 629</b>	<b>1 318 919</b>	<b>5 304</b>	<b>1 324 223</b>	<b>1 091 199</b>	<b>367 480</b>	<b>1 458 679</b>	<b>4 977</b>	<b>1 463 655</b>	<b>1 085 425</b>	<b>355 874</b>	<b>1 441 299</b>	<b>6 375</b>	<b>1 447 674</b>	
Margens de distribuição	338 693	78 692	417 384	0	417 384	356 833	105 497	462 330	0	462 330	357 207	103 087	460 294	0	460 294	
Bens	565 210	138 524	703 734	0	703 734	589 996	181 201	771 197	0	771 197	584 719	174 560	759 279	0	759 279	
Serviços	138 388	59 414	197 801	5 304	203 105	144 369	80 782	225 151	4 977	230 128	143 499	78 227	221 726	6 375	228 101	
<b>TOTAL</b>	<b>7 878 621</b>	<b>5 395 538</b>	<b>13 274 159</b>	<b>734 303</b>	<b>14 008 462</b>	<b>8 822 627</b>	<b>5 868 688</b>	<b>14 691 315</b>	<b>775 319</b>	<b>15 466 634</b>	<b>8 846 829</b>	<b>6 125 578</b>	<b>14 972 406</b>	<b>803 838</b>	<b>15 776 244</b>	

Fonte: INE.



## Anexo 5 - Conta de Produção das Atividades Turísticas e Restantes Atividades, em Portugal (2008).

Unidade: 10 <sup>3</sup> Euros		2008												
Produtos	Actividades Características do Turismo (*)												Total Actividades características	Actividades conexas
	1. Hotéis e Similares	2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	3. Restaurantes e Similares	4. Transportes ferroviários	5. Transportes rodoviários	6. Transportes marítimos	7. Transportes aéreos	8. Serviços auxiliares aos transportes	9. Aluguer de equipamento de transporte	10. Agências de viagens, operadores turísticos e guias	11. Serviços Culturais	12. Desporto, Recreação e Lazer		
<b>A. Produtos específicos</b>	<b>3 690 575</b>	<b>625 755</b>	<b>9 058 353</b>	<b>246 813</b>	<b>1 531 034</b>	<b>78 632</b>	<b>2 859 907</b>	<b>1 807 462</b>	<b>1 510 256</b>	<b>769 447</b>	<b>668 856</b>	<b>1 425 785</b>	<b>24 272 875</b>	<b>6 15 567</b>
A.1 Produtos característicos	3 690 575	625 755	9 058 353	137 919	1 531 034	78 632	2 859 907	1 466 645	1 510 256	769 447	654 416	1 425 785	23 808 723	6 15 567
<b>1. Alojamento</b>	<b>2 927 400</b>	<b>625 755</b>	<b>20 338</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11 434</b>	<b>3 584 927</b>	<b>10 948</b>
11 Hotéis e estabelecimentos similares (2)	1 722 984	0	8 206	0	0	0	0	0	0	0	0	11 434	1 742 624	10 948
12 Outro alojamento colectivo (2)	1 204 416	0	12 132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 216 548	0
13 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	0	625 755	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	625 755	0
<b>2. Restauração e Bebidas (2)</b>	<b>762 427</b>	<b>0</b>	<b>9 038 014</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>5 954</b>	<b>9 806 420</b>	<b>4 232</b>
<b>3. Transporte de Passageiros (2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>137 919</b>	<b>1 531 034</b>	<b>78 632</b>	<b>2 859 907</b>	<b>1 466 645</b>	<b>1 458 463</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7 532 600</b>	<b>3 962</b>
3.1 Transporte ferroviário interurbano (2)	0	0	0	137 919	0	0	0	0	0	0	0	0	137 919	0
3.2 Transporte rodoviário interurbano (2)	0	0	0	0	1 531 033	0	0	0	0	0	0	0	1 531 033	0
3.3 Transporte por água (2)	0	0	0	0	0	78 632	0	0	0	0	0	0	78 632	0
3.4 Transporte aéreo (2)	0	0	0	0	0	0	2 859 907	0	0	0	0	0	2 859 907	0
3.5 Serviços auxiliares aos transportes (2)	0	0	0	0	0	0	0	1 466 645	0	0	0	0	1 466 645	0
3.6 Aluguer de equipamento de transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	1 458 463	0	0	0	1 458 464	3 962
3.7 Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos (1)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>769 447</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>769 447</b>	<b>0</b>
<b>5. Serviços culturais (2)</b>	<b>748</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>646 512</b>	<b>3</b>	<b>647 263</b>	<b>4 232</b>
<b>6. Recreação e Lazer (2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7 879</b>	<b>1 408 394</b>	<b>1 416 272</b>	<b>393 200</b>
<b>7. Outros Serviços de Turismo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51 793</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51 793</b>	<b>198 993</b>
<b>A.2 Produtos Conexos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>108 894</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>340 818</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14 440</b>	<b>0</b>	<b>464 152</b>	<b>0</b>
Bens (3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços	0	0	0	108 894	0	0	0	340 818	0	0	14 440	0	464 152	0
<b>B. Produtos Não Específicos</b>	<b>189 230</b>	<b>0</b>	<b>250 864</b>	<b>92 067</b>	<b>67 076</b>	<b>1 659</b>	<b>417 723</b>	<b>2 810 232</b>	<b>99 704</b>	<b>29 867</b>	<b>16 882</b>	<b>105 014</b>	<b>4 080 318</b>	<b>###</b>
Bens (3)	220	0	26 788	0	2 743	0	139 383	338	616	54	33	224	170 398	1 260
Serviços	189 010	0	224 076	92 067	64 333	1 659	278 340	2 809 894	99 089	29 813	16 849	104 790	3 909 919	2 379 303
<b>Valor da produção interna líquido de margens de distribuição</b>	<b>3 879 805</b>	<b>625 755</b>	<b>9 309 217</b>	<b>338 880</b>	<b>1 598 110</b>	<b>80 291</b>	<b>3 277 630</b>	<b>4 617 694</b>	<b>1 609 960</b>	<b>799 314</b>	<b>685 738</b>	<b>1 530 799</b>	<b>28 353 192</b>	<b>2 996 130</b>
<b>Valor dos bens importados líquido de margens de distribuição</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>OUTPUT TOTAL (a preços base)</b>	<b>3 879 805</b>	<b>625 755</b>	<b>9 309 217</b>	<b>338 880</b>	<b>1 598 110</b>	<b>80 291</b>	<b>3 277 630</b>	<b>4 617 694</b>	<b>1 609 960</b>	<b>799 314</b>	<b>685 738</b>	<b>1 530 799</b>	<b>28 353 192</b>	<b>2 996 130</b>
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	50 532	0	392 937	0	28	3	0	0	45	120	520	717	444 902	n.a.
2. Indústria Extractiva	433	0	2 271	0	352	0	0	2 520	2	4	275	1 069	6 926	n.a.
3. Indústria Transformadora	622 257	0	3 328 022	35 843	360 251	9 149	999 630	144 526	13 154	15 190	54 277	164 745	6 002 446	n.a.
4. Electricidade, gás e água	289 475	0	27 199	26 945	24 444	164	5 146	68 996	4 675	11 360	11 561	42 895	757 660	n.a.
5. Construção	63 460	10 589	38 567	31 956	47 158	1 338	5 218	134 093	98 499	49 422	17 673	113 915	611 888	n.a.
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	90 029	0	45 985	2 917	31 055	863	17 888	26 712	33 169	29 425	12 009	34 961	325 013	n.a.
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	39 994	0	22 162	69 344	16 858	21 304	108 648	103 345	15 295	11 365	10 324	16 467	2 442 706	n.a.
8. Prestação de Serviços	747 266	90 629	390 482	67 141	276 450	18 660	352 424	767 327	390 969	286 272	20 102	326 537	3 915 169	n.a.
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	22 865	0	12 783	8 292	3 326	744	8 801	16 082	3 427	4 029	10 921	203 732	393 902	n.a.
<b>Consumo Intermédio Total</b>	<b>1 926 311</b>	<b>101 218</b>	<b>4 505 208</b>	<b>242 438</b>	<b>859 922</b>	<b>52 225</b>	<b>2 475 555</b>	<b>2 193 401</b>	<b>677 622</b>	<b>543 902</b>	<b>417 472</b>	<b>905 038</b>	<b>14 900 312</b>	<b>1 681 782</b>
<b>VAB (a preços base)</b>	<b>1 953 494</b>	<b>524 537</b>	<b>4 804 009</b>	<b>96 442</b>	<b>738 188</b>	<b>28 066</b>	<b>802 075</b>	<b>2 424 293</b>	<b>932 338</b>	<b>255 412</b>	<b>268 266</b>	<b>625 761</b>	<b>13 452 880</b>	<b>1 314 348</b>

n.a. - Não se aplica.

(1) Relativo ao produto final das agências de viagens e operadores turísticos: as margens comerciais.

(2) O valor é líquido dos montantes pagos às agências de viagens e aos operadores turísticos.

(\*) De acordo com a lista de atividades características do Turismo apresentada no âmbito da Conta Satélite do Turismo.

Fonte: INE.



**Anexo 6 - Valor Acrescentado Gerado pelo Turismo (VAGT) e Valor Acrescentado Bruto (VAB) das Atividades do Turismo (Base 2006), em Portugal (2000 - 2009).**

Unidade: 10<sup>3</sup> Euros

	2000D		2001D		2002D		2003D		2004D	
	VAGT	VAB	VAGT	VAB	VAGT	VAB	VAGT	VAB	VAGT	VAB
<b>Actividades Características do Turismo</b>	3 947 918	9 000 716	4 174 582	9 567 817	4 182 591	10 142 776	4 118 650	10 327 709	4 425 794	10 980 430
Hotéis e Similares	1 334 340	1 432 199	1 431 902	1 501 051	1 463 147	1 553 605	1 449 905	1 482 884	1 532 164	1 606 538
Residências Secundárias por conta própria	331 060	331 060	366 987	366 987	388 270	388 270	403 892	403 892	425 899	425 899
Restaurantes e Similares	1 075 756	3 379 095	1 147 502	3 582 438	1 109 134	3 916 933	1 065 976	4 052 253	1 193 848	4 365 918
Transportes	694 759	2 380 685	726 717	2 577 110	724 696	2 617 560	731 966	2 709 038	755 689	2 826 558
Aluguer de equipamento de transporte de passageiros	161 098	575 687	171 565	602 178	175 424	639 618	173 703	646 357	191 181	686 836
Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	137 733	229 491	156 848	260 908	161 051	268 166	144 475	241 227	150 868	251 093
Cultura, Desporto, Recreação e Lazer	213 171	672 498	173 061	677 145	160 869	758 624	148 734	792 058	176 144	817 587
<b>Actividades Não Características do Turismo (conexas e não específicas)</b>	614 411	102 251 725	654 456	108 042 199	606 662	112 303 711	527 181	114 518 129	552 552	118 938 398
<b>Total</b>	4 562 329	111 252 441	4 829 038	117 610 016	4 789 253	122 446 487	4 645 831	124 845 838	4 978 345	129 918 828

Unidade: 10<sup>3</sup> Euros

	2005D		2006D		2007D		2008Po		2009Pe	
	VAGT	VAB	VAGT	VAB	VAGT	VAB	VAGT	VAB	VAGT	VAB
<b>Actividades Características do Turismo</b>	4 544 991	11 438 000	4 948 066	12 133 669	5 514 733	13 287 526	5 373 414	13 452 880	5 239 617	13 364 093
Hotéis e Similares	1 568 007	1 620 296	1 688 477	1 756 328	1 886 755	1 967 705	1 858 216	1 953 494	1 720 380	1 808 590
Residências Secundárias por conta própria	443 433	443 433	442 042	442 042	501 917	501 917	524 537	524 537	545 887	545 887
Restaurantes e Similares	1 201 342	4 554 028	1 295 365	4 757 399	1 428 887	4 902 203	1 368 177	4 804 009	1 307 192	4 915 743
Transportes	800 594	3 051 667	978 374	3 381 965	1 103 628	3 942 050	1 024 008	4 089 064	1 085 606	4 041 544
Aluguer de equipamento de transporte de passageiros	189 563	710 056	202 219	741 840	213 773	851 944	225 728	932 338	228 454	915 692
Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	143 085	237 840	142 612	238 252	159 318	264 456	151 624	255 412	134 319	226 260
Cultura, Desporto, Recreação e Lazer	198 967	820 679	198 976	815 843	220 455	857 251	221 124	894 027	217 779	910 377
<b>Actividades Não Características do Turismo (conexas e não específicas)</b>	550 015	121 443 817	635 458	125 694 051	693 989	132 410 387	702 393		663 081	
<b>Total</b>	5 095 005	132 881 817	5 583 524	137 827 720	6 208 722	145 697 913	6 075 807	149 792 900	5 902 697	148 086 000

D - Dados Definitivos

P - Dados Provisórios

Pe - Dados Preliminares

O valor do VAB de 2008Po corresponde ao valor provisório do VAB das Contas Nacionais de 2008.

Fonte: INE.

**Anexo 7 - Principais Resultados da Conta Satélite do Turismo (Base 2006), em Portugal (2000 - 2010).**

Unidade: 10<sup>6</sup> Euros

	2000D	2001D	2002D	2003D	2004D	2005D	2006D	2007D	2008Po	2009Pe	2010*
<b>PROCURA</b>											
<b>Consumo Monetário Turístico</b>											
<b>Turismo Receptor - Total</b>	<b>6 348,0</b>	<b>6 758,2</b>	<b>6 716,3</b>	<b>6 508,2</b>	<b>6 902,1</b>	<b>6 996,1</b>	<b>7 878,6</b>	<b>8 822,6</b>	<b>8 846,8</b>	<b>8 192,0</b>	<b>X</b>
Turistas	5 485,5	5 951,9	5 914,4	5 673,7	6 226,2	6 343,5	7 243,2	8 266,3	8 288,1	X	X
Excursionistas	862,5	806,2	801,9	834,4	675,9	652,5	635,4	556,4	558,7	X	X
<b>Turismo Interno - Total</b>	<b>4 670,9</b>	<b>4 826,3</b>	<b>4 778,0</b>	<b>4 605,2</b>	<b>4 859,2</b>	<b>5 089,8</b>	<b>5 395,5</b>	<b>5 868,7</b>	<b>6 125,6</b>	<b>5 787,6</b>	<b>X</b>
<b>Outras componentes do Consumo Turístico</b>	<b>532,0</b>	<b>578,2</b>	<b>603,7</b>	<b>636,1</b>	<b>633,1</b>	<b>705,9</b>	<b>734,3</b>	<b>775,3</b>	<b>803,8</b>	<b>817,7</b>	<b>X</b>
<b>Turismo no Território Económico-Total</b>	<b>11 550,8</b>	<b>12 162,7</b>	<b>12 098,0</b>	<b>11 749,5</b>	<b>12 394,4</b>	<b>12 791,8</b>	<b>14 008,5</b>	<b>15 466,6</b>	<b>15 776,2</b>	<b>14 797,4</b>	<b>15 960,1</b>
<b>OFERTA</b>											
<b>Valor Acrescentado gerado pelo Turismo</b>	<b>4 562,3</b>	<b>4 829,0</b>	<b>4 789,3</b>	<b>4 645,8</b>	<b>4 978,3</b>	<b>5 095,0</b>	<b>5 583,5</b>	<b>6 208,7</b>	<b>6 075,8</b>	<b>5 902,7</b>	<b>6 279,8</b>

	2000D	2001D	2002D	2003D	2004D	2005D	2006D	2007D	2008Po	2009Pe	2010*
<b>TAXAS DE VARIAÇÃO NOMINAL (%)</b>											
<b>PROCURA</b>											
<b>Turismo Receptor - Total</b>		<b>6,5</b>	<b>-0,6</b>	<b>-3,1</b>	<b>6,1</b>	<b>1,4</b>	<b>12,6</b>	<b>12,0</b>	<b>0,3</b>	<b>-7,4</b>	<b>X</b>
Turistas		8,5	-0,6	-4,1	9,7	1,9	14,2	14,1	0,3	X	X
Excursionistas		-6,5	-0,5	4,1	-19,0	-3,5	-2,6	-12,4	0,4	X	X
<b>Turismo Interno - Total</b>		<b>3,3</b>	<b>-1,0</b>	<b>-3,6</b>	<b>5,5</b>	<b>4,7</b>	<b>6,0</b>	<b>8,8</b>	<b>4,4</b>	<b>-5,5</b>	<b>X</b>
<b>Outras componentes do Consumo Turístico</b>		<b>8,7</b>	<b>4,4</b>	<b>5,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>11,5</b>	<b>4,0</b>	<b>5,6</b>	<b>3,7</b>	<b>1,7</b>	<b>X</b>
<b>Turismo no Território Económico-Total</b>		<b>5,3</b>	<b>-0,5</b>	<b>-2,9</b>	<b>5,5</b>	<b>3,2</b>	<b>9,5</b>	<b>10,4</b>	<b>2,0</b>	<b>-6,2</b>	<b>7,9</b>
<b>OFERTA</b>											
<b>Total</b>		5,7	4,1	2,0	4,1	2,3	3,7	5,7	2,8	-1,1	3,3 (a)
<b>Valor Acrescentado gerado pelo Turismo</b>		<b>5,8</b>	<b>-0,8</b>	<b>-3,0</b>	<b>7,2</b>	<b>2,3</b>	<b>9,6</b>	<b>11,2</b>	<b>-2,1</b>	<b>-2,8</b>	<b>6,4</b>

D - Dados Definitivos

P - Dados Provisórios

Pe - Dados Preliminares

\* - Primeira Estimativa

X - Não disponível

(a) Com base na taxa de variação homóloga dos três primeiros trimestres do ano

Fonte: INE.

## Anexo 8 - Quadros Resumo do Emprego, em Portugal (2006 e 2007).

	2006								
	TCP		TCO						H. Peso do Turismo nas Remunerações (10 <sup>3</sup> euros)
	A. Total postos (Q1)	B. Total ETC (Q12)	D. Postos		E. ETC Total (Q12)	F. Horas médias anuais trabalhadas Total (Q4)	G. Ganhos brutos anuais (10 <sup>3</sup> euros)		
			Tempo Completo (Q3)	Tempo Parcial (Q3)			Salários brutos anuais (Q5)	Remunerações (Q12)	
1. Hotéis e Similares	1 735	621	57 086	521	57 235	1 992	797 174	967 506	930 160
2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3. Restaurantes e Similares	21 642	15 568	179 474	14 874	182 798	2 055	2 015 025	2 327 108	633 672
4. Transportes ferroviários	0	0	4 337	86	4 423	1 985	108 576	141 916	65 821
5. Transportes rodoviários	2 197	1 220	35 401	317	35 324	2 077	476 393	633 900	210 645
6. Transportes marítimos	48	47	1 489	131	1 592	2 000	22 506	28 212	11 651
7. Transportes aéreos	0	0	8 830	177	8 966	1 836	367 072	463 010	391 336
8. Serviços auxiliares aos transportes	565	555	32 772	843	33 074	1 954	772 698	1 008 279	46 482
9. Aluguer de equipamento de transporte	928	943	9 948	838	10 095	1 849	144 412	186 035	50 713
10. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	409	305	8 902	85	8 686	1 828	141 408	172 999	103 557
11. Serviços Culturais	16 035	11 874	5 163	1 434	6 016	1 684	91 238	118 454	34 956
12. Desporto, Recreação e Lazer	4 846	3 491	18 088	4 194	16 766	1 742	352 365	425 426	94 487
<b>Total das indústrias características</b>	<b>48 405</b>	<b>34 624</b>	<b>361 490</b>	<b>23 501</b>	<b>364 975</b>	<b>1 997</b>	<b>5 288 867</b>	<b>6 472 845</b>	<b>2 573 480</b>
<b>Total da Economia</b>	<b>1 196 995</b>	<b>725 674</b>	<b>4 141 626</b>	<b>295 937</b>	<b>4 264 755</b>	<b>1 837</b>	<b>62 033 710</b>	<b>79 639 521</b>	<b>2 946 176</b>

	2007								
	TCP		TCO						H. Peso do Turismo nas Remunerações (10 <sup>3</sup> euros)
	A. Total postos (Q1)	B. Total ETC (Q12)	D. Postos		E. ETC Total (Q12)	F. Horas médias anuais trabalhadas Total (Q4)	G. Ganhos brutos anuais (10 <sup>3</sup> euros)		
			Tempo Completo (Q3)	Tempo Parcial (Q3)			Salários brutos anuais (Q5)	Remunerações (Q12)	
1. Hotéis e Similares	1 617	729	58 275	793	57 945	1 982	847 411	1 023 239	981 184
2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3. Restaurantes e Similares	22 812	16 656	182 099	17 112	185 780	2 056	2 152 681	2 487 171	725 010
4. Transportes ferroviários	0	0	4 104	146	4 224	2 015	108 924	136 289	56 233
5. Transportes rodoviários	2 511	1 831	35 095	665	35 355	2 056	488 781	643 523	209 145
6. Transportes marítimos	52	52	1 397	169	1 529	2 035	22 015	27 869	11 198
7. Transportes aéreos	0	0	9 381	108	9 040	1 879	412 454	532 605	431 144
8. Serviços auxiliares aos transportes	514	503	32 621	1 329	32 988	1 962	801 876	1 040 250	45 043
9. Aluguer de equipamento de transporte	941	957	9 915	960	10 116	1 841	154 467	199 150	49 967
10. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	506	408	9 090	122	8 672	1 851	154 239	194 631	117 246
11. Serviços Culturais	17 430	11 462	5 238	1 407	6 090	1 651	94 619	118 880	33 940
12. Desporto, Recreação e Lazer	5 411	3 686	17 465	5 432	16 670	1 728	375 139	451 532	110 761
<b>Total das indústrias características</b>	<b>51 795</b>	<b>36 283</b>	<b>364 680</b>	<b>28 242</b>	<b>368 409</b>	<b>1 995</b>	<b>5 612 606</b>	<b>6 855 139</b>	<b>2 770 870</b>
<b>Total da Economia</b>	<b>1 220 549</b>	<b>715 977</b>	<b>4 146 044</b>	<b>338 763</b>	<b>4 270 522</b>	<b>1 830</b>	<b>64 648 603</b>	<b>82 875 617</b>	<b>3 172 182</b>

n.a. - Não se aplica

Situação na profissão: TCO ou TCP

TCO - Trabalhador por conta de outrem

TCP - Trabalhador por conta própria

ETC - Equivalente a tempo completo

Fonte: INE.

Anexo 9 - Formação Bruta de Capital Fixo por ramo utilizador e tipo de ativo, em Portugal (2006 e 2007).

2006														Total das actividades características	Total da Economia	
Actividades características																
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.					
<b>Unidade:</b> 10 <sup>3</sup> Euros																
<b>Activos não-financeiros</b>	Hotéis e Similares	Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	Restaurantes e Similares	Transportes ferroviários	Transportes rodoviários	Transportes marítimos	Transportes aéreos	Serviços auxiliares aos transportes	Aluguer de equipamento de transporte de passageiros	Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	Serviços Culturais	Desporto, Recreação e Lazer				
<b>Activos Fixos Corpóreos</b>	<b>351 263</b>	<b>598 425</b>	<b>268 211</b>	<b>90 573</b>	<b>511 802</b>	<b>32 658</b>	<b>385 969</b>	<b>1 298 026</b>	<b>662 166</b>	<b>32 715</b>	<b>83 968</b>	<b>336 329</b>	<b>4 652 104</b>	<b>33 973 988</b>		
Habituação	0	598 425	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	598 425	8 954 947		
Outras Construções	224 823	0	125 488	14 141	361 390	12 080	7 851	1 196 967	7 694	12 483	33 613	178 097	2 174 628	13 339 872		
<b>Total Construção</b>	<b>224 823</b>	<b>598 425</b>	<b>125 488</b>	<b>14 141</b>	<b>361 390</b>	<b>12 080</b>	<b>7 851</b>	<b>1 196 967</b>	<b>7 694</b>	<b>12 483</b>	<b>33 613</b>	<b>178 097</b>	<b>2 773 052</b>	<b>22 294 819</b>		
Equipamento de Transporte	15 840	0	33 602	74 100	142 944	20 343	358 990	22 427	559 340	9 566	5 106	44 839	1 287 096	3 288 515		
Outras Máquinas e Equipamentos	110 600	0	109 121	2 332	7 468	235	19 128	78 632	95 132	10 666	45 249	112 794	591 357	8 061 835		
Animais e Plantações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	599	599	328 819		
<b>Activos Fixos Incorpóreos</b>	<b>15 660</b>	<b>0</b>	<b>11 632</b>	<b>229</b>	<b>2 464</b>	<b>158</b>	<b>7 020</b>	<b>13 363</b>	<b>5 155</b>	<b>2 920</b>	<b>34 870</b>	<b>10 381</b>	<b>103 852</b>	<b>1 916 141</b>		
<b>Total FBCF</b>	<b>366 923</b>	<b>598 425</b>	<b>279 842</b>	<b>90 802</b>	<b>514 266</b>	<b>32 815</b>	<b>392 989</b>	<b>1 311 389</b>	<b>667 321</b>	<b>35 635</b>	<b>118 838</b>	<b>346 710</b>	<b>4 755 956</b>	<b>35 890 129</b>		

2007														Total das actividades características	Total da Economia	
Actividades características																
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.					
<b>Unidade:</b> 10 <sup>3</sup> Euros																
<b>Activos não-financeiros</b>	Hotéis e Similares	Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	Restaurantes e Similares	Transportes ferroviários	Transportes rodoviários	Transportes marítimos	Transportes aéreos	Serviços auxiliares aos transportes	Aluguer de equipamento de transporte de passageiros	Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	Serviços Culturais	Desporto, Recreação e Lazer				
<b>Activos Fixos Corpóreos</b>	<b>590 042</b>	<b>579 265</b>	<b>363 102</b>	<b>106 653</b>	<b>356 137</b>	<b>235 468</b>	<b>488 516</b>	<b>1 006 607</b>	<b>713 095</b>	<b>31 931</b>	<b>91 480</b>	<b>330 707</b>	<b>4 893 004</b>	<b>35 509 718</b>		
Habituação	0	579 265	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	579 265	8 548 269		
Outras Construções	410 648	0	161 692	5 100	164 603	49 993	4 932	886 052	10 326	7 442	33 464	165 017	1 899 269	14 353 283		
<b>Total Construção</b>	<b>410 648</b>	<b>579 265</b>	<b>161 692</b>	<b>5 100</b>	<b>164 603</b>	<b>49 993</b>	<b>4 932</b>	<b>886 052</b>	<b>10 326</b>	<b>7 442</b>	<b>33 464</b>	<b>165 017</b>	<b>2 478 535</b>	<b>22 901 552</b>		
Equipamento de Transporte	17 339	0	32 898	99 093	184 456	185 619	463 659	22 233	647 645	10 641	12 073	56 038	1 731 694	3 602 503		
Outras Máquinas e Equipamentos	162 055	0	168 512	2 460	7 078	-143	19 925	98 322	55 124	13 848	45 943	109 456	682 579	8 678 985		
Animais e Plantações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	196	196	326 678		
<b>Activos Fixos Incorpóreos</b>	<b>17 311</b>	<b>0</b>	<b>12 693</b>	<b>250</b>	<b>2 714</b>	<b>-200</b>	<b>6 775</b>	<b>14 895</b>	<b>5 682</b>	<b>3 218</b>	<b>39 019</b>	<b>10 949</b>	<b>113 306</b>	<b>2 119 469</b>		
<b>Total FBCF</b>	<b>607 353</b>	<b>579 265</b>	<b>375 795</b>	<b>106 903</b>	<b>358 851</b>	<b>235 268</b>	<b>495 291</b>	<b>1 021 502</b>	<b>718 777</b>	<b>35 149</b>	<b>130 499</b>	<b>341 656</b>	<b>5 006 310</b>	<b>37 629 187</b>		

Fonte: INE.

**Anexo 10** - Consumo do Turismo Recetor por produtos e categorias de visitantes na Região Autónoma dos Açores (2001).

Unidade: Mil Euros

Produtos	Excursionistas	Turistas	Total de visitantes
<b>A. Produtos característicos</b>	<b>X</b>	<b>93 675</b>	<b>93 675</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>X</b>	<b>21 964</b>	<b>21 964</b>
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	X	21 964	21 964
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	X	X
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	<b>X</b>	<b>26 284</b>	<b>26 284</b>
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	<b>X</b>	<b>42 664</b>	<b>42 664</b>
3.1 Transporte rodoviário interurbano	X	2 485	2 485
3.2 Transporte por água	X	399	399
3.3 Transporte aéreo	X	28 226	28 226
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	X	6 519	6 519
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	X	5 035	5 035
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	<b>X</b>	<b>1 540</b>	<b>1 540</b>
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo</b>	<b>X</b>	<b>1 222</b>	<b>1 222</b>
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	<b>X</b>	<b>30 994</b>	<b>30 994</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>X</b>	<b>124 669</b>	<b>124 669</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 11** - Consumo do Turismo Recetor por produtos e categorias de visitantes na Região Autónoma da Madeira (2001).

Unidade: Mil Euros

Produtos	Excursionistas	Turistas	Total de visitantes
<b>A. Produtos característicos</b>	<b>4 571</b>	<b>420 165</b>	<b>424 736</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>X</b>	<b>187 621</b>	<b>187 621</b>
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	X	187 621	187 621
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	X	X
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	<b>1 293</b>	<b>122 344</b>	<b>123 637</b>
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	<b>2 517</b>	<b>68 460</b>	<b>70 977</b>
3.1 Transporte rodoviário interurbano	2 517	4 532	7 049
3.2 Transporte por água	X	995	995
3.3 Transporte aéreo	X	25 247	25 247
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0	17 039	17 039
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0	20 646	20 646
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	<b>474</b>	<b>12 573</b>	<b>13 048</b>
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços de Turismo</b>	<b>287</b>	<b>29 167</b>	<b>29 454</b>
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	<b>4 089</b>	<b>103 914</b>	<b>108 004</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>8 660</b>	<b>524 080</b>	<b>532 740</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 12** - Consumo do Turismo Interno por produtos e categorias de visitantes residentes na Região Autónoma dos Açores (2001).

Unidade: Mil Euros

Produtos	Residentes em viagem no Interior da	Residentes em viagem para fora da Região	Total de residentes em Viagem
<b>A. Produtos característicos</b>	<b>27 118</b>	<b>32 028</b>	<b>59 147</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>2 974</b>	<b>348</b>	<b>3 322</b>
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	2 974	348	3 322
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	X	X
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	<b>4 723</b>	<b>462</b>	<b>5 185</b>
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	<b>15 759</b>	<b>23 030</b>	<b>38 789</b>
3.1 Transporte rodoviário interurbano	1 401	100	1 501
3.2 Transporte por água	2 378	4	2 382
3.3 Transporte aéreo	6 366	18 840	25 206
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	1 736	4 085	5 822
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	3 878	0	3 878
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	<b>2 440</b>	<b>8 188</b>	<b>10 628</b>
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo</b>	<b>1 222</b>	<b>0</b>	<b>1 222</b>
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	<b>19 121</b>	<b>1 197</b>	<b>20 317</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>46 239</b>	<b>33 225</b>	<b>79 464</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 13** - Consumo do Turismo Interno por produtos e categorias de visitantes residentes na Região Autónoma da Madeira (2001).

Unidade: Mil Euros

Produtos	Residentes em viagem no Interior da	Residentes em viagem para fora da Região	Total de residentes em Viagem
<b>A. Produtos característicos</b>	<b>23 665</b>	<b>42 584</b>	<b>66 249</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>4 681</b>	<b>0</b>	<b>4 681</b>
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	4 681	0	4 681
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	X	X
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	<b>1 981</b>	<b>205</b>	<b>2 187</b>
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	<b>10 188</b>	<b>31 373</b>	<b>41 561</b>
3.1 Transporte rodoviário interurbano	41	296	337
3.2 Transporte por água	4 672	0	4 672
3.3 Transporte aéreo	3 938	26 019	29 957
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	1 468	5 058	6 526
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	69	0	69
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	<b>431</b>	<b>10 362</b>	<b>10 792</b>
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços de Turismo</b>	<b>6 384</b>	<b>644</b>	<b>7 029</b>
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	<b>3 079</b>	<b>171</b>	<b>3 251</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>26 744</b>	<b>42 756</b>	<b>69 500</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 14** - Consumo do Turismo Interior por produtos e categorias de visitantes na Região Autónoma dos Açores (2001).

Unidade: Mil Euros

Produtos	Despesas de Consumo Turístico			Outras componentes do Consumo Turístico	Consumo do Turismo Interior
	Operações Monetárias				
	Turismo Recetor	Turismo Interno	Turismo Interior		
<b>A. Produtos característicos</b>	<b>93 674</b>	<b>59 146</b>	<b>152 822</b>	<b>80 687</b>	<b>233 508</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>21 964</b>	<b>3 322</b>	<b>25 286</b>	<b>22 074</b>	<b>47 360</b>
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	21 964	3 322	25 286	13 794	39 081
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	X	X	8 280	8 280
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	<b>26 284</b>	<b>5 185</b>	<b>31 469</b>	<b>15 669</b>	<b>47 138</b>
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	<b>42 664</b>	<b>38 789</b>	<b>81 454</b>	<b>36 740</b>	<b>118 193</b>
3.1 Transporte rodoviário interurbano	2 485	1 501	3 987	1 101	5 088
3.2 Transporte por água	399	2 382	2 781	138	2 919
3.3 Transporte aéreo	28 226	25 206	53 432	27 427	80 859
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	6 519	5 822	12 341	6 335	18 675
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	5 035	3 878	8 914	1 738	10 652
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	<b>1 540</b>	<b>10 628</b>	<b>12 169</b>	<b>4 532</b>	<b>16 701</b>
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços de Turismo</b>	<b>1 222</b>	<b>1 222</b>	<b>2 444</b>	<b>1 672</b>	<b>4 116</b>
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	<b>30 994</b>	<b>20 317</b>	<b>51 311</b>	<b>1 138</b>	<b>52 449</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>124 668</b>	<b>79 463</b>	<b>204 133</b>	<b>81 825</b>	<b>285 957</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 15** - Consumo do Turismo Interior por produtos e categorias de visitantes na Região Autónoma da Madeira (2001).

Unidade: Mil Euros

Produtos	Despesas de Consumo Turístico			Outras componentes do Consumo Turístico	Consumo do Turismo Interior
	Operações Monetárias				
	Turismo Recetor	Turismo Interno	Turismo Interior		
<b>A. Produtos característicos</b>	<b>424 737</b>	<b>66 250</b>	<b>490 984</b>	<b>85 709</b>	<b>576 695</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>187 621</b>	<b>4 681</b>	<b>192 302</b>	<b>11 625</b>	<b>203 927</b>
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	187 621	4 681	192 302	4 157	196 459
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	X	X	7 467	7 467
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	<b>123 637</b>	<b>2 187</b>	<b>125 823</b>	<b>41 447</b>	<b>167 270</b>
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	<b>70 977</b>	<b>41 561</b>	<b>112 537</b>	<b>25 023</b>	<b>137 561</b>
3.1 Transporte rodoviário interurbano	7 049	337	7 386	2 263	9 649
3.2 Transporte por água	995	4 672	5 668	48	5 715
3.3 Transporte aéreo	25 247	29 957	55 204	19 567	74 771
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	17 039	6 526	23 565	2 593	26 157
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	20 646	69	20 715	552	21 267
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	<b>13 048</b>	<b>10 792</b>	<b>23 840</b>	<b>4 542</b>	<b>28 383</b>
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços de Turismo</b>	<b>29 454</b>	<b>7 029</b>	<b>36 482</b>	<b>3 072</b>	<b>39 554</b>
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	<b>108 004</b>	<b>3 251</b>	<b>111 254</b>	<b>71</b>	<b>111 326</b>
<b>Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)</b>	<b>532 741</b>	<b>69 501</b>	<b>602 238</b>	<b>85 780</b>	<b>688 021</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 16** - Consumo do Turismo Interior por produtos e componentes nas Canárias (2002).

Unidad: Miles de Euros

Productos	Total Consumo Turístico Interior	Consumo Turístico Receptor	Consumo Turístico Hogares	Consumo Turístico Intermedio	Gastos en Consumo Turístico de las AAPP
<b>Productos característicos</b>	<b>9 197 430</b>	<b>6 477 168</b>	<b>1 965 881</b>	<b>533 187</b>	<b>221 191</b>
<b>Servicios de alojamiento</b>	<b>2 781 722</b>	<b>2 503 743</b>	<b>267 009</b>	<b>10 970</b>	<b>0</b>
Hoteles y similares	2 576 489	2 462 696	102 822	10 970	0
Servicios de alquiler inmobiliario	205 233	41 047	164 186	0	0
<b>Restaurantes y similares</b>	<b>2 467 432</b>	<b>1 864 579</b>	<b>555 152</b>	<b>47 701</b>	<b>0</b>
<b>Transporte de pasajeros</b>	<b>2 021 586</b>	<b>1 157 089</b>	<b>606 984</b>	<b>158 536</b>	<b>98 978</b>
Transporte de viajeros por carretera	342 241	277 179	62 734	1 513	815
Transporte marítimo de pasajeros	433 221	177 033	237 517	9 001	9 670
Transporte aéreo de pasajeros	1 246 124	702 877	306 733	148 022	88 492
<b>Servicios de agencias de viajes</b>	<b>829 532</b>	<b>101 397</b>	<b>426 768</b>	<b>273 567</b>	<b>27 798</b>
<b>Servicios anexos al transporte</b>	<b>387 951</b>	<b>340 821</b>	<b>12 924</b>	<b>34 205</b>	<b>0</b>
<b>Alquiler de bienes de equipo de transporte</b>	<b>204 320</b>	<b>124 784</b>	<b>71 328</b>	<b>8 208</b>	<b>0</b>
<b>Servicios culturales, recreativos y deportivos</b>	<b>427 617</b>	<b>384 755</b>	<b>25 716</b>	<b>0</b>	<b>17 145</b>
<b>Servicios turísticos no mercado de las AAPP</b>	<b>77 270</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>77 270</b>
<b>Productos no característicos</b>	<b>2 218 445</b>	<b>1 931 901</b>	<b>286 544</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Bienes	1 199 369	1 022 766	176 603	0	0
Márgenes de distribución de bienes	619 235	555 441	63 795	0	0
Otros servicios	399 840	353 694	46 146	0	0
<b>Total producción (precios básicos)</b>	<b>11 415 875</b>	<b>8 409 069</b>	<b>2 252 425</b>	<b>533 187</b>	<b>221 191</b>

Fonte: SREA et al. (2008).



Anexo 17 - Conta de Produção das Atividades Turísticas e Restantes Atividades na Região Autónoma dos Açores (2001).

Unidade: Mil Euros

Produtos	Actividades Características do Turismo										Total Actividades características	Actividades não características	Produção Interna (a preços base)
	1. Hotéis e Similares	2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	3. Restaurantes e Similares	4. Transportes Rodoviários	5. Transportes marítimos	6. Transportes aéreos	7. Serviços auxiliares aos transportes	8. Aluguer de equipamento de transportes	9. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	10. Desporto, Recreação e Lazer			
<b>A. Produtos característicos</b>	<b>50 243</b>	<b>8 342</b>	<b>84 134</b>	<b>8 130</b>	<b>3 010</b>	<b>101 448</b>	<b>56 120</b>	<b>9 624</b>	<b>15 652</b>	<b>8 210</b>	<b>344 913</b>	<b>132 782</b>	<b>477 695</b>
<b>1. Alojamento</b>	<b>37 946</b>	<b>8 342</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>46 288</b>	<b>73 547</b>	<b>119 835</b>
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	37 946		0	0	0	0	0	0	0	0	37 946	531	38 477
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas		8 342									8 342	73 016	81 358
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	<b>12 297</b>		<b>84 134</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 893</b>	<b>99 324</b>	<b>239</b>	<b>99 563</b>
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>8 130</b>	<b>3 010</b>	<b>101 448</b>	<b>56 120</b>	<b>9 624</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>178 332</b>	<b>22 576</b>	<b>200 908</b>
3.1 Transporte rodoviário interurbano	0		0	8 130	0	0	0	0	0	0	8 130	17 234	25 364
3.2 Transporte por água	0		0	0	3 010	0	0	0	0	0	3 010	241	3 251
3.3 Transporte aéreo	0		0	0	0	101 448	0	0	0	0	101 448	0	101 448
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0		0	0	0	0	56 120	0	0	0	56 120	1 912	58 031
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0		0	0	0	0	0	9 624	0	0	9 624	3 190	12 814
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15 652</b>	<b>0</b>	<b>15 652</b>	<b>0</b>	<b>15 652</b>
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 317</b>	<b>5 317</b>	<b>36 420</b>	<b>41 737</b>
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	<b>1 554</b>		<b>4 428</b>	<b>8 808</b>	<b>30 438</b>	<b>11 272</b>	<b>37 413</b>		<b>401</b>	<b>14 596</b>	<b>108 910</b>	<b>3 361 486</b>	<b>3 470 396</b>
<b>OUTPUT TOTAL (a preço base)</b>	<b>51 797</b>	<b>8 342</b>	<b>88 562</b>	<b>16 938</b>	<b>33 448</b>	<b>112 720</b>	<b>93 533</b>	<b>9 624</b>	<b>16 053</b>	<b>22 806</b>	<b>453 823</b>	<b>3 494 268</b>	<b>3 948 091</b>
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	1 625	0	4 463	3	7	0	0	1	0	76	6 177		
2. Indústria Extractiva	13	0	34	1	0	0	113	0	0	1	162		
3. Indústria Transformadora	12 132	0	33 315	3 145	2 588	16 343	3 536	682	1 977	2 218	75 935		
4. Electricidade, gás e água	804	0	2 208	131	49	1 026	2 868	14	96	403	7 599		
5. Construção	173	533	475	489	12	740	6 361	39	422	230	9 474		
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	482	0	1 324	986	356	7 554	2 197	1 277	2 374	457	17 006		
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	454	0	1 245	3 649	15 472	36 040	6 692	275	2 961	731	67 520		
8. Prestação de Serviços	2 735	0	7 509	1 690	9 568	14 278	14 909	1 919	2 161	3 024	57 793		
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	244	0	669	105	180	12	679	37	83	1 722	3 731		
<b>Consumo Intermédio Total</b>	<b>18 662</b>	<b>533</b>	<b>51 242</b>	<b>10 199</b>	<b>28 232</b>	<b>75 993</b>	<b>37 355</b>	<b>4 244</b>	<b>10 074</b>	<b>8 862</b>	<b>245 397</b>	<b>1 534 607</b>	<b>1 780 003</b>
<b>VAB (a preço base)</b>	<b>33 136</b>	<b>7 809</b>	<b>37 319</b>	<b>6 740</b>	<b>5 214</b>	<b>36 728</b>	<b>56 177</b>	<b>5 381</b>	<b>5 979</b>	<b>13 945</b>	<b>208 428</b>	<b>1 959 660</b>	<b>2 168 088</b>
<b>Remunerações dos empregados</b>	<b>13 865</b>	<b>0</b>	<b>15 615</b>	<b>3 240</b>	<b>4 106</b>	<b>28 539</b>	<b>38 965</b>	<b>1 475</b>	<b>4 147</b>	<b>12 737</b>	<b>122 690</b>	<b>1 077 262</b>	<b>1 199 952</b>
<b>Outros impostos líquidos de subsídios à produção</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>-86</b>	<b>-207</b>	<b>-19 233</b>	<b>-7</b>	<b>0</b>	<b>88</b>	<b>-98</b>	<b>-80</b>	<b>-19 611</b>	<b>-32 030</b>	<b>-51 641</b>
<b>Excedente/ Redndimento Bruto</b>	<b>19 259</b>	<b>7 809</b>	<b>21 790</b>	<b>3 707</b>	<b>20 341</b>	<b>8 196</b>	<b>17 212</b>	<b>3 818</b>	<b>1 930</b>	<b>1 288</b>	<b>105 349</b>	<b>914 428</b>	<b>1 019 777</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 18 - Conta de Produção das Atividades Turísticas e Restantes Atividades na Região Autónoma da Madeira (2001).**

Unidade: Mil Euros

Produtos	Atividades Características do Turismo										Total Atividades características	Atividades não características	Produção Interna (a preços base)
	1. Hotéis e Similares	2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	3. Restaurantes e Similares	4. Transportes Rodoviários	5. Transportes por água	6. Transportes aéreos	7. Serviços auxiliares aos transportes	8. Aluguer de equipamento de transportes	9. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	10. Desporto, Recreação e Lazer			
<b>A. Produtos característicos</b>	276 767	8 056	192 248	22 326	5 923	108 533	87 315	18 150	25 009	61 652	805 979	380 533	1 186 512
<b>1. Alojamento</b>	191 028	8 056	0	0	0	0	0	0	0	0	199 084	164 587	363 671
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	191 028		0	0	0	0	0	0	0	0	191 028	121	191 149
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas		8 056									8 056	164 465	172 522
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	85 739		192 248	0	542	0	0	0	0	58	278 587	2 185	280 772
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	0		0	22 326	5 381	108 533	87 315	18 150	0	0	241 705	12 990	254 695
3.1 Transporte rodoviário interurbano	0		0	22 326	0	0	0	0	0	0	22 326	0	22 326
3.2 Transporte por água	0		0	0	5 381	0	0	0	0	0	5 381	0	5 381
3.3 Transporte aéreo	0		0	0	0	108 533	0	0	0	0	108 533	0	108 533
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0		0	0	0	0	87 315	0	0	0	87 315	12 990	100 305
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0		0	0	0	0	0	18 150	0	0	18 150	0	18 150
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	0		0	0	0	0	0	0	25 009	0	25 009	0	25 009
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços de Turismo</b>	0		0	0	0	0	0	0	0	61 594	61 594	200 771	262 365
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	8 058		4 958	17 399	49 618	7 336	678	794	649	6 516	96 006	4 511 548	4 607 554
<b>Valor da produção interna líquido de margens de distribuição</b>	8 058		4 958	17 399	49 618	7 336	678	794	649	6 516	96 006	4 511 548	4 607 554
<b>Valor dos bens importados líquido de margens de distribuição</b>											0		
<b>OUTPUT TOTAL (a preço base)</b>	284 825	8 056	197 206	39 725	55 541	115 869	87 993	18 944	25 658	68 168	901 985	4 892 081	5 794 066
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	13 978	0	17 640	0	0	0	1 758	0	0	19	33 395		
2. Indústria Extractiva		0	0	0	0	0	0	0	0	2	2		
3. Indústria Transformadora	41 365	0	74 892	20 182	5 023	17 255	5 213	2 779	980	6 260	173 949		
4. Electricidade, gás e água	8 016	0	5 582	31	10	170	5 206	37	78	745	19 875		
5. Construção	3 421	515	1 693		18	206	848		36	441	7 178		
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	4 056	0	1 048	889	651	5 977	8 818	664	694	938	23 735		
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	4 757	0	1 890	4 019	18 078	35 126	6 545	478	8 946	1 882	81 721		
8. Prestação de Serviços	42 420	0	13 247	3 517	13 823	19 372	14 642	4 975	3 150	9 321	124 467		
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	7 272	0	909	41	7	8	2 287	48	110	4 670	15 352		
<b>Consumo Intermédio Total</b>	125 285	515	116 901	28 679	37 610	78 114	45 317	8 981	13 994	24 278	479 674	2 498 608	2 978 282
<b>VAB (a preço base)</b>	159 540	7 541	80 303	11 047	17 931	37 754	42 676	9 964	11 665	43 891	422 312	2 393 473	2 815 784
<b>Remunerações dos empregados</b>	96 361	0	47 707	17 774	6 955	18 987	21 001	3 383	10 754	31 209	254 131	1 176 613	1 430 744
<b>Outros impostos líquidos de subsídios à produção</b>	-4 644	0	-1 392	113	5	-60	65	156	10	-45	-5 792	-15 068	-20 860
<b>Excedente/ Redndimento Bruto</b>	67 823	7 541	33 988	-6 840	10 971	18 827	21 610	6 425	901	12 727	173 973	1 231 928	1 405 900

Fonte: SREA et al. (2008).

**Anexo 19 - Detalle da Producción e Consumos Intermédios dos ramos de actividade, por tipo de produtos e consumo nas Canárias (2002).**

Unidad: Miles de Euros

Productos	Hoteles y similares	Actividades de alquiler inmobiliario	Restaurantes y similares	Transporte de viajeros por carretera	Transporte marítimo de pasajeros	Transporte aéreo	Agencias de viaje	Anexos al transporte	Alquiler de vehículos	Actividades culturales, recreativas y deportivas	Total ramas de actividad características	Total ramas de actividades no características	Total Producción
<b>Productos característicos</b>	<b>3 065 247</b>	<b>4 461 137</b>	<b>4 007 258</b>	<b>901 247</b>	<b>274 839</b>	<b>860 208</b>	<b>785 790</b>	<b>1 744 547</b>	<b>433 594</b>	<b>791 804</b>	<b>17 325 671</b>	<b>410 196</b>	<b>17 735 867</b>
<b>Servicios de alojamiento</b>	<b>2 579 542</b>	<b>4 461 137</b>	<b>0</b>	<b>12 998</b>	<b>15 435</b>	<b>4 428</b>	<b>0</b>	<b>52 862</b>	<b>14 966</b>	<b>2 426</b>	<b>7 143 794</b>	<b>143 330</b>	<b>7 287 124</b>
Hoteles y similares	2 568 481	0	0	0	12 406	0	0	0	0	0	2 580 887	2 760	2 583 647
Servicios de alquiler inmobiliario	11 060	4 461 137	0	12 998	3 029	4 428	0	52 862	14 966	2 426	4 562 907	140 570	4 703 477
<b>Restaurantes y similares</b>	<b>448 026</b>	<b>0</b>	<b>3 935 598</b>	<b>0</b>	<b>12 848</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 499</b>	<b>0</b>	<b>65 108</b>	<b>4 463 079</b>	<b>78 903</b>	<b>4 541 982</b>
Transporte de pasajeros	2 120	0	0	882 847	238 620	823 566	0	0	755	0	1 947 908	46 410	1 994 318
Transporte de viajeros por carretera	13	0	0	882 847	0	0	785 790	0	711	0	883 571	13 404	896 975
Transporte marítimo de pasajeros	2 107	0	0	0	238 620	0	0	0	44	0	240 771	33 006	273 777
Transporte aéreo de pasajeros	0	0	0	0	0	823 566	0	0	0	0	823 566	0	823 566
<b>Servicios de agencias de viajes</b>	<b>106</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>785 896</b>	<b>9 858</b>	<b>795 754</b>
<b>Servicios anexos al transporte</b>	<b>1 728</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 402</b>	<b>7 936</b>	<b>32 214</b>	<b>0</b>	<b>1 690 186</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 737 467</b>	<b>29 838</b>	<b>1 767 305</b>
<b>Alquiler de bienes de equipo de transporte</b>	<b>769</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>417 873</b>	<b>0</b>	<b>418 642</b>	<b>4 223</b>	<b>422 865</b>
<b>Servicios culturales, recreativos y deportivos</b>	<b>32 956</b>	<b>0</b>	<b>71 660</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>724 270</b>	<b>828 885</b>	<b>20 364</b>	<b>849 249</b>
<b>Servicios turísticos de no mercado de las AA.PP.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>77 270</b>	<b>77 270</b>
<b>Productos no característicos</b>	<b>139 298</b>	<b>476</b>	<b>31 051</b>	<b>0</b>	<b>134 411</b>	<b>63 161</b>	<b>3 328</b>	<b>44 974</b>	<b>23 890</b>	<b>555 949</b>	<b>996 538</b>	<b>36 629 147</b>	<b>37 625 685</b>
Bienes	13 637	0	0	0	17 386	7 331	0	1 109	4 373	75	43 911	6 634 593	6 678 504
Márgenes de distribución de bienes	38 029	0	20 892	0	3 829	13 326	0	1 990	12 490	1 515	92 071	5 792 321	5 884 392
Otros servicios	87 632	476	10 159	0	113 196	42 504	3 328	41 875	7 027	554 359	860 556	24 202 233	25 062 789
<b>Total producción interior (precios básicos)</b>	<b>3 204 545</b>	<b>4 461 613</b>	<b>4 038 309</b>	<b>901 247</b>	<b>409 250</b>	<b>923 369</b>	<b>789 118</b>	<b>1 789 521</b>	<b>457 484</b>	<b>1 347 753</b>	<b>18 322 209</b>	<b>37 039 343</b>	<b>55 361 552</b>
Productos agrarios	62 763	142	136 419	1	2 546	0	0	0	0	174	202 043	183 437	385 480
Productos energia	71 113	12 026	25 505	34 374	14 835	41 100	2 770	39 484	3 476	11 646	256 328	1 667 287	1 923 615
Productos Industriales	336 209	104 161	730 136	72 208	77 596	117 754	8 404	63 795	10 386	84 354	1 605 003	5 111 522	6 716 525
Trabajos de construcción	52 341	546 036	2 156	2 199	760	711	1 546	22 787	2 091	4 247	634 872	2 401 523	3 036 395
Comercio y reparación	113 396	33 343	194 143	29 738	18 520	105 297	351	16 579	20 681	53 405	585 453	1 539 914	2 125 367
Hostelería	45 661	5 674	3 481	1 807	5 699	58 758	206 952	8 168	3 633	15 566	355 398	142 779	498 177
Transportes y telecomunicaciones	30 535	28 030	18 548	157 794	62 814	149 285	310 699	831 699	30 900	70 099	1 690 401	1 893 767	3 584 168
Servicios inmobiliarios y empresariales	349 227	498 630	258 579	21 935	41 411	45 920	57 596	139 461	91 292	190 384	1 694 435	3 287 727	4 982 162
Otros servicios	67 833	163 916	26 806	20 568	5 398	25 149	4 625	17 067	18 899	107 803	458 063	882 760	1 340 823
Impuestos netos sobre productos	5 249	4 749	7 095	4 252	61	2 317	475	5 946	1 877	13 321	45 342	193 078	238 420
<b>Total Consumos intermedios (precios de adquisición)</b>	<b>1 134 327</b>	<b>1 396 707</b>	<b>1 402 868</b>	<b>344 876</b>	<b>229 640</b>	<b>546 291</b>	<b>593 418</b>	<b>1 144 986</b>	<b>183 235</b>	<b>550 999</b>	<b>7 527 338</b>	<b>17 303 794</b>	<b>24 831 132</b>
<b>Total Valor Añadido Bruto (precios básicos)</b>	<b>2 070 218</b>	<b>3 064 906</b>	<b>2 635 441</b>	<b>556 371</b>	<b>179 610</b>	<b>377 078</b>	<b>195 700</b>	<b>644 535</b>	<b>274 249</b>	<b>796 754</b>	<b>10 794 862</b>	<b>19 735 549</b>	<b>30 530 411</b>

Fonte: SREA et al. (2008).

## Anexo 20 - Oferta Interna e Consumo do Turismo Interior, por produtos, na Região Autónoma dos Açores (2001).

Unidade: MI Euros

Produtos	Actividades Características do Turismo																				Total Actividades características		Actividades não características		Produção Interna Turística (p base)	Produção Interna (p base)	Importações turísticas	Importações	Impostos liq. de subs. s/ a prod. e importações turísticas	Impostos liq. de subs. s/ a prod. e importações	Oferta Interna turística (p mercado)	Oferta Interna (p mercado)	Consumo do Turismo Interior	Peso do Turismo sobre a oferta				
	1. Hotéis e Similares		2. Residências Secundárias por conta própria (por		3. Restaurantes e Similares		4. Transportes Rodoviários		5. Transportes marítimos		6. Transportes aéreos		7. Serviços auxiliares aos transportes		8. Aluguer de equipamento de transportes		9. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos		10. Desporto, Recreação e Lazer		Output	Output	Output	Output											Output	Output	Output	Output
	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output																		
<b>A. Produtos característicos</b>	50 220	50 244	8 280	8 342	31 113	84 134	4 973	8 130	2 909	3 010	79 649	101 448	18 532	56 120	9 624	9 624	15 647	15 652	3 501	8 210	224 449	344 914	2 182	132 781	226 630	477 695	9 941	11 899	-3 063	1 128	233 509	490 722	233 509	0, 4758				
<b>1. Alojamento</b>	37 946	37 946	8 280	8 342	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46 226	46 288	517	73 547	46 743	119 835	0	0	617	654	47 360	120 489	47 360	0,3931				
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	37 946	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37 946	37 946	517	531	38 463	38 477	0	0	617	617	39 081	39 094	39 081	0,9996				
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	12 297	8 280	8 342	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	8 280	8 342	0	73 016	8 280	81 358	0	0	0	36	8 280	81 394	8 280	0,1017				
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	12 274	0	0	X	84 134	84 134	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 225	2 893	44 613	99 324	0	239	44 613	99 563	0	0	2 526	5 637	47 138	105 199	47 138	0,4481				
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	0	0	0	X	0	0	4 973	8 130	2 909	3 010	79 649	101 448	18 532	56 120	9 624	9 624	0	0	0	0	115 688	178 332	42	22 576	115 729	200 908	9 941	11 606	-7 477	-8 566	118 193	203 949	118 193	0,5795				
3.1 Transporte rodoviário interurbano	0	0	0	X	0	0	4 973	8 130	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4 973	8 130	0	17 234	4 973	25 364	0	0	115	585	5 088	25 950	5 088	0,1961				
3.2 Transporte por água	0	0	0	X	0	0	0	0	2 909	3 010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 909	3 010	0	241	2 909	3 251	0	286	10	12	2 919	3 549	2 919	0,8224				
3.3 Transporte aéreo	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	79 649	101 448	0	0	0	0	0	0	0	0	79 649	101 448	0	0	79 649	101 448	9 941	9 947	-8 731	-10 856	80 859	100 539	80 859	0,8043				
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	0	0	18 532	56 120	0	0	0	0	0	0	18 532	56 120	42	1 912	18 574	58 031	0	1 373	101	324	18 675	59 729	18 675	0,3127				
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 624	9 624	0	0	0	0	9 624	9 624	0	3 190	9 624	12 814	0	0	1 028	1 369	10 652	14 183	10 652	0,7511				
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15 647	15 652	0	0	15 647	15 652	0	0	15 647	15 652	0	0	1 053	1 054	16 701	16 706	16 701	0,9997				
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços de Turismo</b>	0	0	0	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 276	5 317	2 276	5 317	1 623	36 420	3 898	41 737	0	292	218	2 350	4 116	44 380	4 116	0,0928					
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	0	1 554	0	X	0	4 428	0	8 808	0	30 438	0	11 272	0	37 413	0	0	0	401	0	14 596	0	108 910	13 146	3 361 486	13 346	3 470 396	11 219	1 411 794	12 297	188 974	52 449	5 071 163	52 449	0,1013				
<b>Valor dos produtos importados líquidos de margens de distribuição</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	11 219	1 411 794	X	X	X	X	X	X			
<b>OUTPUT TOTAL (a preço base)</b>	50 220	51 798	8 280	8 342	31 113	88 562	4 973	16 938	2 909	33 448	79 649	112 720	18 532	93 533	9 624	9 624	15 647	16 053	3 501	22 806	224 449	453 824	15 328	3 494 267	239 776	3 948 090	21 160	1 423 693	9 234	190 102	285 958	5 561 885	235 958	0,0514				
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	1 553	1 625	0	0	1 393	4 463	1	3	1	7	0	0	0	0	1	1	0	0	8	76	2 956	6 177	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
2. Indústria Extractiva	12	13	0	0	11	34	0	1	0	0	0	0	11	113	0	0	0	0	0	1	34	162	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
3. Indústria Transformadora	11 591	12 132	0	0	10 396	33 315	614	3 145	217	2 588	12 040	16 343	358	3 536	682	682	1 927	1 977	241	2 218	38 066	75 935	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
4. Electricidade, gás e água	768	804	0	0	689	2 208	25	131	4	49	756	1 026	290	2 868	14	14	94	96	44	403	2 684	7 599	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
5. Construção	165	173	529	533	148	475	96	489	1	12	545	740	643	6 361	39	39	411	422	25	230	2 603	9 474	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	461	482	0	0	413	1 324	192	986	30	356	5 565	7 554	222	2 197	1 277	1 277	2 314	2 374	50	457	10 523	17 006	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	433	454	0	0	389	1 245	712	3 649	1 299	15 472	26 551	36 040	677	6 692	275	275	2 886	2 961	80	731	33 303	67 520	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
8. Prestação de Serviços	2 613	2 735	0	0	2 343	7 509	330	1 690	804	9 568	10 518	14 278	1 508	14 909	1 919	1 919	2 106	2 161	329	3 024	22 469	57 793	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	233	244	0	0	209	669	20	105	15	180	8	12	69	679	37	37	81	83	187	1 722	860	3 731	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
<b>Consumo Intermédio Total</b>	17 828	18 661	529	533	15 991	51 244	1 992	10 199	2 371	28 234	55 984	75 992	3 778	37 355	4 243	4 243	9 819	10 074	963	8 861	113 499	245 396	7 751	1 534 607	121 250	1 780 003												
<b>VAB (a preço base)</b>	32 392	33 136	7 750	7 809	15 122	37 318	2 982	6 740	538	5 214	23 665	36 728	14 754	56 178	5 381	5 381	5 828	5 979	2 538	13 945	110 949	208 428	7 577	1 959 660	118 526	2 168 088												
<b>Remunerações dos empregados</b>	13 554	13 865	0	0	6 328	15 615	1 433	3 240	424	4 106	18 389	28 539	10 233	38 965	1 475	1 475	4 042	4 147	2 318	12 737	58 195	122 690	4 193	1 077 262	65 600	1 199 952												
<b>Outros impostos líquidos de subsídios à produção</b>	12	12	0	0	-35	-86	-91	-207	-1 984	-19 233	-4	-7	0	0	88	88	-96	-98	-15	-80	-2 126	-19 611	-180	-32 030	-2 823	-51 641												
<b>Excedente/ Rendimento Bruto</b>	18 827	19 259	7 750	7 809	8 830	21 790	1 640	3 707	2 099	20 341	5 281	8 196	4 520	17 212	3 818	3 818	1 881	1 930	234	1 288	54 880	105 349	3 564	914 428	55 750	1 019 777												

Fonte: SREA et al. (2008).

Anexo 21 - Oferta Interna e Consumo do Turismo Interior, por produtos, na Região Autónoma da Madeira (2001).

Produtos	Atividades Características do Turismo																								Unidade: Mil Euros										
	1. Hotéis e Similares		2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)		3. Restaurantes e Similares		4. Transportes Rodoviários		5. Transportes por água		6. Transportes aéreos		7. Serviços auxiliares aos transportes		8. Aluguer de equipamento de transportes		9. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos		10. Desporto, Recreação e Lazer		Total Actividades características		Actividades não características		Produção Interna Turística (p base)	Produção Interna (p base)	Importações turísticas	Importações	Impostos líq. de subs. s/ a prod. e importações turísticas	Impostos líq. de subs. s/ a prod. e importações	Oferta interna turística (p mercado)	Oferta interna (p mercado)	Consumo do Turismo Interior	Peso do Turismo sobre a oferta	
	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output											
<b>A. Produtos característicos</b>	276 151	276 767	7 467	8 056	69 283	192 248	9 355	22 326	5 893	5 923	91 639	108 533	25 141	87 315	18 150	18 150	25 009	25 009	23 016	61 652	551 104	805 979	7 050	380 035	558 154	1 186 014	559	61 075	17 981	55 603	576 694	1 302 691	576 694	0,4427	
<b>1. Alojamento</b>	190 467	191 028	7 467	8 056	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	197 935	199 084	93	164 587	198 027	363 671	0	0	5 900	5 998	203 927	369 668	203 927	0,5516	
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento coletivo	190 467	191 028	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	190 467	191 028	93	121	190 560	191 149	0	0	5 900	5 921	196 459	197 070	196 459	0,9969	
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	X	X	7 467	8 056	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	7 467	8 056	0	164 465	7 467	172 522	0	0	0	77	7 467	172 599	7 467	0,0433	
<b>2. Restauração e Bebidas</b>	85 684	85 739	X	X	69 283	192 248	0	0	512	542	0	0	0	0	0	0	0	0	20	58	155 498	278 587	0	2 185	155 498	280 772	0	0	11 772	21 256	167 270	302 028	167 270	0,5538	
<b>3. Transporte de Passageiros</b>	0	0	X	X	0	0	9 355	22 326	5 381	5 381	91 639	108 533	25 141	87 315	18 150	18 150	0	0	0	0	149 666	241 705	530	12 990	150 195	254 695	559	5 818	-13 194	-14 940	137 561	245 573	137 561	0,5602	
3.1 Transporte rodoviário interurbano	0	0	X	X	0	0	9 355	22 326	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 355	22 326	0	0	9 355	22 326	0	0	294	716	9 649	23 042	9 649	0,4188	
3.2 Transporte por água	0	0	X	X	0	0	0	0	5 381	5 381	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5 381	5 381	0	0	5 381	5 381	0	0	334	334	5 715	5 715	5 715	1,0000	
3.3 Transporte aéreo	0	0	X	X	0	0	0	0	0	0	91 639	108 533	0	0	0	0	0	0	0	0	91 639	108 533	0	0	91 639	108 533	559	559	-17 428	-20 640	74 771	88 452	74 771	0,8453	
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0	0	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25 141	87 315	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,2442
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0	0	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18 150	18 150	0	0	0	0	18 150	18 150	0	0	18 150	18 150	0	0	3 118	3 118	21 267	21 267	21 267	1,0000	
<b>4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos</b>	0	0	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25 009	25 009	0	0	25 009	25 009	0	0	3 373	3 373	28 383	28 383	28 383	1,0000		
<b>5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outras Serviços de Turismo</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22 996	61 594	22 996	61 594	6 428	200 272	29 424	261 866	0	55 257	10 130	39 916	39 554	357 039	39 554	0,1108
<b>B. Produtos Não Característicos</b>	0	8 058	0	0	0	4 958	0	17 399	0	49 618	0	7 336	0	678	0	794	0	649	0	6 516	0	96 006	7 547	4 512 046	7 547	4 608 053	55 727	1 373 896	6 506	355 961	111 326	6 337 910	111 326	0,0176	
Valor da produção interna líquido de margens de distribuição	0	8 058	0	0	0	4 958	0	17 399	0	49 618	0	7 336	0	678	0	794	0	649	0	6 516	0	96 006	7 547	4 512 046	7 547	4 608 053	X	X	X	X	X	X	X	X	
Valor dos bens importados líquido de margens de distribuição	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	55 727	1 373 896	X	X	X	X	X	X	
<b>OUTPUT TOTAL (a preço base)</b>	276 151	284 824	7 467	8 056	69 283	197 205	9 355	39 725	5 893	55 542	91 639	115 869	25 141	87 992	18 150	18 944	25 009	25 658	23 016	68 169	551 104	901 985	14 597	4 892 081	565 701	5 794 066	56 286	1 434 971	24 486	411 564	688 020	7 640 601	688 020	0,09	
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	13 534	13 978	0	0	5 504	17 640	0	0	0	0	0	0	307	1 758	0	0	0	0	6	19	19 352	33 396	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
2. Indústria Extractiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
3. Indústria Transformadora	40 051	41 365	0	0	23 369	74 892	3 138	20 182	558	5 023	13 292	17 255	208	5 213	2 779	2 779	955	980	2 088	6 260	86 437	173 949	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
4. Electricidade, gás e água	7 761	8 016	0	0	1 742	5 582	5	31	1	10	106	170	920	5 206	37	37	76	78	246	745	10 894	19 875	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
5. Construção	3 313	3 421	477	515	528	1 693	0	0	2	18	163	206	150	848	0	0	35	36	146	441	4 814	7 179	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	1 625	4 056	0	0	327	1 048	138	889	65	651	4 717	5 977	1 558	8 818	664	664	677	694	311	938	10 081	23 733	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	4 143	4 757	0	0	590	1 890	625	4 019	1 587	18 078	27 722	35 126	1 156	6 545	478	478	8 719	8 946	627	1 882	45 647	81 721	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
8. Prestação de Serviços	41 072	42 420	0	0	4 134	13 247	547	3 517	1 519	13 823	18 406	19 372	566	14 642	4 975	4 975	3 070	3 150	3 100	9 321	77 389	124 468	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	7 041	7 272	0	0	284	909	6	41	1	7	6	8	404	2 287	48	48	107	110	1 544	4 670	9 441	15 352	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
<b>Consumo Intermédio Total</b>	118 540	125 285	477	515	36 477	116 902	4 459	28 679	3 733	37 610	64 412	78 115	5 269	45 316	8 981	8 981	13 640	13 994	8 069	24 278	264 056	479 674	7 377	2 498 608	271 433	2 978 282									
<b>VAB (a preço base)</b>	157 611	159 540	6 990	7 541	32 805	80 303	4 896	11 047	2 161	17 931	27 228	37 754	19 872	42 676	9 169	9 964	11 369	11 664	14 947	43 891	287 048	422 311	7 220	2 393 474	294 268	2 815 784									
<b>Remunerações dos empregados</b>	95 196	96 361	0	0	19 489	47 707	7 878	17 774	838	6 955	13 693	18 987	9 779	21 001	3 113	3 383	10 482	10 754	10 628	31 209	171 096	254 130	3 561	1 176 613	174 657	1 430 744									
<b>Outros impostos líquidos de subsídios à produção</b>	-4 561	-4 644	0	0	-617	-1 392	23	113	0	5	-57	-60	22	65	71	156	10	10	-4	-45	-5 113	-5 792	-83	-15 068	-5 197	-20 860									
<b>Excedente/ Reddito Bruto</b>	66 976	67 823	6 990	7 541	13 933	33 988	-3 005	-6 840	1 323	10 971	13 592	18 827	10 071	21 610	5 986	6 425	878	901	4 323	12 727	121 066	173 972	3 742	1 231 928	124 808	1 405 900									

Fonte: SREA et al. (2008).

## Anexo 22 - Rácios turísticos por productos e ramos de atividade nas Canárias (2002).

Unidad: Miles de Euros

Productos	Hoteles y similares		Actividades del alquiler inmobiliario		Restaurantes y similares		Transportes de viajeros por carretera		Transporte marítimo de pasajeros		Transporte aéreo		Agencias de viaje		Anexos al transporte		Alquiler de vehículos		Actividades culturales, recreativas y deportiva		TOTAL Ramas de actividad características del turismo		Ramas de actividad no características del turismo		TOTAL		Consumo turístico interior Origen Interior		Importaciones Origen Resto del Estado		Importaciones Origen Resto del Mundo		Consumo turístico interior total
	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL		
Productos característicos	3 065 247	2 965 917	4 461 137	205 233	4 007 258	2 089 811	901 247	341 517	274 839	263 874	860 209	839 681	785 790	785 790	1 744 548	367 434	433 595	204 261	791 803	388 369	17 325 672	8 451 887	410 195	125 469	17 735 867	8 577 356	8 577 356	968 949	495 859	163 057	124 213	9 197 428	
Servicios de alojamiento	2 579 542	2 557 173	4 461 137	205 233	0	0	12 998	0	15 435	12 406	4 428	0	0	0	52 862	0	14 966	0	2 426	0	7 143 794	2 774 812	143 330	2 661	7 287 124	2 777 474	2 777 474	3 553	3 553	695	695	2 781 722	
Hoteles y similares	2 568 481	2 557 173	0	0	0	0	0	0	12 406	12 406	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 580 887	2 569 579	2 760	2 661	2 583 647	2 572 241	2 572 241	3 553	3 553	695	695	2 576 489	
Servicios de alquiler inmobiliario	11 060	0	4 461 137	205 233	0	0	12 998	0	3 029	0	4 428	0	0	0	52 862	0	14 966	0	2 426	0	4 562 907	205 233	140 570	0	4 703 477	205 233	205 233	0	0	0	0	205 233	
Restaurantes y similares	448 026	371 065	0	0	3 935 598	2 052 440	0	0	12 848	12 848	0	0	0	0	1 499	0	0	0	65 108	31 079	4 463 079	2 467 432	78 903	0	4 541 982	2 467 432	2 467 432	2 660	0	463	0	2 467 432	
Transporte de pasajeros	2 120	2 120	0	0	0	0	882 847	341 517	238 620	238 620	823 566	823 566	0	0	0	0	755	711	0	0	1 947 908	1 406 534	46 410	33 006	1 994 318	1 439 540	1 439 540	735 004	463 850	136 874	118 197	2 021 586	
Transporte de viajeros por carretera	13	13	0	0	0	0	882 847	341 517	0	0	0	0	0	0	0	0	0	711	711	0	883 571	342 241	13 404	0	896 975	342 241	342 241	19 676	0	593	0	342 241	
Transporte marítimo de pasajeros	2 107	2 107	0	0	0	0	0	0	238 620	238 620	0	0	0	0	0	0	44	0	0	0	240 771	240 727	33 006	33 006	273 777	273 733	273 733	381 901	130 423	47 150	29 065	433 221	
Transporte aéreo de pasajeros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	823 566	823 566	0	0	0	0	0	0	0	0	823 566	823 566	0	0	823 566	823 566	823 566	333 427	333 427	89 131	89 131	1 246 124	
Servicios de agencias de viajes	106	106	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	785 790	785 790	0	0	0	0	0	0	785 896	785 896	9 858	9 858	795 754	795 754	795 754	28 456	28 456	5 322	5 322	829 532	
Servicios anexos al transporte	1 728	1 728	0	0	0	0	5 402	0	7 936	0	32 214	16 115	0	0	1 690 186	367 434	0	0	0	0	1 737 467	385 277	29 838	2 674	1 767 305	387 951	387 951	68 454	0	4 759	0	387 951	
Alquiler de bienes de equipo de transporte	769	769	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	417 873	203 550	0	0	418 642	204 320	4 223	0	422 865	204 320	204 320	92 374	0	14 354	0	204 320
Servicios culturales, recreativos y deportivos	32 956	32 956	0	0	71 660	37 371	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	724 270	357 290	828 885	427 617	20 364	0	849 249	427 617	427 617	38 448	0	590	0	427 617
Servicios turísticos de no mercado de las AA.PP.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77 270	77 270	77 270	77 270	0	0	0	0	77 270	
Productos no característicos	139 298	109 320	476	0	31 051	14 710	0	0	134 411	3 829	63 161	13 326	3 328	0	44 974	0	23 889	0	555 949	747	996 538	141 932	36 629 146	1 325 746	37 625 685	1 467 678	1 467 678	7 949 443	5 28 752	3 331 842	222 015	2 218 445	
Bienes	13 637	0	0	0	0	0	0	0	17 386	0	7 331	0	0	0	1 109	0	4 373	0	75	0	43 911	0	6 634 593	448 603	6 678 504	448 603	448 603	7 819 957	5 28 752	3 283 476	222 015	1 199 369	
Márgenes de distribución de bienes	38 029	38 029	0	0	20 892	10 895	0	0	3 829	3 829	13 326	13 326	0	0	1 990	0	12 490	0	1 515	747	92 071	66 827	5 792 321	552 409	5 884 392	619 235	619 235	128 884	0	48 328	0	619 235	
Otros servicios	87 632	71 291	476	0	10 159	3 814	0	0	113 196	0	42 504	0	3 328	0	41 875	0	7 027	0	554 359	0	860 556	75 106	24 202 233	324 735	25 062 789	399 840	399 840	601	0	39	0	399 840	
Total producción interior (precios básicos)	3 204 545	3 075 237	4 461 613	205 233	4 038 309	2 104 521	901 247	341 517	409 251	267 703	923 370	853 007	789 117	785 790	1 789 522	367 434	457 484	204 261	1 347 753	389 116	18 322 210	8 593 819	37 039 341	1 451 211	55 361 552	10 045 034	10 045 034	8 918 391	1 024 611	3 494 89	346 228	11 415 87	

Fonte: SREA et al. (2008).